



Leandro Macedo Janke

Lembrar para mudar:

O Memorial Orgânico de Varnhagen e a Constituição do Império do Brasil como uma Nação compacta

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Professor Ilmar Rohloff de Mattos

Rio de Janeiro
Setembro de 2009



Leandro Macedo Janke

Lembrar para mudar:

O Memorial Orgânico de Varnhagen e a Constituição
do Império do Brasil como uma Nação compacta

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em História Social da Cultura do
Departamento de História do Centro de Ciências
Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo assinada.

Profº. Ilmar Rohloff de Mattos

Orientador
Departamento de História
PUC-Rio

Profª. Heloisa Meireles Gesteira

Departamento de História
PUC-Rio

Profº. Daniel Mesquita Pereira

Departamento de Comunicação Social
PUC-Rio

Profº Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2009.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Leandro Macedo Janke

Graduou-se em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2006 (Licenciatura e Bacharelado).

Ficha Catalográfica

Janke, Leandro Macedo

Lembrar para mudar : o memorial orgânico de Varnhagen e a constituição do império do Brasil como uma nação compacta / Leandro Macedo Janke ; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2009.

143 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em História)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Império do Brasil. 4. Nação compacta. 5. Território. 6. População. 7. Expansão para dentro. 8. Memorial Orgânico. I. Mattos, Ilmar Rohloff de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

Mais difícil do que desenvolver uma dissertação é escrever estas palavras de agradecimento. Dificuldade que se coloca pela emoção proveniente de lembranças que nos últimos meses estavam guardadas em virtude do esforço, cansaço e produção desta dissertação. Guardadas, mas não esquecidas. E quanto mais se aproximava o término da escrita acadêmica, mais estas lembranças iam retornando à mente como um filme. E quanto mais vinham à mente, mais forte vinha também o sentimento de que uma etapa se concluía.

Uma etapa que iniciou-se não na pós-graduação, mas há cerca de sete anos quando entrei pela primeira vez no campus da PUC-Rio como aluno de graduação do curso de História. Nem imagina que ali se iniciava uma multiplicidade de experiências que foram muito além do conhecimento acadêmico de excelência que tive.

Aqui na PUC, tive contato diário com pessoas de diferentes histórias e condições de vida e que se tornaram referências marcantes para mim. Dentre elas, deixo um agradecimento especial a Aderivaldo Santana (Deri) e a Flávia Rigger, exemplos de superação, determinação e competência.

Agradeço também ao meu grande amigo Leonardo Barbosa que sempre esteve perto e disponível para ajudar, escutar, aconselhar e incentivar. Uma amizade que há muito transcendeu o espaço universitário e que tornou-se sem dúvida uma das aquisições mais valiosas neste período de tempo.

Deixo também um agradecimento especial a Cláudio, Anair, Edna, Moisés e Cleusa. Pessoas que em poucos de convívio se tornaram mais do que funcionários do departamento de história, mas sim grandes amigos e referências, sobretudo pela generosidade, respeito, atenção, alegria e carinho com que tratam a todos que entram no departamento. Para Cleusa deixo um beijo especial, por compartilhar a paixão pela mesma estrela gloriosa.

Além das amizades conquistadas, foram também sete anos de intenso e profundo aprendizado acadêmico. Textos, aulas, provas, trabalhos, seminários e pesquisas estão por detrás de uma formação que influenciou de modo marcante

meus olhares e interpretações sobre o mundo e em especial sobre o nosso país. Para tanto, foi fundamental o papel de todos os professores que tive a oportunidade de construir e desenvolver algum tipo de conhecimento e reflexão. Deixo, portanto, um enorme agradecimento a todos os professores que me proporcionaram uma ótima formação.

Agradeço especialmente ao suporte do CNPQ, por meio de concessão de bolsa ao longo do mestrado, possibilitando que me dedicasse de forma exclusiva à pesquisa acadêmica na elaboração desta dissertação.

No entanto, gostaria de agradecer em especial a três professores que me marcaram muito positivamente neste processo de formação. 1) a professora Selma, que sempre com muita generosidade e competência me proporcionou o primeiro contato com a pesquisa em arquivos históricos e me concedeu as primeiras orientações no manuseio e interpretações das fontes pesquisadas; 2) ao professor Ilmar Mattos com quem desde 2003 tive o privilégio de trabalhar como bolsista de iniciação científica. Durante esses seis anos de convívio e orientação agradeço imensamente todo o conhecimento passado, mas principalmente pela confiança e compreensão em alguns momentos de ausência neste último ano; 3) a Zina, que além de referência profissional é também uma mãe de coração. A você agradeço tanto o encantamento pela História ao longo do ensino médio, quanto também pela amizade, carinho, incentivo e disponibilidade.

Agradeço também aos meus familiares que também tiveram uma participação indispensável em minha formação: a meu pai que me proporcionou sempre uma educação de qualidade; ao meu irmão, pela presença diária, brincadeiras e amor fraterno; a Sania e Sérgio pelo incentivo constante e principalmente pelos afilhados – Rodrigo e Luisa – que me encham de alegria e emoção; a Dija, pelo acolhimento carinhoso desde o início e pelos mimos gastronômicos; aos amigos do Cruzeiro – Arthur, Brenda, Flávia, Vinícius, Guilherme, Nathália, Aiana, Luiza, etc. – que depois de anos de convivência e amizade já se tornaram uma família.

Para Marina, um duplo agradecimento: primeiro pela compreensão, carinho e palavras de apoio e incentivo nestes últimos meses de aflição, cansaço e ansiedade; em segundo, por compartilhar de uma nova etapa que se aproxima: uma união, um lar, uma família.

Por fim, e não por acaso, deixo o agradecimento impossível de ser feito à altura do que merece. A você mãe, agradeço pelo apoio incondicional; pelos sacrifícios e privações; aos exemplos de perseverança, determinação e luta; ao carinho e compreensão. O que você me ensinou e me ensina diariamente, nenhum livro é capaz de proporcionar. Obrigado por ser esse Sol que sempre esteve presente me iluminando.

Resumo

Janke, Leandro Macedo; Mattos; Ilmar Rohloff de. **Lembrar para mudar: O Memorial Orgânico de Varnhagen e a Constituição do Império do Brasil como uma Nação compacta** Rio de Janeiro, 2009. 143p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem por objetivo analisar o texto Memorial Orgânico, publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen entre 1849 e 1850, em Madrid, e reeditado em 1851, no Brasil, pela Revista Guanabara. Em seu texto, Varnhagen centraliza seus argumentos e considerações em dois elementos que foram constantemente destacados pelos dirigentes imperiais ao longo do processo de construção e consolidação do Estado imperial: o território e a população. Desenvolver uma administração sobre o território e o seu conteúdo, a população, de acordo com os ideais de ordem e civilização daqueles que se situavam na direção do Mundo do Governo, era fundamental para que o Império do Brasil se organizasse nos moldes de um Estado-nação. Como o próprio título dado ao texto indica, Varnhagen escrevera o *Memorial Orgânico* com o objetivo de trazer à memória dos dirigentes imperiais a necessidade de se adotarem determinadas medidas capazes de organizar o Império como uma nação compacta, enfatizando o papel central do Estado neste processo. Os argumentos desenvolvidos por Varnhagen no *Memorial Orgânico*, por sua vez, acabam por evidenciar um determinado tipo de expansão empreendida pelos dirigentes imperiais, sobretudo a partir de meados do século XIX com o governo pessoal de D. Pedro II: uma expansão para dentro. Uma expansão fundamental e necessária para garantir a associação entre Império do Brasil e Nação brasileira, que pressupunha a própria construção e consolidação do Estado imperial.

Palavras-chave

Império do Brasil; Nação compacta; Território; População; Expansão para dentro; Memorial Orgânico.

Abstract

Janke, Leandro Macedo; Mattos; Ilmar Rohloff de. **To Remember in Order to Change Varnhagen's Organic Memorial and the Constitution of the Empire of Brazil in a compact Nation.** Rio de Janeiro, 2009. 143p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work has the purpose to analyze the text entitled Organic Memorial, published by Francisco Adolfo de Varnhagen between the years of 1849 and 1850 in Madrid and reedited in 1851, now in Brazil, by the Guanabara Journal. In his text, Varnhagen organizes his arguments and considerations in two elements that were constantly remarked by the imperial authorities in the process of construction and consolidation of the imperial State: territory and population. To develop a management over its territory and its contents, that is, its population, in agreement with the ideals of order and civilization of those who were situated in the Government World, was a fundamental task for the Empire of Brazil to be organized in the shape of a Nation State. As the text's own title indicates, Varnhagen wrote the Organic Memorial with the purpose to bring back to the memory of the imperial authorities the need of adopting certain measures capable of turning the Empire in a compact nation, emphasizing the central role played by the State in this process. The arguments developed by Varnhagen in the Organic Memorial, in turn, reveal a certain type of expansion undertaken by the imperial authorities, above all from the mid-19th century with the personal government of D. Pedro II: an inside expansion. A necessary and fundamental expansion to guarantee the association between the Empire of Brazil and the Brazilian Nation, which, in its turn, presupposed the construction and consolidation of the imperial State.

Keywords

Empire of Brazil; Compact Nation; Territory; Population; Inside Expansion; Organic Memorial.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1 – Um Império e suas chagas	15
1.1. Administrar para bem dirigir	15
1.2. Varnhagen: formação e atuação a serviço da Nação	19
1.3. O Memorial Orgânico: estrutura, razões e intenções	26
1.4. Um diagnóstico nada animador	35
1.5. As origens dos males	40
1.6. Os efeitos dos males diagnosticados	51
Capítulo 2 – A Abóbada Imperial	55
2.1. O Território como expressão da soberania nacional	55
2.2. Nova Divisão Territorial: princípios, objetivos e meios	61
2.3. Organização dos departamentos	68
2.4. Cuidando dos limites do Império	74
2.5. Mudança da Capital	79
Capítulo 3 – Constituindo o povo brasileiro	99
3.1. Nação e população no Império do Brasil em meados do XIX	99
3.2. Os escravos africanos e a soberania nacional	104
3.3. Os índios bravos	111
3.4. Os colonos europeus	130
Conclusão	133
Bibliografia	139

Introdução

Este trabalho possui uma relação bastante próxima com minha trajetória acadêmica até o momento.

Ao longo do curso de graduação em História pela PUC-Rio, tive a possibilidade de participar, de 2004 a 2007, como bolsista de iniciação científica (CNPQ), do grupo de pesquisa *Palavras do Brasil: vocabulário e experiência histórica no Império do Brasil*, sob a orientação do professor Ilmar Rohloff de Mattos.

Tínhamos por objetivo compreender e interpretar determinadas experiências vividas pelos dirigentes imperiais por meio da análise do comportamento semântico de determinados conceitos-chave amplamente utilizados nesta experiência histórica. Neste sentido, a relação conceito-contexto foi um dos elementos centrais na condução e desenvolvimento da pesquisa.

Durante minha participação no projeto, analisei as significações contidas no conceito de Povo e Nação, e de seus correlatos, em meados do século XIX, na consolidação do Estado imperial sob a direção saquarema. Em minha monografia de final de curso de graduação – *Nação e Povo na consolidação do Estado imperial em meados do XIX* – tive a possibilidade de desenvolver inúmeros elementos adquiridos ao longo dos três anos em que participei do grupo de pesquisa.

Objetivando, portanto, dar continuidade ao estudo em torno do processo de consolidação do Estado imperial, proponho analisar nesta dissertação a percepção e o valor atribuído pelos dirigentes imperiais ao território e à população neste processo.

Para tanto, o texto *Memorial Orgânico*, de Francisco Adolfo de Varnhagen foi meu principal objeto de pesquisa. Apesar de ter vivido a maior parte de sua vida fora do Brasil, realizando diversas atividades diplomáticas e de pesquisa tanto na Europa quanto na América Latina, Varnhagen sempre esteve atento aos acontecimentos e circunstâncias sócio-políticas que ocorriam em sua terra natal. Sua formação e grande

parte de sua produção intelectual tinham por objetivo orientar a organização do Império enquanto uma Nação moderna.

É justamente com esse intuito que escreve e publica em Madri, em 1851, o *‘Memorial Orgânico que à consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Dado à luz por um amante do Brasil’*. Como o próprio título indica, o texto tinha uma função específica para um público também específico. Considerando que o dicionarista Moraes e Silva define a palavra ‘memorial’ como um *‘livro de apontamentos para lembrança’*, ou como uma *‘petição para se lembrar o que se pede’*¹, ao escrever o *Memorial Orgânico*, Varnhagen tinha por intenção lembrar aos políticos e até mesmo ao Imperador da necessidade de que se adotem determinadas medidas capazes de tornar o Brasil em uma *‘nação verdadeiramente independente’*².

Para que isso fosse possível, Varnhagen propõe no *Memorial Orgânico* um minucioso plano de organização do território e da população do Império, por meio da implantação de inúmeras medidas de caráter administrativo a serem introduzidas pelo Estado, que de acordo com Varnhagen deveria ser o principal gestor da Nação brasileira. Dentre as medidas apresentadas no *Memorial Orgânico*, algumas são consideradas como prioritárias, tais como: a transferência da capital para o interior; a redivisão interna do território; o fim do tráfico de escravos e a constituição de uma população homogênea.

Reorganizar o Império por meio de uma administração central que fosse capaz de afastar as antigas estruturas coloniais que ainda em meados do XIX persistiam e incorporar as novas formas de organização sócio-políticas surgidas com o advento da modernidade: a emergência do Estado-nação.

Neste sentido, o *Memorial Orgânico* abre um campo bastante fértil para analisar elementos específicos e centrais de uma determinada direção: a saquarema³. É válido ressaltar que este texto de Varnhagen foi publicado no Brasil, em 1851, pela

¹ Antonio de Moraes Silva. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa : Typografia Lacerdina, 1813.

² Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial Orgânico que à consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Dado a luz por um amante do Brasil*. Madri: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849.

³ Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. São Paulo : Hucitec, 2004.

Revista Guanabara que contava com o amparo de D. Pedro II e teve à frente de sua direção homens que compartilham com os ideais daqueles dirigentes como por exemplo: Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias.

Por meio de um Estado centralizado, considerado pelos saquaremas como a única forma capaz e eficiente de zelar pelos interesses nacionais e ao mesmo tempo combater as paixões individuais e regionais, buscava-se empreender duas ações conexas que caracterizaram a direção exercida por este grupo na construção e consolidação do Estado imperial: expandir, de um centro governativo, a todas as províncias do Império um ideal de ordem, pois como ressalta Hobsbawn em recente trabalho, “*a melhor defesa da idéia de império é a defesa da idéia de ordem*”⁴; e, simultaneamente, difundir uma determinada civilização à população do Império.

Contudo, os saquaremas compreendiam que qualquer ordem social não ocorria naturalmente, mas sim por meio de uma ação política coordenada, o que impunha a necessidade de expandir a capacidade regulatória do Estado, por meio de um aparato administrativo que deveria ficar subordinado a um comando único: ao imperador e seus ministros – os próprios saquaremas. Seguindo esta perspectiva, a centralização política e da administração pública, são elementos que, quando complementares, reforçam substancialmente o poder Executivo, colocando-o acima dos demais e garantindo a manutenção da ordem.

Além disso, a centralização política e administrativa possibilitava que o ideal de civilização defendido pelos dirigentes imperiais tivesse condições de penetrar, não na totalidade dos habitantes do Império, mas entre aqueles que deveriam compor a Nação brasileira. Neste sentido, os debates acerca da composição e utilidade da população adquirem relevância entre os dirigentes imperiais, sobretudo no tocante à questão do tráfico de africanos e dos indígenas.

É justamente atento a estas questões, que Varnhagen apresenta no *Memorial Orgânico* um conjunto de medidas administrativas, centradas na organização do território e da população, que possibilitariam ao Império tanto atingir o progresso

⁴ Eric Hobsbawn. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

quanto difundir entre aqueles que deveriam fazer parte da Nação brasileira os ideais de ordem e civilização defendidos pelos membros da boa sociedade imperial.

A análise do *Memorial Orgânico* traz a possibilidade de compreender determinadas concepções acerca do território e da população incorporadas pelos dirigentes imperiais em meados do século XIX. Permite também, identificar projetos e ações desenvolvidos por esses dirigentes que tinham por objetivo a inserção do Império do Brasil no conjunto das Nações Civilizadas. As reflexões desenvolvidas por Varnhagen neste e em outros textos seus, revelam alguns dos debates e preocupações experimentados entre aqueles que pensavam e edificavam a Nação brasileira⁵.

No primeiro capítulo, analisei as ‘enunciações’ feitas por Varnhagen nas páginas iniciais do *Memorial Orgânico*, em que realiza um diagnóstico do estado do Império no momento em que escreve. Imbuído por uma concepção de tempo característica do pensamento conservador, Varnhagen identifica que pouco mudara no país desde sua independência até meados do XIX: o território continuava desarticulado, povoado de maneira dispersa e com inúmeros sertões, sem fronteiras definidas e com uma população pequena e bastante heterogênea. Para Varnhagen as causas de tais males derivavam tanto da implementação de leis estrangeiras que, no Brasil, não tinham sentido de serem incorporadas, quanto da falta de compromisso dos políticos que colocavam os interesses particulares ou locais, à frente dos interesses nacionais. Além de apontar as causas, Varnhagen ressalta que o principal efeito gerado por esses males, é o fato de o Brasil ainda não ter condições de apresentar-se e ser respeitado externamente nos moldes de uma nação moderna. Para reverter este quadro, Varnhagen aponta a necessidade de se adotar um conjunto de medidas, visando a reorganização do território e da população.

No segundo capítulo, analisei as medidas defendidas acerca da organização do território nacional. Varnhagen propõe uma nova divisão do território e, principalmente, a transferência da capital do Império do litoral para uma região do interior. Tendo por objetivo incentivar o desenvolvimento das forças produtivas do

⁵ Nilo Odália (org.). Francisco Adolfo de Varnhagen. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo : Ática, 1979.

interior, a articulação entre as diversas regiões do território e garantir a soberania do país frente a possíveis ataques externos, a transferência da capital é considerada como a principal medida a ser implementada de imediato.

No terceiro e último capítulo, analisei as propostas apresentadas no Memorial Orgânico acerca da organização de uma população homogênea no Império. Neste ponto, Varnhagen destaca a importância de colocar um fim ao tráfico de escravos, na medida em que representavam uma ameaça à ordem interna, e de incorporar o indígena à sociedade, mesmo que para isso seja necessário o uso da força.

Ao longo da dissertação utilizei também, sempre que pertinente, argumentos de contemporâneos de Varnhagen, sejam eles relacionados diretamente às propostas do Memorial Orgânico, sejam análises e opiniões que por tratarem dos elementos abordados por Varnhagen, acabam por demarcar e reforçar os debates em torno destes assuntos.

Capítulo 1

Um Império e suas chagas

- ☞ *Encontramo-nos no caos. O caos autêntico deve ser isto.* [disse a mulher do médico];
- ☞ *Haverá um governo.* [disse o primeiro cego];
- ☞ *Não creio, mas no caso de o haver, será um governo de cegos a quererem governar cegos, isto é, o nada a pretender organizar o nada.* [respondeu a mulher do médico];
- ☞ *Então não há futuro.* [disse o velho da venda preta];
- ☞ *Não sei se haverá futuro, do que agora se trata é de saber como poderemos viver neste presente* [ressaltou a mulher do médico];
- ☞ *Sem futuro, o presente não serve para nada, é como se não existisse* [retrucou o velho da venda preta];
- ☞ *[...] o mal é não estarmos organizados; devia haver uma organização em cada prédio, em cada rua, em cada bairro. Um governo. Uma organização, o corpo também é um sistema organizado; está vivo enquanto se mantém organizado, e a morte não é mais do que o efeito de uma desorganização* [disse a mulher do médico].
José Saramago⁶

1.1 Administrar para bem dirigir

Optei iniciar este trabalho com a transcrição do diálogo acima, pois ele destaca questões centrais que serão desenvolvidas neste capítulo e nos seguintes.

O primeiro elemento a ser observado neste diálogo refere-se à importância, ou melhor, à necessidade de uma sociedade possuir um governo que seja capaz de proporcionar um *sistema organizado* e assim impedir que se estabeleça uma situação inversa, ou seja, uma desorganização que ameace a harmonia e o bem-estar de seus membros e da sociedade em geral.

Neste sentido, gostaria de destacar neste item a intrínseca relação que se estabelece entre a organização de um governo e a construção de uma determinada ordem social. São diversas e variadas as formas e os meios em que se processa

6 José Saramago. Ensaio sobre a Cegueira. Companhia das Letras : São Paulo, 1995.

esta relação, na medida em que varia não apenas no tempo e no espaço, mas também de experiência histórica para experiência histórica. A organização de uma determinada ordem social é algo complexo e que se articula à forma como um determinado grupo dirigente concebe a sociedade e seus mecanismos de organização, abrangendo, portanto, não apenas a dimensão sócio-política, mas também econômica, cultural e administrativa.

Entretanto, respeitando a especificidade de cada experiência histórica, existem procedimentos que auxiliam na análise em torno de que maneira uma sociedade, em uma dada temporalidade histórica, costura a relação entre governantes e governados e dirigentes e dirigidos na constituição de uma determinada ordem social. Um destes meios e que será adotado neste primeiro capítulo e, sempre que necessário, recuperado nos capítulos seguintes, é identificar as formas de pensar predominantes entre aqueles grupos que se encontram na direção deste processo.

Tal procedimento possibilita observar determinadas características-chaves que auxiliam identificar as percepções e os princípios que norteiam a ação dos agentes históricos em análise. Princípios e ações fundamentais para se interpretar as formas de organização social implementadas pelos grupos que exercem uma determinada direção sobre todo o conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, estes princípios não deixam de colocar também em evidência o que representaria para estes grupos dirigentes um estado de desorganização social.

É justamente buscando colocar em evidência algumas características-chaves presentes nas formas de pensar e agir dos dirigentes imperiais em meados do século XIX, sobretudo entre aqueles que compunham o núcleo da direção saquarema⁷, assim como aos que a eles se associavam, que a opção por este diálogo de abertura se justifica. Sendo assim, proponho explorar um pouco de seu conteúdo.

As falas dos personagens envolvidos expressam de maneira relativamente clara e direta a idéia de que a ausência de um governo é o principal elemento responsável pelo quadro de desorganização social em que não só os personagens, mas toda cidade se encontra. Também é possível observar que ao utilizarem a

7 Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro : Hucitec, 2004.

palavra governo os personagens não estão referindo-se a um determinado “*sistema político pelo qual se rege um Estado*”⁸, mas sim à capacidade de exercer uma administração e direção sobre a sociedade.

É marcante nas falas dos personagens envolvidos a necessidade de que se constitua um governo que estabeleça uma direção, por meio de um conjunto de medidas administrativas, sobre a sociedade e assim consiga estabelecer uma organização *em cada prédio, em cada rua, em cada bairro*, restabelecendo desta forma a organização social existente antes de se instaurar o ‘*caos autêntico*’.

Chego aqui ao ponto central do primeiro elemento que gostaria de destacar neste diálogo. Trata-se de um elemento fundamental quando pretende-se desenvolver uma análise em torno da relação entre governo constituído e ordem social no Brasil a partir de meados do século XIX, mas precisamente a partir do advento da direção saquarema sobre o conjunto da sociedade imperial: a organização de uma administração que possibilite o exercício de uma direção.

Administrar para os saquaremas não se limitava ao sentido hoje mais usual do termo que diz respeito à “*gestão de negócios públicos e privados*”⁹. Para os dirigentes imperiais, administrar significava, sobretudo, adotar um conjunto de princípios, normas e funções que tinham por finalidade organizar a sociedade em diversas esferas (militar, produtiva, territorial, cultural, etc) para consolidar uma determinada ordem social. Para os saquaremas o estabelecimento de qualquer ordem social não se processava naturalmente, mas fundamentalmente por meio de um Estado forte, centralizado e que possuísse um aparato administrativo sob seu controle¹⁰.

Um segundo elemento que gostaria de ressaltar a partir daquele diálogo de abertura refere-se à forma com que os indivíduos concebem as relações entre passado, presente e futuro no seu agir cotidiano. Duas questões tornam-se centrais nesta reflexão. São elas: 1) que circunstâncias históricas podem influenciar na maneira como uma sociedade ou grupo social compreende o tempo histórico?; b) quais seriam os fatores determinantes na opção por uma determinada concepção

⁸ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 1999, p.860.

⁹ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Op.cit., p.47.

¹⁰ Ilmar Rohloff de Mattos. O Lavrador e o Construtor. In: O Estado como Vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista. Maria Emília Prado (org.). Rio de Janeiro: Access, 1999.

de tempo histórico em detrimento de uma outra possível ou já existente? Tentarei a seguir desenvolver mais substancialmente algumas reflexões em torno destas duas questões. Todavia, o que gostaria de assinalar por ora é a importância de se analisar de que forma os indivíduos de uma sociedade, inseridos em uma experiência histórica que lhes é específica, incorporam uma determinada estrutura temporal.

Retornando ao diálogo, não é difícil identificar que as falas dos personagens encontram-se carregadas por um forte sentimento de incerteza e insegurança com relação às expectativas acerca do futuro, em virtude da experiência que estão vivenciando no presente – um estado de desordem. Este sentimento de insegurança em torno do futuro é bem expresso nas considerações feitas pelo personagem identificado como “velho da venda preta” ao ressaltar que *‘sem futuro, o presente não serve para nada, é como se não existisse’*. O direcionamento dado pelo personagem em questão revela uma concepção de tempo estruturada em uma forte associação entre o presente e o futuro, em que o primeiro só adquire sentido quando compreendido em função da realização do segundo. Ou seja, o presente é concebido como uma experiência para se atingir o futuro projetado.

Este tipo de análise torna-se relevante no esforço para se compreender as ações empreendidas por determinados grupos, pois a adoção de uma determinada concepção de tempo é um dos elementos que atuam na organização da sociedade. Neste sentido, identificar de que maneira determinados grupos sociais, principalmente aqueles que controlam o Estado e suas instituições, concebem e partilham o tempo histórico, em seu espaço de experiência particular, é um instrumento valioso para desenvolver uma análise em torno de que elementos estes indivíduos compreendiam e operavam com o conceito de ordem. Portanto, os dois elementos colocados em destaque do diálogo de abertura – organização social e estrutura temporal – estão intimamente entrelaçados.

Estes dois elementos também adquirem relevância no meu objeto central de análise desta dissertação: o texto *Memorial Orgânico*, escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen entre os anos de 1849 e 1850. Elaborado paralelamente às suas pesquisas que pouco depois resultariam na obra que o consagraria – a História Geral do Brasil teve sua primeira edição no ano de 1854 – Varnhagen

escreve este texto, em dois pequenos volumes, defendendo a adoção de um conjunto de medidas de caráter marcadamente administrativo, sendo algumas delas reafirmadas na História Geral¹¹, que tinham por finalidade organizar o Império nos moldes de uma nação moderna. Não obstante, para que se efetue uma compreensão mais adequada desta obra é necessário, primeiramente, tecer alguns comentários sobre seu criador.

1.2

Varnhagen: formação e atuação a serviço da Nação

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu no dia 17 de fevereiro de 1816, em São Paulo, na cidade de Sorocaba. É o sexto filho do engenheiro alemão Frederico Luís Guilherme de Varnhagen com Maria Flávia de Sá Magalhães, de nacionalidade portuguesa. Varnhagen nascera no Brasil, pois seu pai fora contratado pelo então regente da Coroa portuguesa, o futuro D. João VI, para iniciar os trabalhos da fábrica de São João de Ipanema, tornando-se um dos pioneiros da fundição de ferro no Brasil.

Com a revolução constitucional do Porto de 1820, e o conseqüente retorno de D. João VI para Portugal, seu pai se licencia de seu trabalho na Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em que já era diretor desde 1814¹², e embarca, no Rio de Janeiro, para a Europa em junho de 1822. Em outubro de 1823, o restante da família que havia ficado no Brasil vai ao seu encontro em Portugal após obter o cargo de administrador das matas nacionais.

Varnhagen não havia completado oito anos quando deixou o Brasil com a família para ir ao encontro do pai em Portugal. Fez seus primeiros estudos em Lisboa, matriculando-se, em 1825, aos nove anos de idade, no Colégio Militar da Luz, onde permaneceu por sete anos quando, em 1832, concluiu o curso. A respeito da formação obtida durante esses sete anos no Colégio Militar da Luz, o próprio Varnhagen observa que,

11Helena Miranda Mollo. História Geral do Brasil: entre o espaço e o tempo. In: De um Império ao Outro. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. Wilma Peres Costa, Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.). São Paulo: Fapesp, 2007.

12Cf. Clado Ribeiro de Lessa. Formação de Varnhagen. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 186, p. 55-88, jan./março de 1945.

“(...) seguindo o curso regularmente por sete anos, além de obter aprovações todas plenas nos exames de latim, francês, inglês, filosofia, retórica, geografia, história, completei o primeiro ano matemático, e o segundo de estudos militares, especialmente relativos ao serviço de Estado Maior, tática, estratégia, reunindo a isto a escola das diferentes armas, equitação, esgrima e desenho linear, de figura, arquitetura, paisagem, perspectiva e topografia que tive durante os sete anos”¹³.

Segundo Laura Oliveira, o Colégio Militar da Luz, localizado no bairro da Luz, subúrbio de Lisboa, notabilizou-se por ser uma instituição de ensino com uma rigorosa disciplina e pela excelência na formação de seus alunos¹⁴. De acordo com a autora, além de formar quadros para o oficialato do Exército português, também passaram pela instituição inúmeros homens que se destacariam na vida política, intelectual e artística de Portugal.

A origem do Colégio Militar da Luz vincula-se em grande medida à necessidade de melhorar a preparação dos oficiais do Exército português em virtude da ameaça francesa à soberania de Portugal desde a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, em 1799. No ‘*Alvará e Regulamento para o Real Colégio Militar da Luz*’ definia-se como objetivo principal das disciplinas a serem cursadas pelos alunos,

“[...] habilitar com os Estudos indispensáveis a porção de Meus Vassallos, que se propõem à honra de Servir-me na brilhante carreira das Armas, e o tornar a classe da Oficialidade dos Meus Exércitos mais digna, e apta para prosseguir, e aperfeiçoar-se nos importantes, e superiores ramos da Sciencia Militar”¹⁵.

Ao analisar a grade curricular do Real Colégio, Laura Oliveira ressalta que sua composição englobava tanto disciplinas voltadas para o estudo de línguas e outras artes literárias, quanto para aquelas direcionadas mais especificamente à carreira militar¹⁶. Nas próprias palavras de Varnhagen, ao ressaltar as *aprovações*

13Op.cit., pp. 61-62.

14Cf. Laura Nogueira Oliveira. *As Regras de Composição Retórica na Obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Tese de doutorado, 2007.

15*Alvará, e Regulamento para o real Colégio Militar da Luz*, 1816, p.1. Apud. Laura Nogueira Oliveira. Op.cit., p.122.

16Nos quatro primeiros anos de formação, o aluno cursava gramáticas da língua portuguesa, latina, francesa e inglesa; aritmética, álgebra e lógica. Nos dois anos seguintes, cursava disciplinas de formação militar: noções gerais de mecânica, hidrodinâmica, óptica, desenho de arquitetura, princípios de tática elementar, castrametação, fortificação de campanha, desenho de arquitetura. Cf. Laura Nogueira Oliveira. Op.cit., pp.122-123.

plenas que teve nos exames cursados, pode-se observar que, além dos *estudos militares*, cursou também línguas, filosofia, retórica, história e geografia. O primeiro diretor do Colégio, Antônio Teixeira Rebelo, justifica esta organização da grade curricular da instituição afirmando que,

“Sem o conhecimento das línguas, sem a perfeição da razão, sem a memória dos fatos e países do mundo, o homem não sabe determinar-se, seus juízos nem sempre são verdadeiros”.¹⁷

Portanto, é nesta instituição que defendia que o único meio de proporcionar uma educação capaz de formar homens dotados de uma *perfeita razão* seria pela articulação de conhecimentos literários e científicos, que Varnhagen passa sete dos nove anos de sua formação acadêmica.

Finalidade semelhante tinha a Real Academia Militar implantada no Brasil em 1810, com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro. Da mesma forma que o Colégio Militar da Luz, a Real Academia Militar também se insere na reforma da formação militar de oficiais empreendida pela Coroa portuguesa. Adriana Barreto¹⁸ ressalta que a idéia central contida nos estatutos da Real Academia era fornecer importantes doutrinas e conhecimentos para a defesa do território. Tendo, portanto, como preocupação principal a defesa do território a Academia estava voltada, fundamentalmente, para

“[...] formar hábeis oficiais da artilharia e engenharia, e ainda oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas”¹⁹.

As semelhanças entre a Real Academia Militar e a instituição na qual Varnhagen cursara seus primeiros estudos vão desde a duração do curso completo – sete anos – até as disciplinas oferecidas referentes aos estudos militares. Contudo, existia uma diferença essencial entre as duas instituições. Enquanto

17Antônio Teixeira Rebelo. *Resumo do plano detalhado do Real Collegio Militar*. Apud, Laura Nogueira Oliveira. Op.cit., p.123.

18Adriana Barreto de Souza. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

19Op.cit., p.112.

aquela cursada por Varnhagen em Portugal destacou-se pela disciplina e excelência do ensino na formação de seus alunos, a Real Academia caracterizou-se pela precariedade de sua formação acadêmica não sendo, como ressalta Adriana Barreto, “*uma etapa importante, nem mesmo obrigatória na formação dos oficiais militares do século XIX*”²⁰.

Mesmo já tendo condições, após esses sete anos iniciais de sua formação, de servir militarmente ao rei de Portugal, Varnhagen prossegue seus estudos, matriculando-se, ainda em 1832, na Academia de Marinha, no 2º ano matemático, para formar-se engenheiro. Após participar ativamente do embate político entre D. Pedro e seu irmão D. Miguel, defendendo a legitimidade do primeiro ao trono português, é promovido, em outubro de 1833, a oficial de Artilharia e ingressou na Academia de Fortificações onde concluiria o curso de engenheiro militar no ano de 1834, “*grangeando não só aprovações plenas, mas mais de uma vez o primeiro prêmio*”²¹.

Em 1837, aos 21 anos e ainda estudante, é nomeado ao cargo de primeiro-tenente. Além destes cursos regulares, frequentados na Academia de Marinha e na Academia de Fortificações, Varnhagen presenciou também, na escola Politécnica de Lisboa, aulas de Química, Física, Mineralogia, Zoologia e Botânica.

Como destacam Odália²², Lessa²³ e outros, Varnhagen frequentou também cursos relacionados com a atividade de historiador, destacando-se aqueles no campo da Diplomacia, da Paleografia e Economia Política, este último pela Associação Mercantil de Lisboa. Não obstante, a influência de sua formação como engenheiro militar, ao longo dos sete anos que estudou no Colégio Militar da Luz e posteriormente nos dois anos em que esteve na Academia de Marinha e na Academia de Fortificações, será marcante em seus inúmeros e variados estudos, sobretudo no exercício da atividade diplomática e na elaboração da História Geral do Brasil (1854). Segundo José Honório Rodrigues, “*a formação militar do historiador [Varnhagen] em Portugal modelou suas convicções ideológicas*”²⁴. O

20Op.cit., p.110.

21Cf. Clado Ribeiro de Lessa. Op.cit., p.63.

22Cf. Nilo Odália (org.). Francisco Adolfo de Varnhagen. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1979.

23Op.cit., p. 63.

24José Honório Rodrigues. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 275, p. 170-196, abr./jun. 1967.

próprio Varnhagen admitiria tal influência. Ao enviar, em 1843, um ofício ao então comandante do Imperial Corpo de Engenheiros pretendendo uma promoção na carreira militar, elabora uma rápida síntese de sua formação em Portugal considerando que aqueles estudos o *“ajudarão a obter mais vantajosa situação na carreira, cujo amor de classe e dos estudos conservo e conservarei sempre”*.²⁵

Em 1840 Varnhagen retorna ao Brasil e torna-se sócio correspondente do recém-criado (1838) Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB). Por sua experiência de pesquisa, adquirida nos arquivos da Torre do Tombo, é indicado para o cargo de pesquisador comissionado do instituto, com o objetivo de examinar, coletar e extrair cópia de documentos que fossem relevantes para a elaboração e escrita da história do Brasil. Em suas pesquisas nos arquivos ibéricos destaca-se a documentação que levantou relativa aos tratados de limites da América Portuguesa.

Entre março e novembro de 1846, Varnhagen é enviado à Espanha pelo governo imperial, com a finalidade de recolher documentos relativos aos limites do Império que pudessem auxiliar na resolução de pendências limítrofes entre o Brasil e as nações americanas com que possuía fronteiras. Regressa para Lisboa, onde permanece por pouco tempo, sendo removido novamente, em janeiro de 1847, para a legação do Brasil em Madrid, para dar continuidade à tarefa iniciada em 1846²⁶. Tal função permitiu a Varnhagen percorrer, visitar e estudar de perto inúmeras cidades de países da Europa tais como: França (Paris, Orleans, Tours, Nantes e Bordeus), Inglaterra (Londres), Bélgica (Liège, Lovaina, Bruxelas, Gand, Bruges e Ostende) e Alemanha (Colônia, Bonn, Coblença, Neuwied, Heidelberg, Baden-Baden, Strassburg, Frankfurt, Ehrenbreitstein).

Ao retornar ao Rio de Janeiro no início dos anos 1850, é promovido a ministro residente e representou a chancelaria imperial em diversos países da América do Sul, exercendo intensamente a atividade diplomática.

Em 1871 atingiu o posto de Ministro Plenipotenciário na Áustria, em Viena, cargo que ocuparia até 1878, quando falece naquele país. Foi sepultado no

25Clado Ribeiro de Lessa. Correspondência ativa. Rio de Janeiro, INL/Ministério da Educação e Cultura, 1961, pp. 99-102.

26De acordo com os Relatórios do Ministérios dos Negócios Estrangeiros, de 17 de fevereiro de 1848, Varnhagen desempenhou tal trabalho com bastante zelo e competência. Cf. Claudio Lessa. Vida e obra de Varnhagen. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 223, pp. 88-297, jul/set. 1954.

Chile, onde nasceu sua esposa, por determinação da mesma. Porém, um século mais tarde, seus despojos são transferidos para sua cidade natal, Sorocaba, atendendo as determinações contidas em seu testamento²⁷.

O que particularmente gostaria de destacar nesta rápida trajetória acerca da formação de Varnhagen, é que a relevância de seus inúmeros estudos – publicados em uma vasta produção discursiva compreendida por livros, artigos, opúsculos, memórias, biografias e estudos de história, etnografia e filologia – não se limita à figura do Varnhagen historiador, mas principalmente na figura do Varnhagen como pertencente a um segmento específico da sociedade imperial: dos letrados.

O termo letrado refere-se a um grupo restrito de homens que tiveram uma formação de padrão europeu ocidental, extraindo daí seu prestígio, sua reputação e, sobretudo, a autoridade e legitimidade de seu discurso. Carlos Altamirano²⁸, ao organizar uma coleção que analisa o papel exercido por letrados e intelectuais latino-americanos desde o período colonial até o século XX, identifica que estes são em sua maioria indivíduos portadores de conhecimentos especializados e provenientes de categorias sócio-profissionais diversificadas tais como: juristas, engenheiros, jornalistas, geógrafos, matemáticos, entre outros.

Aqueles que estavam inseridos neste seleto segmento tinham por ocupação principal produzir, transmitir e debater – a partir de seus conhecimentos especializados e por meio de revistas, sociedades e panfletos – mensagens que eram dirigidas tanto aos seus pares quanto também à arena política²⁹. Esses

27Em seu testamento, elaborado em 1868, na cidade de Lisboa, Varnhagen expõe os seguintes desejos no que diz respeito ao seu sepultamento: “[...] eu Francisco Adolpho de Varnhagen, achando-me de boa saúde e em meu perfeito juízo, resolvi fazer o meu testamento pela forma seguinte: Sou Católico apostólico romano, filho legítimo de Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen e de D. Maria Flavia de Sá Magalhães, batizado em 19 de março de 1816 na freguesia de S. João de Ipanema. Desejo que o meu corpo fique sepultado no lugar em que suceder o meu falecimento; mas disponho que, antes de decorridos dois anos depois de meu falecimento, no alto do morro de Arasoiaiva, próximo do lugar em que nasci, se levante uma cruz tosca, quer de granito, quer de mármore preto (pedra de cal) das imediações, tão grande quanto seja possível, com uma pequena inscrição na base em que se declare que fiz dela voto ao Senhor, por me haver concedido nascer no Continente de Colombo, e na paragem em que meu Pai levantou um estabelecimento monumental.” Cf. Centro de História e Documentação Diplomática. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ: 2002.

28Carlos Altamirano (org.) História de los intelectuales en América Latina. Buenos Aires : Katz Editores, 2008.

29Carlos Altamirano enfatiza que os intelectuais não são atores políticos, senão em ocasiões especiais: “Por certo, sua atividade [dos intelectuais] supõe – e se acha em relação com – determinadas configurações da vida social, como o Estado, o poder religioso e o sistema

letrados, em sua grande maioria, mesmo não estando ligados diretamente à política, ocupando cargos do governo, participavam ativamente dos debates políticos em situações e temas específicos.

Assim, é importante considerar, ao se analisar a formação dos estados nacionais latino-americanos, o papel ativo que estes homens do saber tiveram neste processo. Seus conhecimentos técnicos, jurídicos e geográficos foram constantemente incorporados nos debates e projetos políticos destes países, desde a conquista da emancipação política e também durante a construção e consolidação de um novo estado soberano. Seus conhecimentos especializados representavam uma importante contribuição para o enfrentamento de desafios como a unificação do Estado e de seu domínio sobre o território e a população dos estados nacionais latino-americanos em formação.

Há de se destacar, portanto, a relação que se estabelece entre este segmento composto por letrados e a estrutura de dominação social que se estruturou em cada região do Novo Mundo, na medida em que o conhecimento daqueles tornou-se um importante fator para legitimar hierarquias e monopólios. Além disso, a figura desses letrados como portadores de uma educação diferenciada, era constantemente vinculada à missão que tinham em oferecer um caminho que possibilitasse que estes países atingissem, por meio da síntese entre a cultura européia e a realidade natural e cultural da América, o progresso e a civilização³⁰.

Jorge Myers ao analisar a formação dos intelectuais latino-americanos desde o período colonial até o início do século XX, aponta para um elemento que foi marcante na trajetória de Varnhagen: o exílio. De acordo com o autor, o exílio, motivado por razões diversas (econômicas, familiares, exercício de funções pelo Estado), ampliava os horizontes intelectuais destes letrados, auxiliando-os, a partir da experiência transnacional, visualizar o seu país como uma unidade política, cultural, social e econômica. O contato com a experiência vivenciada em outros

educativo, as divisões de classe, as fraturas étnicas [...]. Porém eles produzem também cenários próprios, de menor escala, espaços criados por grupos e redes congêneres (sociedade de idéias, movimentos literários, revistas). Se reúnem aí, nessas sociedades, para dissertar, debater, demonstrar, ainda que também para denunciar e rivalizar para controlar o centro da atenção”. Cf. Carlos Altamirano. Op.cit., p.22.

30Jorge Myers. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX. In: História de los intelectuales em America Latina. Carlos Altamirano (org.). Buenos Aires : Katz Editores, 2008.

países, sobretudo aqueles tidos como os principais centros da civilização, era um fator que auxiliava estes intelectuais a analisarem sua própria pátria, com seus problemas e conflitos específicos e buscarem soluções para os mesmos.

É importante ressaltar que o *Memorial Orgânico* fora redigido e publicado primeiramente no exterior, no período em que Varnhagen exerceu diversas atividades de pesquisa e diplomáticas, tendo contato direto com inúmeras cidades européias. Neste sentido, apesar de ter vivido grande parte de sua vida fora do Brasil, exercendo intensamente a atividade diplomática, Varnhagen sempre pensou e escreveu com os olhos direcionados para sua terra natal. Sua produção bibliográfica tinha como um dos objetivos centrais orientar a construção e consolidação do Império do Brasil enquanto uma nação moderna. Segundo Odália³¹, as reflexões intelectuais de Varnhagen revelam pensamentos e preocupações que não eram só suas, mas também de grande parte dos dirigentes imperiais ao longo do processo de construção e consolidação do Estado imperial.

Portanto, as reflexões desenvolvidas não só por Varnhagen, mas também por todos aqueles que compunham a boa sociedade imperial, revelam alguns dos temas e debates dominantes entre os dirigentes imperiais em meados do século XIX, tais como: definição das fronteiras, tráfico intercontinental de africanos, tratamento a ser dado aos indígenas, imigração de colonos europeus, reorganização do território nacional, entre outros.

1.3

O Memorial Orgânico: estrutura, razões e intenções

É participando direta ou indiretamente destes debates que Varnhagen elabora durante sua estadia em Madrid, entre os anos de 1849 e 1850, um detalhado plano de organização do território e da população do Império e o intitula de *Memorial Orgânico que à consideração das assembleias geral e provinciais do Império apresenta um Brasileiro. Dado à luz por um amante do Brasil*. Como o próprio título assinala, esta primeira publicação do Memorial não vem assinada por seu autor. Apenas quando for reeditado no Brasil, na Revista

³¹ Nilo Odália. Op.cit.

Guanabara, em 1851, é que o texto vem identificado com o nome de Varnhagen em sua autoria.

Como comentado há poucas páginas atrás, se tivesse que ser descrito em poucas palavras, o *Memorial Orgânico* poderia ser definido, resumidamente, como um conjunto de medidas administrativas consideradas por seu autor como essenciais e necessárias de serem aplicadas, com o intuito de solucionar os problemas presentes no Império do Brasil em meados do século XIX.

No primeiro capítulo – *Alguns Enunciados* – Varnhagen expõe ao leitor o que para ele são os principais problemas enfrentados pelo país em meados do século XIX. De acordo com sua análise tais problemas – divisão inadequada das províncias, falta de comunicação interna, indefinição das fronteiras, inapropriada localização da capital, elevado número de negros africanos e índios bravos, diminuto contingente de colonos europeus – são provenientes da desorganização de dois elementos principais: o território e a população.

No segundo capítulo – *Justificam-se as seis proposições enunciadas* – é feita uma minuciosa análise de cada um dos pontos levantados no capítulo anterior, expondo os motivos que levaram o país a chegar à situação atual e, ao mesmo tempo, aponta para os perigos de não solucioná-los.

No terceiro capítulo – *Soluções e Remédios* – Varnhagen apresenta e defende uma série de medidas que têm por finalidade reverter o quadro apresentado nos dois capítulos anteriores. Dentre as propostas apresentadas pelo autor, ganham destaque a defesa em torno da transferência da capital para o interior do território, o fim imediato do tráfico de negros africanos e o tipo de tratamento a ser direcionado aos indígenas. Suas considerações em relação aos indígenas foram as que geraram maiores críticas e contestações ao *Memorial Orgânico* por parte de seus contemporâneos, como será visto no terceiro capítulo desta dissertação.

Um traço bastante característico e que perpassa por todos os capítulos do *Memorial Orgânico* é o uso de diferentes experiências históricas de variados países para validar e legitimar os argumentos apresentados. Tal traço revela, de um lado, a formação obtida por Varnhagen que, como já foi observado, congregou conhecimentos científicos mais diretamente relacionados à formação militar e

literários, voltados para o estudo de história, línguas, geografia e retórica; de outro revela também a própria experiência diplomática de Varnhagen, que o permitiu conhecer de perto inúmeros países. Assim, a união destes dois elementos influenciaram bastante nas reflexões desenvolvidas por Varnhagen no *Memorial Orgânico*.

Estes são, em linhas gerais, os principais pontos que estruturam a narrativa do *Memorial Orgânico*. Contudo, uma interrogação se manifesta: que elementos teriam motivado Varnhagen a elaborar um minucioso projeto de organização do Império por meio de um conjunto de medidas administrativas articuladas entre si? Para responder a esta pergunta, analisarei algumas considerações feitas no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*. Após elaborar no início de seu texto um parecer das circunstâncias em que se encontra o Brasil no momento em que escreve (1849/1850), Varnhagen faz o seguinte comentário:

“Assim o Brasil declarou-se independente; proclamou o Império; e depois de um quarto de século acha-se quase na mesma; é com mais ar de colônia, ou de muitas colônias juntas que de nação compacta. [...]”³²

Chama a atenção neste comentário o incômodo de Varnhagen pelo fato de passados cerca de *um quarto de século* após a independência, o país apresentar uma organização bastante semelhante ao período colonial. Ou seja, ao enfatizar que o Império *acha-se quase na mesma*, Varnhagen está alertando que o Brasil encontra-se estacionado no tempo, permanecendo, mesmo após sua emancipação política, ainda com *mais ar de colônia que de nação compacta*. Incômodo que se explica, entre outros elementos, pela estrutura temporal predominante desde fins do século XVIII e ao longo de todo o XIX no mundo ocidental. A gênese desta concepção de tempo encontra-se também diretamente relacionada à emergência do mundo moderno.

Segundo Reinhart Koselleck a partir de meados do século XVIII o mundo ocidental passa a vivenciar novas experiências que trouxeram, num ritmo

³²Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial Orgânico que à consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Dado a luz por um amante do Brasil*. Madri: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849, p.2.

acelerado, intensas mudanças nos hábitos, costumes e forma de pensar dos indivíduos. Acontecimentos como o advento da Revolução Industrial, do Iluminismo e, sobretudo, a eclosão da Revolução Francesa, são pontos marcantes deste processo de mudanças e encontram-se na gênese do mundo moderno³³.

É neste contexto, e influenciado diretamente por ele, que desenvolve-se em meados do século XVIII um novo estilo de pensamento³⁴: o racionalismo moderno. Ao incentivar o desenvolvimento das ciências exatas, sobretudo da matemática, uma das características centrais deste estilo de pensamento é a busca por leis gerais e universais capazes de explicar racionalmente qualquer fenômeno, seja ele natural, social, político ou histórico. Neste sentido a intenção básica – ou seja, aquilo que determina o caráter e a forma de um estilo de pensamento – do racionalismo moderno é a rejeição a qualquer explicação do mundo e das coisas que não pode ser expressa em uma fórmula matemática com aplicação universal.

Este ideal de conhecimento do racionalismo moderno, estruturado em uma lógica quantitativa e calculista, se opõe de forma sistemática ao tipo conhecimento até então predominante e que baseava-se nas experiências concretas. Portanto, nesta incessante busca por leis gerais e universais, o indivíduo concreto torna-se secundário em face à linha de raciocínio abstrata que se desenvolve com o racionalismo moderno. É neste momento que determinados conceitos- básicos³⁵

33O historiador Reinhart Koselleck utiliza a expressão *Sattelzeit* para denominar o período entre 1750 e 1850 como sendo a transição entre o início da modernidade e a modernidade propriamente dita. De acordo com a análise de Koeselleck em torno da história dos conceitos, durante este período observa-se uma transformação substancial, caracterizada por uma forte aceleração, no sentido incorporado aos vocabulários políticos e sociais identificando mudanças nas estruturas sócio-políticas do ocidente. Para um conhecimento mais detalhado em torno desta análise feita por Koselleck, cf. Reinhart Koselleck. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: História dos Conceitos: debates e perspectivas. Marcelo Jasmin e João Feres (orgs.). Editora PUC-Rio, 2006.

34Ao utilizar o conceito de estilo de pensamento, estou considerando não apenas uma área específica, a política por exemplo, mas sim inúmeras áreas da personalidade humana (política, arte, literatura, filosofia, história) que acabam por influenciar no agir cotidiano de um determinado grupo. Portanto, ao se efetivar uma análise de um determinado estilo de pensamento não pode-se deixar de considerar os seguintes elementos: a) em uma sociedade, os padrões de pensamento humano encontram-se em constante mudança; b) um determinado estilo de pensamento origina-se em um espaço (lugar) e tempo específicos; c) as circunstâncias sociais e maneira como os diferentes grupos as interpretam. Para uma explicação mais detalhada em torno do conceito de estilo de pensamento, cf. Karl Mannheim. O Pensamento Conservador. In: Introdução crítica à sociologia rural, org. José de Souza Martins. São Paulo, 1981.

35Koselleck define como conceitos básicos aqueles que são insubstituíveis do vocabulário político e social por incorporarem inúmeras e diversas experiências e expectativas, tornando-se, portanto, indispensáveis na formulação dos temas mais centrais de um determinado tempo. Koselleck ressalta que “[...] os conceitos básicos são altamente complexos, sempre controversos e disputados. É isto que os faz historicamente técnicos ou profissionais. Nenhuma ação política, nenhum

sofrem um intenso processo de abstração, adquirindo a qualidade de singular-coletivos³⁶.

Uma das conseqüências desta nova percepção de mundo introduzida pelo racionalismo moderno é o surgimento de uma nova estrutura temporal. É importante atentar para esta nova forma de vivenciar o tempo a partir da modernidade, pois o tempo histórico não é algo natural e evidente, mas, assim como o estilo de pensamento, uma construção cultural que em cada época determina, de uma maneira específica, como os homens estabelecem as relações entre aquilo que já foi experimentado (passado) e as expectativas que se lançam ao futuro, influenciando assim diretamente no seu agir cotidiano (presente).

O caráter dinâmico e mutável do tempo histórico na modernidade foi responsável por gerar o abandono de uma concepção temporal orientada a partir de fenômenos naturais – seja por meio das estações do ano, do movimento das estrelas ou da seqüência natural (vida) de governantes e dinastias – modificando assim as relações entre passado e futuro. Com o estabelecimento de um tempo determinado exclusivamente pela história e pela ação dos homens, o elemento natural e transcendental vai gradativamente sendo substituído por uma nova categoria temporal: o progresso, conceito-chave do mundo moderno³⁷.

comportamento social, pode ocorrer sem um estoque mínimo de conceitos básicos que persistiram durante longos períodos; que subitamente apareceram, desapareceram e reapareceram; ou que foram transformados rápida ou lentamente. Tais conceitos devem, por esta razão, ser interpretados de modo a pôr em ordem os seus múltiplos significados, as suas contradições internas e suas aplicações variáveis nas diferentes camadas sociais”. Reinhart Koselleck. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Marcelo Jasmin e João Feres (orgs.). Editora PUC-Rio, 2006.

36Cf. Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006. Especialmente na primeira parte do livro (Sobre a relação entre passado e futuro na história moderna), o autor analisa que com o desenvolvimento do racionalismo moderno inúmeros conceitos-chave (conceitos básicos) passam por um processo de abstração, com a finalidade de incorporá-los um significado universal. Assim, deixa-se de falar por exemplo na igualdade dos franceses ou na liberdade dos ingleses para se falar na Igualdade e Liberdade comum a todos os indivíduos e sociedades. O mesmo ocorre com o conceito de história, que deixou de ser utilizado como era até meados do século XVIII no plural, para designar as diversas narrativas particulares, e passou a ser usado cada vez mais no singular para designar a seqüência unificada dos eventos.

37O conceito de progresso foi cunhado em fins do século XVIII, incorporando em seu sentido uma periodização temporal em que o futuro é interpretado como um novo tempo, inteiramente diferente e melhor que o anterior (passado), sendo portanto de vital importância os homens o atingirem o mais rápido possível, acelerando o processo histórico, ou seja, se distanciando das experiências anteriores. Cf. Reinhart Koselleck. *Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

Ao contrário de uma concepção cíclica de tempo em que a repetição dos eventos proporciona uma forte associação entre passado e futuro, sobretudo pelo caráter de exemplaridade exercido pelo primeiro, com o desenvolvimento de um tempo linear e evolutivo, marcado pela aceleração e novidade dos acontecimentos, ocorre um afastamento entre passado e futuro. A partir de então, a época em que se vive (presente) passa a ser compreendida como um tempo de ruptura e transição e não de continuidade³⁸.

Assim, os principais aspectos que definem a concepção de tempo que se estrutura no mundo moderno, são: a aceleração do tempo; a busca do progresso; e a imprevisibilidade com relação ao futuro. Quanto mais rápido se atingir este futuro desconhecido, controlando-o, mais rápido os homens e a sociedade atingiriam o progresso tanto material, quanto social, político e espiritual.

Portanto, um dos motivos que possivelmente incentivaram Varnhagen a escrever o *Memorial Orgânico* é o fato de o Império, passados 25 anos da Independência, encontrar-se *quase na mesma*, o que representaria um atraso na marcha do Império rumo ao progresso, impossibilitando-o de se tornar uma Nação Civilizada.

Contudo, se a aceleração do tempo pode ser considerada, de acordo com as reflexões de Reinhart Koselleck, como a experiência básica da concepção de tempo que se desenvolveu no mundo moderno, uma de suas conseqüências mais significativas, de acordo com Manheim³⁹, é a emergência de fortes diferenciações sociais. De acordo com este autor, as inúmeras mudanças implementadas pelo racionalismo moderno geraram reações diversas entre os diferentes grupos sociais que compunham a sociedade moderna. Cada um desses grupos desenvolverá conscientemente, desde fins do XVIII e ao longo do XIX, suas idéias, gerando estilos de pensamento diferentes e antagônicos.

38O conceito de revolução é bastante elucidativo para caracterizar este processo de transformação da noção de tempo histórico experimentado a partir do surgimento e afirmação do mundo moderno. Antes de 1789 o sentido incorporado ao conceito de revolução remetia ao uso latino da palavra, referindo-se à volta ao ponto de partida, ou seja, a um movimento cíclico enfatizando, portanto, a repetição dos acontecimentos. Com o Iluminismo e principalmente com a experiência da Revolução Francesa, a palavra revolução vai gradativamente perdendo seu sentido original, passando a representar uma experiência até então nunca vivenciada, apontando assim para um futuro desconhecido. Cf. Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

39Cf. Karl Manheim. *O Pensamento Conservador*. In: *Introdução crítica à sociologia rural*, org. José de Souza Martins. São Paulo, 1981.

Na esfera sócio-política este antagonismo pode ser observado, por exemplo, a partir de duas concepções distintas em relação à aceleração do tempo, evidenciando a estruturação de diferentes estilos de pensamento. De um lado tem-se o conservadorismo que não se opõe à estrutura temporal desenvolvida com o racionalismo moderno e seus elementos teóricos (caráter dinâmico e mutável). Ao contrário, o conservadorismo emerge dessa organização temporal, incorporando seus pressupostos de forma racional e, conscientemente, lhes impregna um sentido diverso. Ao contrário dos progressistas que buscam estimular ao máximo a aceleração do tempo, provocando a ruptura entre passado e futuro, os conservadores têm por finalidade, entre outros elementos, retardar ao máximo este processo, tecendo assim uma unidade entre passado e futuro.

Nas considerações feitas por Varnhagen reproduzidas há pouco, é possível identificar a influência exercida pelo conservadorismo em seus argumentos. Ao alertar para o fato de que o Brasil '*acha-se quase na mesma*' passados um quarto de século da independência, Varnhagen utiliza os conceitos de colônia e nação para referir-se, respectivamente, ao passado e futuro. Ou seja, mesmo apontando a necessidade de superar o passado – *ar de colônia* – para atingir o futuro – *nação compacta* – Varnhagen não deixa também de apontar para a unidade e/ou coexistência entre eles.

Ainda no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*, Varnhagen expõe de forma mais clara esta unidade entre passado e futuro no curso linear e evolutivo do tempo. Ao justificar a aplicação das medidas que em seguida defenderá, faz o seguinte comentário:

“[...] Retardar sua execução quando julgada mais útil é opor-se ao adiantamento, e é desprezar uma ocasião de corresponder a confiança do Monarca, ilustrando seu reinado com uma grande providência salvadora. O primeiro soberano que viu a América franqueou os portos do Brasil e elevou-o à categoria de reino. O segundo emancipou-o com uma coroa imperial. Qual deve ser a missão do terceiro? Do primeiro soberano nascido no novo mundo? - Respondamos: a de organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Império”⁴⁰.

Ao recuperar positivamente as figuras de D. João e D. Pedro I, compartilhando com a concepção de tempo característica do conservadorismo,

40Varnhagen. Op.cit., p.3.

Varnhagen defende, como continuidade deste engrandecimento, que o governo daquele que é o *primeiro soberano nascido no novo mundo* tenha por missão, *organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Império*. Ao identificar como missão fundamental do governo do imperador D. Pedro II uma organização capaz de assegurar '*para sempre o seu vasto Império*', é possível identificar o tom de alerta e de preocupação que permeia este primeiro capítulo do Memorial.

Possibilita ainda compreender o título escolhido por Varnhagen para o seu texto: *Memorial Orgânico*. Recorrendo ao dicionário Moraes e Silva, a palavra *memorial* é definida como um "*livro de apontamentos para lembrança*", ou ainda como uma, "*petição para lembrar o que se pede*"⁴¹. Portanto, Varnhagen tinha como uma de suas principais intenções ao escrever o *Memorial Orgânico*, fazer uma lembrança aos políticos do país para que adotassem as medidas necessárias para pôr fim aos obstáculos que impediam o Império seguir regularmente sua marcha rumo ao progresso e à civilização. E tal lembrança é feita em tom de alerta e de preocupação, pois de acordo com Varnhagen,

“Se chega hoje o momento oportuno há que aproveitá-lo pois acaso não voltará amanhã. Haja convicções profundas, amor de pátria, caráter firme e enérgico, coragem e dedicação, que o país será salvo. [...] Força, perseverança, valor político, olhos no futuro – e adiante!”⁴².

Estas considerações de Varnhagen se aproximam bastante dos argumentos apresentados em um texto contemporâneo ao *Memorial Orgânico*. Trata-se do panfleto *Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil* de Justiniano José da Rocha⁴³. Elaborado, em parte como uma resposta ao panfleto de Francisco de Sales Torres Homem, o *Libelo do Povo*, o texto de

41 Antonio de Moraes e Silva. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa : Typografia Lacerdina, 1813.

42 Varnhagen, loc. cit.

43 Considerado pela historiografia como um dos dirigentes conservadores mais importantes do Segundo Reinado, Justiniano José da Rocha nasceu no Rio de Janeiro no dia 8 de novembro de 1812. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi professor de história e geografia no Colégio Pedro II e de direito na Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 1836 fundou os periódicos *O Athalante* e *O Chronista*. Foi redator do Jornal do Comércio entre 1839 e 1840 e combateu a ascensão dos liberais na maioria de D. Pedro II. Segundo Vainfas “Justiniano José da Rocha tornou-se órgão e alma na imprensa do Partido Conservador”. Cf. Dicionário do Brasil Imperial. Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro : Objetiva, 2002.

Justiniano, realiza uma análise dos principais acontecimentos políticos do Brasil desde a emancipação política até o momento em que escreve, no início dos anos de 1850. Como o próprio título identifica, o autor divide tais acontecimentos em três períodos: primeiramente têm-se o período da Ação que vai de 1822 a 1836, subdividindo-se em luta e triunfo, em que triunfa o princípio democrático; o segundo período, de 1836 a 1852 é o da reação monárquica, que surge a partir da exageração do domínio democrático, e que assim como o anterior também se subdivide em dois momentos: luta e triunfo; e o terceiro período que de acordo com Justiniano é o momento presente, 1853, é o período da transação em que se busca um equilíbrio entre os princípios democrático e monárquico, incorporando o que se tem de melhor em cada um deles e excluindo suas exagerações.

Tal periodização feita por Justiniano fica bastante clara na seguinte reflexão feita pelo autor na introdução de seu texto. De acordo com ele,

“Desde os dias da independência, até 1851 vivemos no meio das lutas do elemento democrático e do elemento monárquico; procurando ambos alternadamente e com igual intensidade excluir-se trouxeram-nos pela vereda do infortúnio ao ponto em que estamos. Ter-lhe-íamos sucumbido, se nos não valesse a forte constituição da unidade brasileira; a ela devemos os dias que correm de paz e bonança, de aspirações mais brandas e moderadas, de arrefecimento de ódios e paixões”⁴⁴.

Já o período da Transação seria um momento superior que se estabelece após estes embates entre o elemento democrático e o elemento monárquico, como bem aponta Justiniano:

“Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização”⁴⁵.

Contudo, mesmo o país se encontrando no período referente à Transação, Justiniano faz um importante alerta, que muito se assemelha com as considerações

44Justiniano José da Rocha. Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: Três panfletários do Segundo Reinado. Raimundo Magalhães Junior (org.). São Paulo, 1965, p.164.

45Op.cit., p.163.

feitas por Varnhagen no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*. De acordo com ele,

“A fase da transação é pois a que exige mais prudência, mais tino, mais devoção dos estadistas a quem é confiada à força governamental e a alta direção dos públicos negócios. [...] Os dias da transação vão passando, e não têm sido utilizados; já quem sabe se não desponta no horizonte do país o sinal precursor de nova ação ... ainda é tempo todavia; [...] queremos esclarecer posições, [...] queremos servir o país, e não irritar paixões e suscetibilidades; não é pois manifesto de guerra que lançamos, é um farol que ascendemos à borda do abismo, para que dele nos desviemos”⁴⁶.

Portanto, assim como o *Memorial Orgânico* é uma *petição para lembrar o que se pede*, o panfleto de Justiniano também tem por objetivo alertar, por meio do exemplo que a história política do país demonstrava, aos estadistas para que tomem as medidas necessárias para que o Império realize a *conquista da civilização*, impedindo assim que se abra novamente um ciclo de embates – de lutas e triunfos – entre os princípios democrático e monárquico.

Assim como o texto de Justiniano José da Rocha, o *Memorial Orgânico* também nos permite observar de que forma os dirigentes imperiais incorporavam os ideais do conservadorismo, possibilitando-os expandir um ideal de ordem, pois como ressalta Hobsbawn, “a melhor defesa da idéia de império é a defesa da idéia de ordem”⁴⁷. E ao expandir um ideal de ordem, tornava-se possível difundir uma determinada civilização para todo o território e população do Império.

1.4

Um diagnóstico nada animador

Como já mencionado anteriormente, o *Memorial Orgânico* teve sua primeira publicação durante o período em que Varnhagen exerceu a função de encarregado dos negócios do Império em Madrid. Foi publicado anonimamente em dois pequenos volumes, entre os anos de 1849 e 1850, sendo reeditado no

46Op.cit., pp.164-165.

47Eric Hobsbawn. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.

Brasil entre outubro e novembro de 1851 na Revista Guanabara⁴⁸, que contava com o amparo de D. Pedro II e tinha à frente de sua direção homens como Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias. A reedição do *Memorial Orgânico* na Revista Guanabara, ao contrário de sua primeira publicação, é assinada pelo autor por determinação dos editores daquele periódico, conforme o próprio Varnhagen explicita na carta que abre a edição do *Memorial Orgânico* na Guanabara⁴⁹.

Ainda nesta carta introdutória à reedição do *Memorial Orgânico* pela Guanabara, Varnhagen comunica ao leitor que na presente publicação (1851) “[...] as alterações não mudam a forma: apenas com elas se aprimoram e arredondam frases [...]”. E completa: “[...] Não introduzi, [...] uma só idéia nova, segundo se podem desenganar pela confrontação”⁵⁰.

Contudo, acatando a sugestão de Varnhagen, realizei a confrontação entre as duas publicações do *Memorial Orgânico* e identifiquei que existem diferenças entre elas. O próprio Varnhagen, admitiria tal fato, quando em 1877, já no fim da vida, escreve em Viena um pequeno opúsculo em que reafirma suas posições acerca de um dos principais temas abordados no *Memorial*: a questão da localização da capital. Neste que talvez tenha sido um de seus últimos trabalhos publicados, Varnhagen faz o seguinte comentário:

48 A respeito da Revista Guanabara, c.f. Nelson Werneck Sodré. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro, 1966; Bernardo Ricupero. O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830/1870). São Paulo : Martins Fontes, 2004.

49 Varnhagen demonstra certo descontentamento com tal exigência dos redatores da Guanabara de que a publicação do *Memorial* na revista devia ser assinada, talvez já imaginando as repercussões que algumas de suas idéias iriam gerar, sobretudo no que se referiria ao tratamento a ser dado aos indígenas. O autor do *Memorial* faz o seguinte comentário na carta citada: “Rio, 15 de Setembro de 1851. Meus amigos e srs. - Assim o querem, assim o tenham. Restituo os dois opúsculos com os retoques que me propus fazer-lhes, uma vez que, por sua vontade, devem ser eles reproduzidos no Guanabara [...] e com o meu nome, circunstância esta que não se deu na edição de 1849 (1ª parte) e 1850 (2ª parte) [...]. Assentam meus amigos que deve ir agora o meu nome: creio que fazem mal e que me buscam trabalho, como lhes disse. Sei que para levar a gente a sair do ramerrão necessita-se de alguém que se arrote, que seja vítima de sacrificio na religião das novas idéias; por esse lado sentir-me-ia eu com abnegação bastante, e com energia para arrostar contra balas de papel, e espero não me dar por morto moralmente, enquanto tiver alento de vida”. Revista Guanabara, 1851, tomo I, p.357.

50 Op.cit., p.355.

“(...) nesta carta [de abertura do Memorial Orgânico pela Revista Guanabara] prometíamos não fazer novas adições, deixamos de cumprir essa promessa. Enviamos à redação mais duas partes, a última (4ª) das quais não chegou a ser impressa, ignoramos porque; e na 2ª preferimos englobar os argumentos novos apresentados na 3ª (...)”⁵¹.

Embora os temas tratados em ambas as publicações sejam os mesmos, os argumentos utilizados por Varnhagen apresentam variações entre as publicações de 1849/50 (Madrid) e 1851 (Guanabara). Objetivando desenvolver uma compreensão mais completa do pensamento e das reflexões de Varnhagen apresentados neste texto, utilizarei ao longo da dissertação as duas publicações do *Memorial Orgânico*⁵². Feitas estas considerações iniciais, volto às atenções para o conteúdo do *Memorial Orgânico*.

Em seu primeiro capítulo, intitulado “*Alguns Enunciados*”, Varnhagen descarta o uso de introduções permeadas de erudição e requinte literário. Ao contrário, sob um forte pragmatismo, expondo desde já toda a influência adquirida em sua formação como engenheiro e militar, realiza nos dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico*, o diagnóstico de um corpo – Império do Brasil – acometido por algumas doenças. Eis seu parecer:

“O Brasil é uma nação cujas raias com as vizinhas estão por assinar; um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo sistema de comunicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um território enfim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas [...].

[...] E que é a nossa população? Para tão vasto país como uma gota de água no caudaloso Amazonas. Mas pior é a sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos (infelizmente) colonos europeus”⁵³.

Objetivando desenvolver uma análise que permita compreender a relevância destes dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico*, chamo a atenção para uma característica presente no texto de Varnhagen: o uso de expressões,

51Francisco Adolfo de Varnhagen. A Questão da Capital: marítima ou no interior? Viena, Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877, p.1.

52 Identificarei cada uma das publicações utilizadas ao longo do texto e também nas notas, colocando ao lado o ano da publicação do Memorial Orgânico que esta sendo utilizada naquele momento.

53Varnhagen. Op.cit.[1849], p. 2.

conceitos e saberes advindos da ciência médica. Tal uso expressa o interessante diálogo e/ou aproximação que se estabelece, ao longo do século XIX, entre as disciplinas de história e da medicina. Segundo Marc Ferro⁵⁴, a apropriação do método médico para analisar a sociedade relaciona-se diretamente com o processo de afirmação da história e da medicina como disciplinas científicas, ao longo do século XIX.

Uma questão interessante deste diálogo entre medicina e história, e que aparece implícita no *Memorial Orgânico*, diz respeito ao poder simbólico transmitido pela imagem/ofício do médico: representante da higiene e dedicado ao bem estar, o médico encarnava o ideal do progresso⁵⁵. Destaca-se assim, a figura do médico que, em virtude do seu conhecimento especializado, tem o poder do diagnóstico e principalmente do prognóstico. É ele que tem a capacidade de analisar e julgar se o paciente encontra-se saudável ou enfermo. Trata-se, portanto, de uma relação de poder em que o médico exerce uma autoridade sobre o paciente.

Portanto, a apropriação da ordem médica para analisar a sociedade coloca em destaque a figura daquele que pelo conhecimento especializado, adquirido em sua formação, tem condições de analisar a sociedade, apontando seus problemas – doenças – e soluções para que a mesma atinja o progresso e a civilização. Expressa ainda que a ordem social não ocorre naturalmente, mas sim depende da ação daqueles que, de acordo com suas habilidades, têm capacidade para organizá-la e dirigi-la. Assim como na medicina é necessário possuir conhecimentos específicos para tratar do corpo humano, não era diferente para organizar a sociedade. É justamente aí que reside a importância da formação de Varnhagen. Ao se formar como engenheiro militar, Varnhagen adquiriu conhecimentos específicos que lhe permitiam analisar e defender um determinado tipo de organização para o corpo do Império – o território – e seu conteúdo – a população.

O *Memorial Orgânico* incorpora em diversas passagens o uso de expressões características do saber médico, construindo metáforas que auxiliam

54Marc Ferro. A história vigiada. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
55Op.cit., p.86.

na análise do Império. Ao iniciar o Memorial enunciando os males que acometem o país, em seguida Varnhagen faz o seguinte comentário:

“Puzemos o dedo em várias chagas do país para acusar delas a existência [...]. Mas entenda-se! Dizemos o mal para que ele se conheça e se trate de sua cura [...]. Se julgássemos um só desses males incurável teríamos igualmente patriotismo bastante para ocultá-lo, e se víssemos que ele produziria a infalível morte da pátria, também a amamos bastante para que tivéramos a coragem de caladamente morrer com ela”⁵⁶.

Esta apropriação do saber médico também se manifesta em um ponto central do texto de Varnhagen: no título de sua obra. Como já indiquei, o termo 'Memorial' é apresentado pelo dicionarista Moraes e Silva como um '*livro de apontamentos para lembrança*' ou ainda como uma '*petição para lembrar o que se pede*'. Neste sentido, o termo Memorial expressa o objetivo do texto de Varnhagen: alertar para a necessidade de se adotar determinadas medidas consideradas como imprescindíveis para que o Império continue sua marcha em direção ao progresso e à civilização. Contudo, Varnhagen completa o título incorporando ao lado de 'Memorial' a palavra 'Orgânico'. Novamente retornando ao dicionário Moraes e Silva, o termo Orgânico aparece definido como o conjunto de '*órgãos ou membros do corpo animal*'⁵⁷.

Ao conceber o Império como um corpo que se constitui a partir da associação de um conjunto de órgãos e membros, formando assim um organismo, Varnhagen está indicando que as medidas a serem tomadas têm por finalidade atender não só determinadas partes, mas sim fortalecer todo o corpo, por meio de uma relação harmônica entre as partes que o compõem.

Portanto, farei a partir de agora da metáfora que a pouco fiz referência: de um corpo – Império do Brasil – doente, acometido por algumas enfermidades. É a partir desta metáfora que organizo minha análise do primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*, estruturando-a em torno do que pode ser denominado de “procedimento médico”. Explico. Quando um médico diagnostica que o corpo humano está sendo atacado por alguma doença, realiza-se, na maioria das vezes, o seguinte procedimento padrão: a) primeiro procura-se as causas – as origens – que

56Varnhagen. Op.cit. [1849], p.2.

57Moraes e Silva. Op.cit.

possibilitaram a contração da respectiva doença; b) em seguida, identifica-se os efeitos já provocados, ao mesmo tempo em que aponta-se para aqueles que ainda possam vir caso não se adote o tratamento adequado; c) por fim, adotam-se medidas de combate buscando a erradicação (cura) da doença e o conseqüente fortalecimento do corpo.

Neste primeiro capítulo da dissertação me ocuparei principalmente das causas e dos efeitos do diagnóstico feito por Varnhagen naqueles dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico*, enquanto que as medidas defendidas pelo mesmo para a reversão deste quadro clínico – os remédios – serão analisadas nos capítulos seguintes.

Pois bem, Varnhagen, já diagnosticou o que ele próprio nomeou como sendo as *chagas do país*. Dando continuidade a proposta de análise feita acima, vejamos o que ele apresenta como as causas e os efeitos destes males.

1.5

As origens dos males

Nas enunciações feitas no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico* destacam-se dois elementos principais e/ou centrais que, segundo os argumentos do próprio Varnhagen, podem ser vistos como as origens pela situação atual do Império.

O primeiro elemento apresentado por Varnhagen como responsável pelo estado de enfermidade em que o Império se encontra, reside no fato de

“Em geral os nossos políticos demasiado embebidos no estudo dos livros estrangeiros, e no hábito de adotar às vezes com nimia prontidão os seus preceitos, distraem-se de estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil [grifos do autor].”⁵⁸

Ao criticar o que caracterizaria como *espírito de imitação*⁵⁹, Varnhagen revela a influência do pensamento conservador sobre a forma de agir e pensar dos

58Varnhagen. Op.cit. [1849], p.2.

59Idem.

dirigentes imperiais. E uma dessas influências do conservadorismo, importante de ser enfatizada, diz respeito ao modo como este estilo de pensamento concebia o tempo histórico, organizando-o dentro de uma estrutura linear e evolutiva entre passado, presente e futuro. Ao enfatizar a coexistência e não a ruptura, o conservadorismo racionaliza o tempo histórico tendo como referência principal as circunstâncias e experiências históricas concretas⁶⁰.

De acordo com Manheim, o conservadorismo possui como um de seus principais pressupostos teóricos a compreensão de que somente por meio do conhecimento das circunstâncias históricas, específicas de cada sociedade, torna-se possível a esta mesma sociedade se aperfeiçoar e atingir o progresso e a civilização. Portanto, o caráter sucessório (seqüencial) – inerente a uma concepção linear de tempo – só adquire sentido e lógica quando articulado a um espaço específico, enfatizando assim a particularidade de cada povo e/ou sociedade no processo histórico. Trata-se, portanto, de uma concepção de tempo histórico em que a dimensão temporal ocupa lugar secundário em relação à espacial⁶¹. Por priorizar a espacialidade frente à temporalidade, os conservadores constroem uma forte associação entre o espaço e os conceitos de progresso, civilização e nação⁶².

Neste sentido, o *espírito de imitação* exposto por Varnhagen é visto pelos saquaremas, e por aqueles que de alguma forma a eles se associavam, como um forte obstáculo ao futuro que almejavam: a inserção do Império do Brasil no

60Segundo Manheim, “[...] A peculiaridade do modo conservador de enquadrar as coisas em um contexto mais amplo, é que ele se aproxima delas por trás, a partir de seu passado. Para o pensamento progressista, o significado das coisas deriva em última análise de algo acima ou além delas mesmas, de uma utopia futura ou de sua relação com uma forma transcendente. Os conservadores, no entanto, vêm todo o significado de uma coisa no que está por trás dela, ou seu passado temporal ou sua origem evolutiva. Enquanto o progressista utiliza o futuro para interpretar as coisas, o conservador utiliza o passado; o progressista pensa em termos de modelo, o conservador pensa em termos de origens”. Karl Manheim. Op.cit., p. 121.

61Manheim ressalta que, “[...] os conservadores conhecem o passado como sendo algo que existe com o presente; conseqüentemente, sua concepção de história tende a ser mais espacial do que temporal; ela enfatiza mais a coexistência do que a sucessão”. Cf. Karl Manheim. Op.cit., p.123.

62Ao enfatizar o valor atribuído pelo pensamento conservador ao espaço, Manheim considera que “A terra é a base real sobre a qual o Estado se ergue e se desenvolve, e somente a terra pode realmente fazer a história. O indivíduo transitório é substituído pelo fato mais durável, a terra, como base dos acontecimentos. Como Möser disse: [...] “a história da Alemanha tomaria um rumo completamente novo se traçássemos a sorte das propriedades territoriais, como as reais partes componentes da nação, através de todas as suas mudanças, considerando-as como corpo da nação, e seus beneficiários apenas como bons ou maus acidentes que podem acontecer ao corpo. Todo indivíduo e acontecimento isolado é visto como puramente acidental e fortuito em contraste com essa sub-estrutura territorial compacta”. Cf. Manheim. Op.cit., p.123.

conjunto das Nações Civilizadas. Ao contrário da primeira publicação do *Memorial Orgânico* em Madrid (1849), na edição de 1851 pela Guanabara Varnhagen estende consideravelmente seus argumentos em torno deste debate. Eis a reflexão apresentada na Guanabara:

“[...] nos cumpre estudar as necessidades do Brasil só pelo mesmo Brasil, e não pelo que se passa n' outros países mais civilizados, a cujas leis já demasiado temos copiado. Tenhamos presente o grande preceito de Vattel: “Toda nação deve primeiro conhecer-se: sem isso nunca poderá ela trabalhar com bom êxito para o seu aperfeiçoamento. É preciso que se faça justa idéia do estado em que se acha, a fim de tomar as medidas que convenham a esse estado; deve conhecer os progressos que tem feito, os que cumpre fazer, e o que tem de bom ou de defeito, para saber o que há de conservar e o que há de corrigir. Sem tal conhecimento a nação será conduzida ao acaso; tomar-se-ão muitas medidas falsas; e julgar-se-á obrar com grande prudência imitando o proceder dos povos reputados hábeis, sem notar que tal regulamento ou prática, salutar a uma nação, é muitas vezes perniciosa à outra”. Repassemo-nos bem da verdade destas poucas linhas do grande publicista; e acabemos de uma vez com o mau hábito de estarmos sempre a traduzir leis e a citar a Inglaterra e a macaquear os Estados Unidos. [...] Ouçamos ao jovem Brasil suas queixas, e apliquemo-lhes o remédio que nos dite o bom senso e a história da formação das nações”.⁶³

Se por um lado os dirigentes imperiais tomam os *'países mais civilizados'* como referências, sobretudo Inglaterra e França, pois representam o modelo de civilização a ser atingido, de outro, também realizam restrições à implementação de determinadas medidas administrativas e formas de organização política experimentadas naqueles países, principalmente quando estas ameaçam os monopólios e as hierarquias existentes entre os três mundos da sociedade imperial e no interior de cada um deles.⁶⁴

É válido ressaltar, e isto reforça ainda mais a atenção a ser dada a este ponto, que tal forma de pensar incorporada pelos homens da boa sociedade não se limitava apenas ao campo político-administrativo, por mais que seja para este que o *Memorial Orgânico* esteja direcionado. A influência do conservadorismo entre os homens da boa sociedade está presente também em outros campos, como por exemplo no literário. As considerações feitas por Joaquim Norberto de Sousa Silva⁶⁵, contemporâneo de Varnhagen, em defesa da originalidade e nacionalidade

⁶³Varnhagen. Op.cit. [1851], p.424.

⁶⁴Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. O Tempo Saquarema. São Paulo : Hucitec, 2004.

⁶⁵Joaquim Norberto de Sousa e Silva nasceu no Rio de Janeiro em 6 de junho de 1820 e desde cedo destacou-se no campo das letras, publicando seu primeiro livro aos 21 anos de idade. Sua

da literatura brasileira se aproximam dos argumentos utilizados por Varnhagen no *Memorial Orgânico* em torno da ineficácia de se incorporar leis estrangeiras que ignoram as circunstâncias específicas do Brasil.

Os debates em torno da existência ou não de uma literatura nacional no Brasil em meados do XIX foram intensos e abordaram, seja para legitimar uma possível nacionalidade da literatura ou para negá-la, inúmeras e variadas questões. Em um destes diversos debates José da Gama e Castro, autor do ensaio “*Reflexões sobre a nacionalidade da literatura brasileira*”⁶⁶, apresenta algumas proposições que para ele fundamentam a impossibilidade de se pensar em uma nacionalidade da literatura brasileira antes da emancipação política em 1822. O autor das “Reflexões” estrutura dois argumentos para legitimar sua tese: 1º – de que antes da Independência não havia entre os habitantes do Brasil “inteligência social” suficiente, capaz de desenvolver uma literatura nacional; 2º – utilizando os Estados Unidos como exemplo, considera que pelo fato do Brasil ainda ter poucas décadas como nação independente não se podia ainda falar em uma literatura nacional, ao contrário daquele país que por ser independente há mais tempo já a possuía.

Joaquim Norberto vai se opôr de maneira veemente a estas proposições de José da Gama e Castro. No que se refere ao primeiro argumento exposto – da inexistência, antes de 1822, de uma “inteligência social” entres os habitantes do Brasil, Norberto faz o seguinte comentário:

obra é vasta e bastante heterogênea, exercitando-se em diversas modalidades (poesia lírica e épico-lírica; ficção em prosa; teatro; história literária, história e biografia). Seus estudos são encontrados em grande medida dispersos em periódicos, como o *Minerva Brasiliense*, *Despertador*, *A Semana* e o *Jornal do Comércio*. Segundo Roberto Acízelo, é no campo dos estudos históricos que situa-se o que de melhor produziu, especialmente no âmbito da história literária, sendo apontado como um dos pioneiros na tentativa de sistematizar a história da literatura brasileira. Foi filiado a várias associações culturais no país, ingressando em 1841 para o IHGB, chegando à presidência desta casa (1886-1891). Faleceu na cidade de Niterói no dia 14 de maio de 1891. A respeito da vida e obra de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Cf. Dicionário do Brasil Imperial. Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro : Objetiva, 2002; História da Literatura Brasileira. Roberto Acízelo de Souza (org.). Rio de Janeiro : Zé Mario Editor, 2002.

66 Cf. Joaquim Norberto de Sousa e Silva. História da Literatura Brasileira. Roberto Acízelo de Souza (org.). Rio de Janeiro : Zé Mario Editor, 2002.

“[...] o autor das 'Reflexões sobre a nacionalidade da literatura brasileira' esquece-se que a sua proposição teria todo o fundamento se ela se referisse ao primeiro século, em que teve lugar o descobrimento, o reconhecimento e a conquista do Brasil. [...] Nos séculos subseqüentes, em que a prosperidade do Brasil e de seu desenvolvimento intelectual dava que recluir à metrópole, já sua índole despontava nos nascidos na terra americana; [...] Negar o que é geralmente sabido é falar sem o mínimo de conhecimento de nossas coisas, é patentear a mais crassa ignorância acerca da história do país, a que se não concede anteriormente à sua independência a existência de um povo com um índole, com um caráter, com uma inteligência social [...]”.⁶⁷

E para combater o segundo argumento, em que Gama e Castro utiliza os Estados Unidos como base para legitimar suas considerações, Norberto faz a seguinte análise:

“[...] Os Estados Unidos, notáveis e grandiosos sob todos os pontos de vista, são essencialmente modernos; sua índole é material e mecânica; sua força repousa em seu bom senso, na paciência da observação e da indústria. É país sem imaginação e baldo de tradições. [...] Não se pode dizer, é certo, que o povo brasileiro seja notável como povo mercantil e industrial; é porém incontestavelmente um povo disposto a admirar tudo quanto é belo e sublime. Alegre, festivo e apaixonado [...] é um povo artista e muito singularmente enlevado da música e da poesia, artes estas em que ele vence e sobrepuja a todos os outros povos americanos”.⁶⁸

Após estas considerações de Joaquim Norberto, torna-se possível identificar aproximações entre seus argumentos e os de Varnhagen. De maneira semelhante a Varnhagen, o autor de *História da Literatura Brasileira* contesta o primeiro argumento de Gama e Castro apontando que este é desenvolvido *sem o mínimo de conhecimento de nossas coisas*, sendo, portanto, uma análise baseada na *mais crassa ignorância acerca da história do país*. No que se refere ao segundo argumento de Gama e Castro, Joaquim Norberto também compartilha em certa medida com aqueles preceitos de Vattel que Varnhagen fez questão de reproduzir na edição de 1851 do *Memorial Orgânico*, ao considerar ineficaz uma comparação entre Brasil e Estados Unidos, já que o povo de cada um desses países possui uma índole própria. Esta idéia em torno de uma índole particular de cada povo é muito bem expressa pelo conceito de gênio⁶⁹ largamente utilizado no

67 Op.cit., p. 94.

68Op.cit., pp. 105-106.

69O conceito de gênio foi amplamente explorado pelo romantismo ao longo do século XIX com a finalidade de demarcar a diferença entre povos e nações, incentivando desta maneira a unidade destes povos, por meio do ideal da nacionalidade. Elementos como clima, costumes, natureza, história e língua específicos de um povo, eram determinantes para a constituição do 'gênio'.

continente americano, sobretudo por letrados ligados ao romantismo, para afirmar, entre outros elementos, o ideal nacional nascente.

Feita esta rápida observação, retorno à análise do *Memorial Orgânico*. A pouco ressaltarei que o horizonte de expectativa – o futuro – traçado pela maior parte dos dirigentes imperiais é a inserção do Império no conjunto das Nações Civilizadas. E de acordo com o raciocínio exposto por Varnhagen no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*, para que se caminhe nesta direção de forma ordenada, é necessário que se tenha uma *justa idéia do estado em que se acha o país*, para a partir daí agir, adotando medidas que *convenham a esse estado*, impedindo desta maneira que a nação seja *conduzida ao acaso*.

Orientar-se a partir das circunstâncias presentes. Este é um primeiro traço significativo presente naqueles dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico* que gostaria de destacar. E será a partir deste olhar sobre as circunstâncias presentes e tendo por referência a *história da formação das nações*, que Varnhagen lança a seguinte indagação:

“[...] que é o Brasil, com seus escravos e senhores, senão um país arqui-feudal, onde nem sequer há leis em virtude das quais os servos possam trabalhar [...] embora se achem os suseranos cidadãos constitucionais? [...]”⁷⁰

E prossegue concluindo afirmando que,

“A humanidade é a mesma por toda a parte, e por toda a parte necessita marchar a passos lentos para não tropeçar e aleijar-se. Os sertões do Brasil e os habitantes isolados deles estão em tudo como a Europa na Idade Média. [...] Se desejamos sinceramente constituir o império, não copiemos as leis européias de hoje. Copiemos antes muitas providências da idade em que nasceu, ou pelo menos se acalentou, a civilização que avassala a orbe; estudemos a marcha dos povos da Europa desde o 9º ao 14º século; [...] nas capitulares carolíngias, e nos forais antigos encontraremos mais filosofia de legislação aplicável ao atual estado do

Joaquim Norberto incorporou em inúmeros escritos seu sentido do conceito de gênio. Tal uso fica bastante evidente na seguinte passagem: “[...] ainda pouco um autor espanhol [...] comparou o gênio dos dois povos das duas Américas. [...] Não há aí [se referindo ao Brasil] essa agitação febril, esse rápido desenvolvimento, esse espírito empreendedor no último grau, essa sede de conquistas e de maior engrandecimento que se vê nos Estados Unidos com admiração e receio. No Brasil, quer pela benignidade do clima, quer pelo suave natural da gente que o habita, quer por outras causas, caminha-se mais lentamente a essa perfeição material que hoje se tem por bem supremo e pelo último alvo dos povos civilizados”. Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Op.cit., p.104.

⁷⁰Varnhagen. Op.cit. [1851], p.401.

Brasil do que em Filangieri, ou em Rossi, ou em todos os códigos contemporâneos de todas as nações”.⁷¹

Contudo, Varnhagen não atribui apenas à cópia inapropriada de leis estrangeiras como a única causa responsável para o Império encontrar-se sob as circunstâncias apresentadas naqueles dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico*. Além desta ressalta também que:

“[...] a falta de coragem política para levar avante as medidas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura, embora vitais ao país [...] tem feito que os ministérios e as legislaturas se sucedam, uns a outros, mandando [grifos do autor] mais ou menos todos, poucos governando [grifos do autor]. As oposições contentam-se em gritar na resposta ao discurso da Coroa, a ver se é chegada a ocasião de irem ao poder; [...] e raras vezes se fala em melhoramentos materiais do país, a não ser com relação a interesses provinciais”.⁷²

Igualmente ao '*espírito de imitação*', a preponderância dos *interesses provinciais* também é visto como um obstáculo para o Império atingir o progresso e se tornar uma Nação Civilizada. Contudo, para que estas ponderações feitas por Varnhagen adquiram maior compreensão é importante que se faça algumas considerações referentes ao contexto em que está inserido o *Memorial Orgânico*.

Mesmo tendo sido elaborado e publicado primeiramente no exterior, o *Memorial Orgânico* articula-se com o contexto-sócio político da década de 1840 e início dos anos de 1850. Período este marcado, politicamente, pela maioria do imperador (1840) e neste sentido pela continuidade do processo de centralização política iniciada em 1837 com o regresso conservador. Em reação a este processo, destaca-se a eclosão de movimentos liberais em diversas províncias do Império. Dentre esses movimentos destacam-se as revoltas liberais de 1842, ocorridas em São Paulo e Minas Gerais, e a Praieira, ocorrida em Pernambuco no ano de 1848, um ano antes da publicação do *Memorial Orgânico* em Madrid, revelando que mesmo ausente Varnhagen estava atento e bem informado do que se passava no Império. Movimentos estes que, respeitando a especificidade de cada um, possuíam como traço comum a defesa pela descentralização do poder político,

71Op.cit., p.402.

72Varnhagen. Op.cit. [1849], p. 2.

assegurando assim que prevalecesse em cada província o poder das lideranças locais.

Um texto amplamente utilizado pela historiografia e que reflete, de forma bastante agressiva, o caráter desses movimentos liberais, é o panfleto *O Libelo do Povo*, escrito por Francisco de Sales Torres Homem⁷³. Publicado no ano de 1849, *O Libelo do Povo* foi escrito em reação à forte repressão aos praieiros, empreendida pelos conservadores que acabavam de reassumir a direção do gabinete ministerial do império após um período sob liderança dos liberais (1844-48) – o quinquênio liberal⁷⁴. Ao longo do panfleto, Torres Homem desenvolve uma análise em torno dos principais acontecimentos políticos do Brasil desde a sua independência, traçando um retrato altamente desfavorável da dinastia dos Bragança – expondo aí um forte sentimento anti-lusitano –, identificando-a como a responsável pela implementação de um poder arbitrário e despótico e que impedia o estabelecimento de um governo liberal no Brasil. Tais críticas podem ser percebidas na seguinte passagem contida no texto:

“[...] Porque tão azinha empalideceu a estrela, que há pouco cintilava em céu puro, inspirando as mais doces e animadoras esperanças? O que aconteceu, para que assim se dispersasse o povo brasileiro ainda no meio das festas da liberdade, e se trocassem seus hinos faustosos em murmúrios de pesar e consternação? Eu vou dizê-lo. Houve a usurpação da soberania popular por aquilo, a que a corte designa com diversos nomes – soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário – . A nova realeza saída da lavra da nação, ostenta-se superior a ela, ataca-a, e a absorve em si [...]”⁷⁵.

73Francisco de Sales Torres Homem nasceu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1812. Formou-se em medicina pela Escola Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro, mas não chegou a exercer a profissão. Em 1833 foi para Europa como secretário da legação brasileira na França, onde estudou economia política, sistemas financeiros e formou-se em direito pela Universidade de Paris. Por sua intensa participação nos movimentos liberais de São Paulo e Minas Gerais foi deportado para Lisboa em 1842, sendo anistiado dois anos depois. Ao retornar ao Brasil elegeu-se deputado. Inspirado pela queda do gabinete liberal (1848) e pela forte repressão ao movimento praieiro empreendida pelos conservadores, escreve *O Libelo do Povo*, sob o pseudônimo de Timandro. Anos mais tarde aproxima-se da Coroa e apoia a política da conciliação de Honório Hermeto Carneiro Leão. Exerceu inúmeras funções públicas, como a presidência do Banco do Brasil e a pasta da Fazenda. Em 1872 foi nobilitado com o título de visconde de Inhomirim. Faleceu em Paris a 3 de junho de 1876. Cf. Ronaldo Vainfas. *Op.cit.* pp.289-290.

74A respeito da formação dos gabinetes ministeriais do período 1840-1860, cf. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II; Vol. 5 – Reações e Transações. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.

75Francisco de Sales Torres Homem. *O Libelo do Povo*. In: Raimundo Magalhães Junior. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1956, p.63.

Além desta forte crítica à centralização do poder político, simbolizada na associação entre a coroa e conceitos como absolutismo, despotismo, tirania e privilégio, há um outro elemento importante de ser observado no texto de Torres Homem. Trata-se da defesa de uma determinada concepção de tempo diversa daquela observada no *Memorial Orgânico*. Em virtude do forte caráter anti-lusitano do texto, Timandro rejeita a influência positiva do passado português, sobretudo da dinastia dos Bragança, ao futuro que projeta. Futuro este caracterizado por uma ruptura com as experiências anteriores e expresso pelo autor pelo uso constante do moderno conceito de revolução ao longo do panfleto. Para Timandro, somente através do rompimento com o passado seria possível ao Brasil constituir um governo a partir dos ideais de liberdade e igualdade:

“[...] Quando raiará o dia da regeneração? Quando estiver completa a revolução, que há muito se opera nas idéias e sentimentos da nação; revolução que caindo gota a gota arruinou a pedra do governo arbitrário; revolução que não poderão conter nem as cabalas palacianas, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora a mudança das estações; revolução finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico, da realidade sobre a ficção, da liberdade sobre a tirania!”⁷⁶

Um dado curioso e que não pode deixar de ser observado. Enquanto apenas neste parágrafo de *O Libelo do Povo*, a palavra revolução aparece cinco vezes, enfatizando, portanto, a necessidade de romper com as estruturas do passado para que se introduza um tempo novo, no *Memorial Orgânico*, Varnhagen utiliza ao longo de todo o texto uma única vez a palavra revolução e num sentido completamente diverso, operando com uma noção de restauração e não de rompimento.

Portanto, ao analisar o *Memorial Orgânico* é importante introduzi-lo neste ambiente de disputas entre luzias e saquaremas⁷⁷. Sua própria publicação na

⁷⁶Op.cit. p. 126.

⁷⁷A própria denominação luzia e saquarema provêm dos embates entre conservadores e liberais nos movimentos liberais de 1842. A denominação de luzias aos liberais articula-se a significativa derrota que estes sofreram pelas forças do Barão de Caxias no combate de Santa Luzia. Após este combate, os conservadores passaram a denominar os liberais de luzias, como referência à forte derrota que os mesmos sofreram no referido combate. Já o termo saquarema tem uma ávida expansão entre os anos de 1844-1848, de liderança política dos liberais. Como destaca Ilmar Mattos, de um lado o termo saquarema possuía um sentido depreciativo identificando-a a

Revista Guanabara a pedido de seus editores que em sua maioria compartilhavam com o projeto político defendido pelos saquaremas expõe este contexto.

Ao ressaltar a *falta de coragem política*, Varnhagen a justifica pela ameaça que representava *levar avante medidas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura, embora vitais ao país*. Critica também a oposição acusando-a de só estar interessada *a ver se é chegada a ocasião de irem ao poder*. Todas estas críticas feitas por Varnhagen remetem a uma característica marcante da ação política saquarema: o esforço em centralizar o poder político e administrativo, subordinando os demais poderes políticos ao Executivo, reforçando a autoridade do soberano que seria responsável por reinar, governar e administrar⁷⁸. Varnhagen compartilha em larga medida na defesa de uma centralização política e administrativa no Império, pois segundo o autor do *Memorial Orgânico*,

“As instituições livres, [...] não se encontram senão no berço dos povos ou no período mais elevado de sua civilização; para que a sociedade se desenvolva e cresça, a força tem de dominar as paixões e ambições impacientes das influências locais que ameaçam invadir a mesma sociedade: a não querer deixar de ter liberdade só pelo estéril gosto de possuir o que se creia instituições mais livres”.⁷⁹

A relação entre governo (poderes políticos) e administração (instituições públicas) é um dos elementos mais característicos da forma de pensar e agir dos saquaremas e que os diferenciavam dos liberais. Em seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, Paulino José Soares de Sousa ressalta a importância exercida pelo que denominava de poder administrativo na preservação da ordem. De acordo com o visconde do Uruguai, enquanto a atividade política relacionava-se às paixões partidárias e aos interesses particulares, o poder administrativo estava acima de qualquer interesse partidário ou local, sendo, portanto, apolítico e apenas interessado em questões de interesses gerais e nacionais. Para Paulino,

“Há em todas as sociedades um número de necessidades comuns, maior ou menor segundo o seu desenvolvimento e civilização, às quais o poder público deve

'protegido', 'favorecido', atendendo neste sentido aos anseios dos liberais em revidar a designação de luzia que os estigmatizava; por outro, a rápida difusão do termo saquarema também relaciona-se com o intento de particularizar um determinado grupo político. Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema*. São Paulo : Hucitec, 2004.

78Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. *Op.cit.*

79Varnhagen. *Op.cit.* [1851], p. 401.

satisfazer. É o fim da administração pública prover essas necessidades coletivas, e dirigir os interesses sociais, quer gerais, quer *locais*”.⁸⁰

Varnhagen compartilha com as reflexões do visconde do Uruguai. Ao defender uma das medidas apresentadas no *Memorial Orgânico* que necessitaria de uma reforma na constituição, Varnhagen faz uma extensa nota expondo sua posição a respeito.

“Sem nos querermos envolver na questão de maior ou menor centralização do poder e do governo, que se debate entre os partidos do Brasil, estabelecemos por única máxima que a centralização da administração deve estar sempre em relação com a maior ou menor que tenha o poder, a rechaçamos como inaplicável o sistema de centralizar o poder, e descentralizar a administração. Somos do parecer de um dos mais talentosos administradores de nossa época: “Será insuficiente a administração pública, que careça de autoridade e intervenção necessárias para assegurar a complexa execução das leis, e para dirigir e regular movimento das melhoras sociais; por que nem os indivíduos, nem os povos, se prestam espontaneamente aos encargos públicos e às privações inerentes à existência civil, nem aos esforços aconselhados por seu próprio interesse, que as mais das vezes desconhecem”.

[...] Não reconhecemos o princípio de alguns teóricos, de que os governos devem o menos possível ter ingerência direta ao fomentar o desenvolvimento do país; este princípio é sobretudo falsíssimo n' um país nascente. O governo deve plantar e fomentar o plantio: o que não deve é sufocar à força de providências. Nada mais exato do que a comparação e símile, que se tem feito, entre a administração de um estado e a cultura de uma horta. Em ambos convém plantar para recolher; ao plantio deve em ambos preceder a escolha e preparação do terreno; em ambos são necessários os cuidados do abrigo, da poda, etc. Mas em ambos há que deixar ao tempo o que pertence ao tempo. [...]”⁸¹.

A defesa acima por Varnhagen em torno do aumento da capacidade regulatória do Estado era vista pelos dirigentes imperiais como o único meio eficaz de combater o que denominavam de paixões partidárias, desenvolvendo assim uma forte associação entre unidade do poder e unidade da nação⁸². Neste sentido, como considera Varnhagen, a predominância da atividade política faz com que os políticos acabem *mandando mais ou menos todos, poucos governando*. Novamente recorrendo ao dicionário Moraes e Silva, observa-se que o verbo 'mandar' encontra-se definido como “*dominar, governar despoticamente*” enquanto que os termos governo e governar são definidos pelo mesmo dicionarista

80Paulino José Soares de Sousa. Ensaio sobre o Direito Administrativo. Apud, Ilmar Rohloff de Mattos. O lavrador e o construtor. In: O Estado como Vocação. Maria Emília Prado (org.). Rio de Janeiro : Access, 1999, p.209.

81Varnhagen. Op.cit. [1849], p. 42.

82 Ilmar Rohloff de Mattos. Op.cit.

como o ato de “*dirigir física, ou moralmente [...] o estado, dando leis, e fazendo-as executar como Soberano, [...] para ir bem e se soster*”⁸³. Portanto, de acordo com os argumentos de Varnhagen apenas com a organização de um governo forte e centralizado, detentor de uma administração igualmente centralizada é que torna-se possível *dirigir física e moralmente* o Império, possibilitando-o *ir bem e se soster*.

1.6

Os efeitos dos males diagnosticados

No que se refere aos efeitos causados pelas *chagas* que acometem o Império, recuperarei uma passagem do *Memorial Orgânico* que já tive a oportunidade de fazer referência quando analisei as intenções de Varnhagen na produção de seu texto.

Após diagnosticar os males vivenciados pelo Império – limites indefinidos; ausência de um sistema eficaz e organizado de comunicações internas; subdivisão desigual das províncias; localização inapropriada da capital; população pequena e heterogênea – e identificar o *espírito de imitação*, a *falta de coragem política* e os *interesses provinciais* como as principais origens destes males, Varnhagen conclui sua análise ressaltando que,

“Assim o Brasil declarou-se independente; e depois de um quarto de século achase quase na mesma: com mais ar de colônia, ou de muitas colônias juntas que de nação compacta”⁸⁴.

Portanto, o principal efeito das *chagas do país* é o fato de impossibilitarem o Brasil de dar prosseguimento na sua marcha em direção ao progresso para atingir a condição de uma Nação Civilizada. Como o próprio Varnhagen afirma, passados cerca de 25 anos da emancipação política, o Império pouco mudou em sua organização interna, possuindo ainda características que o fazem ter *mais ar de colônia, ou de muitas colônias juntas que de nação compacta*.

83Moraes e Silva. Op.cit.

84Varnhagen. Op.cit. [1849], p. 2.

A expressão 'nação compacta' utilizada por Varnhagen pode ser compreendida a partir do sentido atribuído ao moderno conceito de nação e será destaque na análise desenvolvida nos capítulos seguintes desta dissertação. Isso porque, as medidas defendidas pelo autor do *Memorial Orgânico* têm por finalidade permitir que o Império se reconheça e seja reconhecido como uma nação moderna.

Inúmero especialistas, dedicados ao estudo do tema, identificam como marco referencial para se analisar a acepção moderna deste conceito o desenvolvimento, na Modernidade, de uma nova organização política que se opunha àquela característica do Antigo Regime: o Estado-nação. Neste processo, observa-se uma intensa reorientação da linguagem política e conceitos como pátria, liberdade, igualdade, povo e nação passam a adquirir um novo sentido, sendo, portanto, fator e indicador⁸⁵ desta nova relação que se estabelece entre governantes e governados, sobretudo após a experiência da Revolução Francesa.

Segundo Guerra⁸⁶, um dos elementos principais na construção do conteúdo semântico do moderno conceito de nação é a noção de unidade (das leis, costumes, idioma, vontades) entre os indivíduos que a constituem na busca de uma identidade coletiva. Assim, a capacidade dos indivíduos em imaginar-se como pertencentes a uma mesma comunidade⁸⁷, mesmo que não conhecendo-se, é uma característica central no sentido incorporado ao conceito de nação pós-1789. Ainda de acordo com o autor, toda identidade coletiva realiza-se em diferentes dimensões⁸⁸ e cada uma delas encontra-se diretamente relacionada às experiências

85Cf. Reinhart Koselleck. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Revista Estudos Históricos. Vol.5, n.10, 1992.

86François-Xavier Guerra. A Nação Moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: Brasil: Formação do Estado e da Nação. István Jancsó (org.). Hucitec-Editora Unijuí. São Paulo-Ijuí, 2003.

87Benedict Anderson. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

88Para Guerra, “Toda identidade coletiva – o que um grupo considera ser e que, por conseguinte, o faz diferente dos demais – implica, com efeito, diferentes dimensões. Algumas remetem à constituição íntima do grupo, ao modo como se concebe o vínculo social: a união de seus membros e sua fundamentação – histórica ou filosófica -, bem como a articulação com subgrupos que o compõem. Outras, intimamente relacionadas às anteriores, dizem respeito ao tipo de autoridade que o governa: sua legitimidade, os limites de seu poder, o regime político. Outras expressam as relações do grupo com a terra, com Deus, com o território e com outros grupos análogos [...]. Outras, por fim, remetem ao campo dos valores, das virtudes, dos sentimentos que dão vida a esses conjuntos de estereótipos sobre o gênio, o caráter e as qualidades e defeitos de seus membros. Os elementos constitutivos da identidade são, portanto, múltiplos”. François-Xavier Guerra. Op.cit. p.35.

vividas por um determinado grupo e/ou sociedade, revelando a íntima relação que se estabelece entre conceito e contexto⁸⁹.

A construção de uma identidade coletiva, por sua vez, se realiza por meio da produção de diferenciações entre povos e sociedades, na medida em que ao demarcar diferenças com relação ao outro, reforça-se os laços e sentimentos de unidade e coesão entre os indivíduos da nação. É justamente neste processo de diferenciação ou particularização, que destaca-se um outro atributo também essencial do moderno conceito de nação: ela é limitada, ou seja, possui fronteiras finitas. Ao enfatizar a diferença entre povos e sociedades, criando as bases para que os indivíduos se imaginem como integrantes de uma mesma comunidade, o moderno conceito de nação não opera com um ideal universal, objetivando expandir-se para toda a humanidade⁹⁰.

Para que o Império se organize nos moldes de uma nação moderna, Varnhagen defende a necessidade de se estabelecer uma relação orgânica entre dois elementos principais: o território e a população. A associação entre território e população é o principal elemento defendido por Varnhagen para que o Brasil se torne uma Nação Civilizada. Tal associação se expressa no seguinte comentário feito pelo autor:

“Acabemos pois com as adulações, que elas, longe de fomentar o patriotismo, ocasionam a incúria e o desleixo. [...] nunca faltará uma voz que vos diga: 'Ora! O país é grande; temos muitos recursos; no futuro seremos e aconteceremos etc'. Desgraçados! E que havemos de ser, se não pomos de nossa parte os meios? Quereis natureza tão fecunda como a nossa? Aí tendes toda a Guiné, aí tendes a maior parte da Ásia ... E que valem esses países? Nada, quando seu habitantes nada para isso concorrem. [...] quando ouvimos proferir grandes elogios à prosperidade do Império uma dor profunda se apodera de nós, vendo o que ele é, e o que podia, o que devia ser. Logo nos vem a idéia de que sendo o Brasil maior do que 250 Bêlgicas juntas, produz uma receita menor do que o reino politicamente mais insignificante da Europa”.⁹¹

89 Cf. Reinhart Koselleck. História dos conceitos e história social. In: Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

90 De acordo com Anderson , a nação moderna é limitada, “[...] porque mesmo a maior dela, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se reunirão à sua nação, como por exemplo na época em que os cristãos podiam sonhar com um planeta totalmente cristão”. Benedict Anderson. Op. cit., pp.33-34.

91Varnhagen. Op.cit. [1849], pp. 1-2.

Ao questionar a validade do Império possuir uma *'natureza tão fecunda'* se os recursos desta não são utilizados de forma apropriada, Varnhagen está em certa medida criticando um dos elementos característicos de uma concepção clássica de império: a de que uma das formas de um império expressar seu poderio e sua grandiosidade é pela sua extensão territorial⁹², independentemente da forma como ocupa suas possessões. Neste sentido, a comparação com a Bélgica, *o reino politicamente mais insignificante da Europa* e 250 vezes menor que o Brasil, adquire ainda mais relevância, na medida em que o autor do *Memorial Orgânico* passa a associar a força de um país, não pela sua extensão, mas sim por sua capacidade produtiva. E para que um país tenha capacidade de gerar cada vez mais receitas, faz-se necessário que se organize o território, de acordo com seus recursos, e a população de forma complementar.

Tal opinião não era exclusiva de Varnhagen, mas compartilhada também por outros membros da boa sociedade. Em artigo publicado na Revista Trimestral do IHGB, em 1840, Januário da Cunha Barbosa expõe a necessidade de se pensar o território e a população por meio de uma relação orgânica, ao considerar que,

“O objeto da geografia é o estudo da terra; mas não mereceria o nome de ciência se contentasse de estudar as formas materiais, e os acidentes que a cobrem. A superfície da terra é o teatro da atividade do homem; ela se modifica debaixo de sua ação, e com ele está em uma relação eterna”.⁹³

Nos capítulos seguintes, analisarei as principais medidas defendidas por Varnhagen no *Memorial Orgânico* que têm por finalidade estabelecer esta relação harmoniosa entre território e população, fundamental para que o Império do Brasil se constitua em uma *'nação compacta'*.

⁹² Michael Hardt e Antonio Negri. Império. Rio de Janeiro : Record, 2001.

⁹³ Januário da Cunha Barbosa. Apud, Temístocles Cezar. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista. Ágora, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, jan./jun. 2005, p.80.

Capítulo 2

A Abóbada Imperial

“Que influência não exerce a posição de uma cidadã sobre o destino de um povo inteiro! Às vezes por ela se explicará a elevação de uma nação”.⁹⁴

2.1

O Território como expressão da soberania nacional

Ao identificar que o principal efeito dos males apontados nos dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico* é o fato de o Império possuir *mais ar de colônia que de nação compacta*, Varnhagen justifica tal afirmativa fazendo a seguinte ponderação:

“[...] Como colônia, [o Império] vende seus produtos à porta de casa; e como colônia se sustenta, e vive quase exclusivamente do comércio exterior. Com tanto território fertilíssimo de sertão continua a descuidar deste, e a esquecer-se de que só daí lhe podem vir sólidos recursos, e legítima segurança e energia. Convençamo-nos que é da maior urgência proteger por todos os modos o tráfico interno, e nivelá-lo ao menos ao comércio marítimo, a fim de que a riqueza pública e o bem estar dos súditos brasileiros dependa o menos possível do comércio externo, e possa n’uma crise nutrir-se a si mesmo.”⁹⁵

Portanto, para que o Império consiga superar o *ar de colônia*, que de acordo com Varnhagen ainda persiste mesmo decorrido um quarto de século após a independência, faz-se necessário abandonar determinadas estruturas herdadas da experiência colonial. E dentre estas heranças, a dependência com relação ao comércio externo – um dos principais elementos definidores do *sentido da colonização*⁹⁶ – é identificada como a principal a ser combatida para que seja possível solucionar as chagas enunciadas na abertura do primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*.

⁹⁴ Varnhagen. A Questão da Capital: marítima ou no interior? Viena, Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877, p.1.

⁹⁵ Varnhagen. Memorial Orgânico, cit. [1849], p.2.

⁹⁶ Caio Prado Junior. História econômica do Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1983.

Contudo, ao escrever o *Memorial Orgânico* Varnhagen não está se referindo à dependência comercial imposta por Portugal ao Brasil pelas determinações do pacto colonial. Certamente está apontando para a necessidade de o Império depender o menos possível de um outro império: o britânico.

A forte dependência do Brasil em face da Inglaterra pode ser facilmente identificada na análise dos volumes de importações e exportações do Brasil. Em 1842, 51% dos produtos estrangeiros que chegaram ao porto do Rio de Janeiro eram provenientes da Inglaterra, enquanto apenas 20% das exportações brasileiras destinavam-se aos portos ingleses. Em 1854 esse número aumentaria, e os produtos vindos da Inglaterra chegariam a representar cerca de 55% do total de importações do Brasil.⁹⁷

Assim, para que o Império *dependa o menos possível do comércio externo, e possa n'uma crise nutrir-se a si mesmo*, Varnhagen coloca em destaque uma outra herança deixada pelo antigo Império Português: o território. Herança esta que, ao contrário de outras, não deveria ser abandonada ou rejeitada, na medida em que teria um papel fundamental, pois, como ressalta Ilmar Mattos, “*definiria os marcos de uma construção*”⁹⁸: da Nação brasileira. Segundo Varnhagen somente voltando-se as atenções para o *tanto território fertilíssimo de sertão* é que o Império teria condições de se organizar como uma nação compacta, pois é deste território com dimensões continentais que *podem vir sólidos recursos e legítima segurança e energia*. A importância direcionada ao território neste ideal de organizar o Brasil nos moldes de uma nação compacta pode ser observada também no seguinte comentário contido no *Memorial Orgânico*:

“Estudemos bem o nosso território; e à vista dele tratemos de organizar uma administração mais fácil, mais econômica, e um sistema de colonização próprio a civilizar a nação e a formá-la”.⁹⁹

Partindo de uma herança – o território – Varnhagen idealiza uma construção – que o Império do Brasil se constitua como Nação Civilizada. E para

⁹⁷ Cf. José Honório Rodrigues. Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995, p.149.

⁹⁸ Ilmar Rohloff de Mattos. Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política. Almanack Braziliense – Revista Virtual, São Paulo, v.1, n.1, 2005.

⁹⁹ Varnhagen. Memorial Orgânico, cit. [1851], p.425.

que essa construção se realize é necessário a organização de uma ‘*administração mais fácil, mais econômica*’ e que se desenvolva a partir de um conhecimento detalhado do território nacional. Após defender a necessidade de o Império depender o menos possível do comércio externo e que o melhor meio para atingir este objetivo é desenvolver uma administração centrada na ocupação e colonização do território, Varnhagen conclui seus argumentos afirmando enfaticamente que: “*Só então o Império poderá se impor ao estrangeiro como nação verdadeiramente independente*”.¹⁰⁰

Estas últimas considerações de Varnhagen colocam em destaque um terceiro atributo característico do moderno conceito de nação e que propositadamente não mencionei no final do capítulo anterior em virtude de sua importância e centralidade neste segundo. Além da capacidade de imaginar-se como pertencente a uma mesma comunidade e de seu caráter limitado, a nação moderna deve ser também soberana. O conceito de soberania ocupa lugar de destaque na constituição do moderno conceito de nação, pois situa-se na gênese do Estado-nação, principal construção política moderna¹⁰¹. Como ressalta Guerra, “[...] *a soberania da nação é a primeira máxima de toda a legitimidade moderna*”¹⁰².

Durante o Antigo Regime, a soberania era monopólio do rei, conferindo-lhe um poder absoluto, ilimitado, indivisível e dinástico. Cabia ao monarca elaborar e anular leis, decretar guerra e negociar a paz, instituir tributos, confiscar e distribuir bens, ter o monopólio da justiça e um exército fiel. A soberania definia-se, entre outros atributos, no Estado Moderno, pela verticalidade e transcendência representada pela figura inviolável e divina do monarca¹⁰³. Dentro desta estrutura política, a relação entre soberania e território baseava-se essencialmente em torno do domínio dinástico e do direito de arbitragem papal.

Contudo, em meados do século XVII, com a assinatura do Tratado de Westfália (1648) tem-se o início de um processo de mudança na relação entre os

¹⁰⁰ Varnhagen. Memorial Orgânico, cit. [1849], p.2.

¹⁰¹ François-Xavier Guerra. A Nação Moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: Brasil: Formação do Estado e da Nação. István Jancsó (org.). Hucitec-Editora Unijuí. São Paulo-Ijuí, 2003, p.33-60.

¹⁰² Cf. François-Xavier Guerra. Inventando La Nacion. Iberoamérica siglo XIX. Fondo de Cultura Económica, México, 2003.

¹⁰³ Michel Hardt e Antonio Negri. Duas Europas, duas Modernidades. In: Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

conceitos de soberania e território. Desenvolve-se a partir de então, uma nova concepção de soberania que passa a articular-se a um território com fronteiras e limites definidos¹⁰⁴. Gradativamente o surgimento de novos princípios jurídicos, como o direito de posse, que defendiam novas formas de legitimar a soberania sobre um território foram suplantando os pressupostos teológicos-políticos que garantiam o domínio sobre territórios ainda não conhecidos os precariamente ocupados.

Tal processo se intensifica, sobretudo, após o advento da Revolução Francesa, quando a soberania real perde sua legitimidade divina e triunfa um novo pacto sócio-político entre governantes e governados. A legitimidade dinástico-religiosa dos soberanos é substituída pela noção de contrato social, em que o poder deveria ser exercido para o bem comum da comunidade. Em fins do século XVIII a soberania aos poucos vai deixando de se concentrar no monarca, para cada vez mais representar a vontade coletiva dos cidadãos e da nação.

Após a Revolução Francesa o conceito de nação associa-se fortemente ao conceito de Estado tornando-se o elemento-chave desta nova organização política: o Estado-nação. A partir de então, o território deixa de ser identificado como propriedade ou patrimônio do monarca, passando a ser concebido como um importante elemento de expressão da soberania de uma coletividade: a nação. Sua existência e manutenção dependia, entre outros elementos, da integridade e unidade do território que a representa.

Assim, o território torna-se um importante instrumento na associação entre soberania e nação. Ao defender que somente *'protegendo por todos os modos o tráfico interno'*, o *'tanto território fertilíssimo de sertão'* torna-se um elemento essencial para que o Império tenha condições de *'se impor ao estrangeiro como nação verdadeiramente independente'*. Portanto, Varnhagen identifica a organização do território como um importante elemento garantidor da soberania nacional do Império do Brasil.

Segundo Foucault, a defesa em torno da soberania nacional tem como uma de suas principais características a capacidade de elaborar uma vontade única¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Íris Kantor. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. In: Varia História – Revista de História – vol. 23, n.37, p.70-80. Belo Horizonte, 2007.

¹⁰⁵ Michel Foucault. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, 1979.

Por meio de um discurso, pautado no princípio da defesa dos interesses nacionais, a soberania nacional constrói, a partir de uma multiplicidade de experiências e vontades individuais, a imagem de um corpo único que compartilha de objetivos comuns, expressando desta maneira a existência de uma certa horizontalidade no interior da sociedade¹⁰⁶. A soberania nacional apresenta-se, portanto, como um elemento-chave na constituição de uma identidade coletiva, característica do moderno conceito de nação. A defesa em torno da soberania nacional ganha intensidade a partir de meados do século XIX, com o desenvolvimento do princípio das nacionalidades¹⁰⁷.

Portanto, o sentido incorporado por Varnhagen ao conceito de independência e àqueles que lhe são correlatos (pátria, nação, liberdade, povo, território) no *Memorial Orgânico*, relaciona-se à capacidade do Império em defender os interesses nacionais, colocando-os a frente das paixões individuais, permitindo que o Brasil continue na sua marcha em direção ao progresso e se constitua como uma Nação compacta.

Neste sentido, de acordo com os argumentos presentes no *Memorial Orgânico*, para que o Império do Brasil se organize como um Estado-nação soberano e assim tenha condições de se *'impor ao estrangeiro como nação verdadeiramente independente'* era necessário organizar um plano de ocupação, defesa, colonização e definição de fronteiras para todo o território, garantindo sua unidade e integridade.

O discurso sobre o território na história, literatura, língua e na organização administrativa do Império adquire um papel relevante no processo de edificação da Nação Brasileira nos moldes de uma nação moderna, pois sua unidade contribui para elaborar uma identidade coletiva ao aproximar e reforçar os laços entre todos aqueles que habitavam e circulavam por este espaço delimitado.

Contudo, não bastava somente fixar os limites e definir as fronteiras do Império para que seus habitantes compartilhassem de uma mesma identidade nacional. Era fundamental também difundir por este vasto território os ideais de ordem e civilização defendidos pelos dirigentes imperiais. Para tanto, era mister

¹⁰⁶ Michel Foucault, op.cit.

¹⁰⁷ José Carlos Chiaramonte. *Metamorfoses do Conceito de Nação Durante os Séculos XVII e XVIII*. In: *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. István Jancsó (org.). Editora HUCITEC-Editora Unijuí. São Paulo-Ijuí, 2003, p.61-91.

ocupar o território de forma mais regular e homogênea, incentivando o povoamento e colonização de seus inúmeros vazios (sertões).

Como foi observado no final do primeiro capítulo, na fala de Januário da Cunha Barbosa, o território é concebido pelos dirigentes imperiais não apenas como um espaço geográfico, mas como palco da ação dos homens, principalmente dos grupos que se situam na direção do Estado. Seus princípios e ideais, entre eles a própria defesa da soberania nacional, se expressam em larga medida na forma como defendem e projetam a organização administrativa do território nacional. Assim, exercer a soberania sobre o território é fundamental para se garantir a soberania da nação.

Neste sentido, analisar os projetos de organização administrativa do território é de grande importância, na medida em que possibilita-nos identificar de que maneira os dirigentes imperiais buscavam incorporar regiões e populações aos seus princípios de ordem e civilização. Torna-se necessário, portanto, ampliar o conceito de território, não limitando-se apenas a incorporação de seu sentido geográfico. Como ressalta Antonio Carlos Robert, o conceito de território deve ser compreendido e analisado a partir das formas como um grupo ou sociedade transforma um determinado espaço geográfico de acordo com seus interesses¹⁰⁸.

Assim, analisar os projetos de organização e administração do território é um instrumento valioso para se interpretar sob que elementos um determinado Estado se constitui e consolida. A seguir analisarei as principais medidas defendidas por Varnhagen no *Memorial Orgânico* no que se refere à organização territorial do Império.

¹⁰⁸ O autor ressalta que: “O fato de uma certa diretriz se inscrever no espaço é também uma prova maior de sua hegemonia. Na objetivação das formas pode-se captar a vitória dos desígnios e concepções que a idealizaram. A formação territorial é, portanto, um dos elementos definidores da particularidade, pensada na escala das peculiaridades nacionais. [...] nesse sentido, toda formação social é também territorial, pois necessariamente se espacializa”. Cf. Antonio Carlos Robert Moraes. Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no 'longo' século XVI. São Paulo : Hucitec, 2000.

2.2

Nova Divisão Territorial: princípios, objetivos e meios

Varnhagen defende a necessidade de estabelecer uma nova divisão do território nacional para que seja possível organizar uma administração capaz de tornar o Império em uma nação compacta e civilizada. Para tanto, a harmonia e unidade entre as partes – as províncias – é imprescindível para atingir o fortalecimento e engrandecimento do todo – o Império do Brasil. A este respeito, Varnhagen faz o seguinte comentário:

“[...] Todos sabemos, mais ou menos, as origens das províncias, e todos temos olhos para ver em qualquer mapa as suas desigualdades; isto é, a monstruosidade de umas e a quase nulidade de outras. E isto quando as estrelas do Império para seu uniforme regime e movimento devem constituir uma constelação regular. E isto quando as diferentes peças da monarquia para que essa se sustente em equilíbrio devem ser, quanto possível, de igual força e resistência, à maneira das pedras de uma abóbada de volta inteira, que sustendo-se e apoiando-se uma nas outras, conseguem sustentar o edifício todo. Outras anomalias sabemos que existem na atual divisão de território, algumas das quais nem estamos autorizados a patentear [...]”¹⁰⁹

Das anomalias e desigualdades provenientes da divisão territorial do Império em meados do XIX que Varnhagen considera-se autorizado a apresentar no *Memorial Orgânico*, destaca-se a pouca preocupação ou o quase abandono com o interior. Segundo Varnhagen, as rivalidades e desarmonias existentes entre as províncias têm suas raízes no processo de ocupação e colonização do território ao longo da experiência colonial, em que privilegiou-se as regiões litorâneas, articuladas ao comércio externo, em detrimento da região central, gerando assim grandes vazios: os sertões. É a partir desta assimetria entre litoral e sertão, resultado da administração metropolitana, que Varnhagen analisa o processo de organização territorial do Brasil. A este respeito, não deixa de assinalar que

¹⁰⁹ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.06.

“Os ministros do senhor D. João [...] em geral honestos, não tinham a ilustração político-governativa acomodada à sua alta missão e à sua época. Sabemos que Thomas Antônio ideou o sistema de enriquecer e fortificar a beiramar, e de povoar bem as fronteiras terrestres, inclusivamente com tropas de Portugal; mas sem desenvolver aí, nem nas províncias mais do interior a possível riqueza; para estarem elas dependentes das do litoral que ele julgava poderia ter seguras com a marinha da metrópole. O centro do Brasil abandonava ele, dizendo que lhe chegaria algum dia por um lado a riqueza e por outro a população. Ao menos tinha a vantagem de ser um sistema seu, apesar de quanto nele se nota de excêntrico, e contrário aos princípios econômicos-políticos já então conhecidos.”¹¹⁰

Ao ressaltar que o sistema de ocupação implementado por Thomas Antônio tinha por base ‘*enriquecer e fortificar a beiramar*’, Varnhagen observa que tal prática além de não ‘*desenvolver aí* [beiramar], *nem nas províncias mais do interior a possível riqueza*’ também mostrava-se contrário ‘*aos princípios econômicos-políticos já então conhecidos*’. Princípios estes que remetem a uma nova concepção da economia¹¹¹, surgida em meados do século XVIII, e que possui a doutrina fisiocrática como uma de suas bases.

Não me deterei em uma análise detalhada do pensamento fisiocrático, mas apenas na máxima defendida de que a única e verdadeira fonte de riqueza situa-se no trabalho dos homens. Ao colocar a produção acima da circulação (comércio), o pensamento fisiocrático estabelece mudanças que repercutem não apenas na esfera econômica, mas também no exercício do poder político ligado à soberania¹¹², na medida em que o território e a população passaram a ser concebidos de outra maneira.

Isso porque, de acordo com o pensamento fisiocrático, era necessário, de um lado, ter um território organizado de tal forma que possibilitasse o desenvolvimento da atividade agrícola e assim produzisse a ‘*possível riqueza*’; de outro, era fundamental também ter uma população em número razoável e organizada em função da atividade agrícola para ocupar e colonizar toda a extensão do território. Não bastava, portanto, apenas conquistar e fortificar pontos estratégicos como propunha o sistema de ocupação de Thomas Antônio citado por Varnhagen, para garantir a soberania sobre o território. Era necessário organizá-lo

¹¹⁰ Op.cit., p.7.

¹¹¹ Michel Foucault. Segurança, Território e População. São Paulo : Martins Fontes, 2008.

¹¹² Op.cit.

e administrá-lo para que o mesmo se tornasse produtivo, gerando riquezas para a nação, fortalecendo politicamente o Estado e assegurando sua soberania territorial.

A nova divisão territorial proposta por Varnhagen no *Memorial Orgânico* possui como um de seus objetivos centrais justamente incentivar o desenvolvimento das forças produtivas – os *sólidos recursos* – do interior.

Contudo, a principal crítica feita por Varnhagen no que se refere à divisão do território do Império não se concentra na administração implementada por D. João e seus ministros. Apesar de ressaltar que estes não possuíam a *ilustração político-governativa acomodada à sua alta missão e à sua época*, o que mais o incomoda é a constatação de que,

“Depois da independência, por vergonha nossa, é que nem sequer quase se tem pensado a respeito da tão necessária divisão do território. Nem por ocasião do Ato Adicional houve quem pugnasse pela conveniência de estabelecer certo equilíbrio entre os novos estados, antes de assim os emancipar de um modo que não deixa de causar alguns embaraços e trabalhos à marcha regular e governativa da nação em bastante prejuízo desta”.¹¹³

Ao identificar em um primeiro momento que as origens da organização do território do Império situam-se no período colonial e em seguida que depois da independência *‘nem sequer quase se tem pensado a respeito da tão necessária divisão do território’*, Varnhagen reitera seu argumento exposto no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*: de que passados um quarto de século após a independência o Império ainda possuía mais *‘ar de colônia’* que de *‘nação compacta’* pois ainda mantinha, entre outros elementos, praticamente a mesma divisão do território proveniente da experiência colonial. Para Varnhagen, apenas com uma nova divisão do território, voltada para incentivar o desenvolvimento dos recursos internos do país, é que será possível combater os *‘embaraços’* que atrapalham a *‘marcha regular e governativa da nação’*. Caso permaneça a atual divisão do território Varnhagen acredita que,

¹¹³ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.7.

“Não haverá administração central que se entenda com as províncias, e que verdadeiramente governe, enquanto estas tirem cada uma para sua banda, e as grandes tratem de engolir as pequenas, à maneira dos peixes no sermão do P. Vieira”.¹¹⁴

Contudo, a defesa de uma nova organização administrativa do território, voltada para o desenvolvimento dos recursos do interior não significa abandono ou desmérito sobre as regiões localizadas junto ao mar. Ao contrário, as cidades litorâneas teriam um papel importantíssimo neste processo de reorganização do território, pois segundo Varnhagen,

“As grandes cidades marítimas já tem em si mesmas recursos suficientes e bastante gente instruída e civilizada. [...] Concorram pois para que se leve aos seus respectivos sertões esses centros de atividade. [...] Acredite-se que só com a cultura daqueles poderão legitimamente prosperar, por meio da maior exportação, as cidades marítimas, que são e serão sempre o empório de tudo quanto produza o sertão”.¹¹⁵

Por já possuírem *‘recursos suficientes e bastante gente instruída e civilizada’*, as cidades marítimas contribuiriam muito para o desenvolvimento interno do império levando *‘aos seus respectivos sertões esses centros de atividade’*. As próprias cidades marítimas se beneficiariam diretamente ao levar as artes, instrução e recursos para as regiões interioranas, pois exportariam tudo aquilo que fosse produzido pelos *‘territórios fertilíssimos de sertão’*. Além de aumentarem suas exportações e conseqüentemente seus recursos, as cidades marítimas também lucrariam com o crescimento e desenvolvimento do interior, enviando-lhes *“[...] os gêneros ultramarinos, que elas mais ricas e mais povoadas consumirão em maior quantidade”*.¹¹⁶

Assim, a proposta de reorganização do território apresentada no *Memorial Orgânico* não prioriza uma região em detrimento de outra, mas estrutura-se em torno de uma relação orgânica entre o interior e o litoral. Enquanto o litoral beneficiaria o interior levando até os sertões seus recursos e civilização, também seria beneficiado exportando as riquezas produzidas pelo interior e abastecendo-o com artigos ultramarinos.

¹¹⁴ Op.cit., p.18.

¹¹⁵ Op.cit., p.21.

¹¹⁶ Op.cit., p.10.

Tomando por referência as experiências daquelas nações consideradas como modelos de civilização, Varnhagen defende que o Império seja dividido territorialmente em departamentos e não mais em províncias.

[...] lembremo-nos do que deveu a França aos seus departamentos homogêneos, por meio dos quais o grande republicano Siéys, o filósofo da revolução francesa, conseguiu dar ao estado a unidade e indivisibilidade, de que ele carecia [...]. Aos departamentos regulares e compreensíveis deve a França a harmonia com que marcha. Por tão bem precedente, e para não confundir a história e a legislação, deixamos o nome de Províncias, e propomos o de novos departamentos administrativos. [...] N'um país como a França, ou melhor, como a Bélgica, com mapas levantados minuciosamente e em grande escala, com um cadastro e estatística da melhor exatidão; [...] nada mais fácil do que proceder a uma divisão de território”.¹¹⁷

Ao defender a incorporação da denominação ‘*departamentos administrativos*’ em substituição a Províncias, alegando que não se deve ‘*confundir a história com legislação*’, Varnhagen reforça novamente a necessidade de que o Império supere determinadas estruturas herdadas do passado colonial. De acordo com seus argumentos, a divisão territorial do Brasil em províncias incorporara em larga medida as estruturas que caracterizaram a organização do território colonial pela coroa portuguesa. Neste sentido, a continuidade do termo Província não deixa de fazer referência a tais estruturas que remetem ao passado colonial. Por outro lado, a denominação ‘*departamentos administrativos*’ atua no sentido inverso, representando, tanto a incorporação de novos princípios e ideais quanto também o abandono e/ou afastamento daqueles do passado. A denominação província deveria, portanto, ter seu uso restrito à narrativa histórica para identificar um determinado estágio do processo de evolução histórica do Império do Brasil.

Se por um lado as experiências francesa e belga são referências positivas a serem seguidas e que legitimam a nova divisão de território defendida no *Memorial Orgânico*; de outro, Varnhagen ressalta a incapacidade do Império em incorporar os mesmos procedimentos - *mapas levantados minuciosamente e em grande escala, com um cadastro e estatística da melhor exatidão* – utilizados por aquelas nações na organização administrativa de seus respectivos territórios.

¹¹⁷ Op.cit., p.18.

“[...] Mas a que distância nos achamos no Brasil de tal perfeição! Em que século futuro a chegaremos a conseguir? – Não possuímos, nem possuiremos tão cedo, um mapa levantado geodesicamente, e as escassas informações estatísticas que temos, merecem uma confiança secundária. Assim, por enquanto não poderemos nós seguir rigorosamente esses princípios recomendados para uma exata divisão de território”.¹¹⁸

Sendo impossível estabelecer uma ‘*exata divisão de território*’ em virtude da escassez de informações estatísticas e de mapas confiáveis, Varnhagen sugere a adoção dos limites naturais como principal meio para orientar a nova divisão do território. Levando em conta as circunstâncias concretas em que se achava o Brasil a nova divisão do território deveria,

“[...] tomar por condição principal a necessidade de que as demarcações fiquem exatamente determinadas [...] adotando por linhas divisórias as duas únicas possíveis no Brasil, ambas elas referidas aos rios bem conhecidos; a saber, a separação das águas vertentes, e as das margens dos rios quando mui caudalosos, ou mui próximos à sua foz – sobretudo no mar”.¹¹⁹

A nova divisão do território proposta no *Memorial Orgânico* tem o curso dos rios como o principal elemento de referência nas demarcações de cada departamento. Contudo, a escolha pelo curso dos rios como elemento central para a nova divisão de território do Império em departamentos não limita-se apenas à ausência de mapas e dados estatísticos de pouca confiabilidade. Tem por objetivo também destacar as características insulares do território do Império. Demétrio Magnoli ressalta que no processo de produção do imaginário territorial da nação – fundamental para a elaboração da identidade nacional – o uso da natureza, enfatizando seus caracteres físico-geográficos, foi um recurso largamente utilizado¹²⁰. E de todos os elementos possíveis de serem explorados por esta doutrina das fronteiras naturais, não há fronteira natural melhor do que aquela proporcionada pelas águas, sendo a Ilha idealizada como o território perfeito.

¹¹⁸ Op.cit., p.19.

¹¹⁹ Op.cit. p.19.

¹²⁰ Demétrio Magnoli. O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista : Moderna, 1997.

Ao destacar no *Memorial Orgânico* essa característica natural do território do Império e colocá-la como o principal elemento de orientação na demarcação da nova divisão do território, Varnhagen tem por objetivo demarcar o território imperial, destacando sua contigüidade por meio do contorno de seus principais rios, dando-lhe assim um recorte insular. No *Memorial Orgânico* a apropriação deste imaginário geográfico com relação ao território nacional tem por finalidade demarcar as possibilidades de apropriação do espaço real¹²¹ deste vasto território a partir de sua unidade natural proporcionada por sua vasta rede hidrográfica.

Se no *Memorial Orgânico* Varnhagen não faz referência direta às características insulares apresentadas pelo território do Império do Brasil, em sua *História Geral* – publicada em 1854, apenas quatro anos após a 1ª publicação do *Memorial Orgânico* – tal influência ficará bastante nítida. Ao fazer a “*Descrição Geral do Brasil*” Varnhagen destaca que,

*“[...] o atual império brasílico, hoje em dia um dos Estados de maior extensão no globo [...] dilata-se desde as cabeceiras mais setentrionais do caudaloso Amazonas até quase as margens do Prata, alargando-se muito mais para as bandas do norte, à feição do continente meridional a que pertence, e do qual constitui quase metade. Por toda a extensão que abraçam esses dois grandes rios se erguem serrarias, que produzem variegados vales, por cujos leitos correm outros tantos rios caudais. Metade proximamente do território mais a norte é retalhado em todos os sentidos pelas águas do mencionado Amazonas e de seus possantes braços. [...] Os grandes tributários da margem direita do Amazonas procedem de serras e chapadões, que se erguem numa paragem proximamente central a todo território, do qual vão ao Atlântico, pelo Prata, outras vertentes depois de contornarem e banharem, com suas águas, os distritos do Sul”.*¹²²

Após identificar seus objetivos centrais – harmonia e equilíbrio entre as regiões e desenvolvimento do sertão – e os meios – limites naturais – adotados para a nova divisão do território, Varnhagen apresenta por fim as bases que utilizou para “*determinar o tamanho dos departamentos, e para sua organização*”. São elas:

¹²¹ Íris Kantor. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. In: *Varia História – Revista de História* – vol. 23, n.37, p.70-80. Belo Horizonte, jan/jun 2007.

¹²² Francisco Adolfo de Varnhagen. *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 10ª Ed. Edições Melhoramentos : São Paulo, 1978.

“1ª – Dar a cada departamento uma extensão de território proporcionada à dos outros, e suficiente população e riqueza, para que gozem proximamente de igual importância [...]; 2ª – [...] reunir, quando possível, os povos a que a natureza tiver prestado mais fácil comunicação, e, além disso, aqueles cujos esforços convergindo convenientemente a um fim, produzam o bem estar de todo o departamento; 3ª – Para auxiliar um tal desenvolvimento dos recursos do interior e até para ligar mais o sistema de concentração e conciliação do país consigo mesmo, propomos que quando possível se prefira que estejam no interior deles [dos departamentos] os centros governativos; isto é, as povoações em que esteja a presidência [...]”¹²³.

Seguindo as bases acima determinadas e orientando-se pelo curso dos principais rios que cortam o território, Varnhagen divide o território em 19 departamentos administrativos e um departamento de Ultramar que seria a ilha de Fernando de Noronha que segundo ele estaria

“[...] só destinado para presídio, ficando sujeito exclusivamente ao ministério da marinha, visto que nele não há que administrar, e todo depende da proteção que lhe vá por mar”.¹²⁴

2.3

Organização dos departamentos

Os demais departamentos são descritos detalhadamente no *Memorial Orgânico*, um por um, com a indicação de seus limites com os departamentos vizinhos e a localização tida como ideal para estabelecer seus respectivos centros governativos. Não reproduzirei as extensas descrições feitas sobre a demarcação de cada um dos 19 departamentos. Analisarei esta divisão do território proposta por Varnhagen a partir das funções específicas exercidas pelos departamentos, analisando-os, portanto, em blocos. O próprio Varnhagen, após descrever isoladamente a extensão, limites e centro governativo de cada um deles, também os organiza em grupos a partir de suas funções. De acordo com suas divisões,

“[...] o Império ficará dividido em departamentos administrativos, departamentos fronteiriços ou militares, departamentos colônias, e um departamento ultramarino”.¹²⁵

¹²³ Varnhagen. *Memorial Orgânico*, cit. [1849], p.20-21.

¹²⁴ Op.cit., p.22.

Concentrarei minha análise nos departamentos militares ou fronteiriços e nos departamentos administrativos, por se relacionarem mais diretamente com a questão a respeito do território.

Para auxiliar na compreensão e visualização desta divisão do território em departamentos militares, administrativos e coloniais, farei uso do mapa que acompanha o *Memorial Orgânico* e que o próprio Varnhagen destaca para seus leitores, após defender que o Império deveria se dividir em 19 departamentos. De acordo com Varnhagen,

“[...] tivemos por mais acertada a divisão em 19 departamentos, os quais passaremos a enumerar com a designação de seus respectivos limites; mas n’um lançar d’ olhos melhor se fará deles conceito pelo mapa com que acompanhamos este escrito, no qual os números designam os dos departamentos pela ordem com que os vamos apresentar de sul a norte; advertindo porém que eles no mesmo mapa se acham postos nas paragens que julgamos mais próprias para centros governativos ou diretivos, e para as reuniões das suas juntas departamentais”.¹²⁶

Utilizarei a marcação feita por Varnhagen no mapa da localização dos centros governativos para demonstrar essa divisão do território em departamentos militares, administrativos e coloniais. Para tanto, ao lado da numeração apresentada no mapa para estes centros governativos farei uma numeração com cores diferentes de acordo com a categoria de cada departamento. Não alterarei a indicação para a localização dos centros governativos nem a ordem de numeração – de sul a norte – dos mesmos. Apenas colocarei cores diferenciadas nos números que identificam os centros governativos de cada um dos 19 departamentos.

¹²⁵ Op.cit., p.26.

¹²⁶ Op.cit., p.22.



O primeiro conjunto de departamentos que merece atenção são aqueles que fazem fronteiras com os demais países do continente sul-americano. Varnhagen defende que estes departamentos, na condição de fronteiriços, têm por objetivo central garantir a soberania do território contra qualquer tipo de ameaça que possa vir dos países vizinhos. Para tanto, Varnhagen ressalta que estes departamentos (1º; 3º; 13º; 16º; 17º; 18º e 19º - identificados com a numeração vermelha no mapa

acima) devem receber recursos de todos os outros para que possam garantir a segurança das fronteiras do Império beneficiando toda a nação, pois traria tranqüilidade à população dos demais departamentos. Segundo Varnhagen estes departamentos responsáveis por resguardar as fronteiras do Império são

“[...] criados não tanto para o bem imediato deles quase despovoados; mas para o geral da nação que na qualidade de fronteiriços os toma sob sua proteção, concorrendo com quanto possa de suprimento para os povoar e beneficiar, afim de que melhor contribuam à segurança da fronteira [...]. O dito suprimento da nação toda deve ser recompensado por esses departamentos d’ alguma maneira; e a melhor compensação quanto a nós a obter deles é a de promoverem também por sua parte, a troco de alguns sacrifícios, a contribuir que a fronteira se possa guardar por um sistema militar”.¹²⁷

É interessante notar que ao ressaltar que estes departamentos situados nas fronteiras do Império são *‘criados não tanto para o bem imediato deles, mas para o geral da nação’* e que por isso a nação deve colocá-los *‘sob sua proteção, concorrendo com quanto possa de suprimento para os povoar e beneficiar’*, Varnhagen novamente coloca em destaque uma característica marcante neste projeto de reorganização do território e que há pouco já tive a oportunidade de comentar, e que não deixa também de se relacionar com o título de seu texto.

Trata-se do cuidado em estabelecer uma divisão de território que seja capaz de estabelecer uma relação orgânica entre as diversas regiões que constituem o território do Império. Ao destacar que estes departamentos fronteiriços têm por função principal garantir a segurança das fronteiras do Império, Varnhagen aponta para a importância dos demais departamentos enviarem recursos e suprimentos necessários para que os departamentos fronteiriços tenham condições de executar satisfatoriamente sua função. Por sua vez, estes departamentos fronteiriços retribuiriam o envio do *‘suprimento de toda a nação’*, garantindo a segurança e tranqüilidade para as demais regiões, que poderão se desenvolver sem qualquer tipo de preocupação.

Varnhagen adverte que para estes departamentos fronteiriços terem condições de desenvolver um eficaz sistema militar nas fronteiras do Império, teriam que se submeter a alguns sacrifícios como:

¹²⁷ Op.cit., p.26.

“1º - Serem obrigados a não ter em si, dentro do prazo de dois anos, um só escravo africano, vendendo para isso quanto antes os que possuam; 2º - Serem administrados só militarmente por um governador com todas as atribuições dos antigos capitães-generais; 3º - Não terem assembléias provinciais; podendo porém para a eleição dos senadores e deputados gerais juntar seus votos aos do departamento vizinho”.¹²⁸

Colocando como um dos sacrifícios a serem impostos a estes departamentos fronteiriços a impossibilidade de terem ‘*um só escravo africano*’, Varnhagen defende que o Governo envie para estes departamentos, visando a “*contribuir muito, aumentando sua população e os seus capitais*”, os “*oficiais reformados, não qualificados e de 3ª classe*”¹²⁹. Segundo os argumentos de Varnhagen tal decisão teria um duplo objetivo. Primeiro representaria um aumento de recursos para estes departamentos, na medida em que este grupo de oficiais reformados custavam “*nada menos que quase a vigésima parte da receita total do império, como se pode ver dos Orçamentos*”¹³⁰. Assim, ao enviarem estes oficiais aos departamentos fronteiriços, parte destas despesas do Orçamento do Governo seriam gastas para auxiliar na organização deste sistema militar nas fronteiras. Além disso, seguindo ainda os argumentos apresentados no *Memorial Orgânico*, com esta medida este segmento da sociedade teria uma utilidade para a nação, pois de acordo com Varnhagen,

“Quem cobra da nação, deve servir a nação; e ainda que estejam estropeados e inválidos, para o fim que queremos podem-a servir: só se deseja que honrem com a sua presença tal ou tal comarca. O estado (talvez o mais filantrópico do mundo) que gasta com essas classes a 10ª ou 12ª parte do que tem, pode com direito exigir delas algum sacrifício. Ora, pois se necessitam dos auxílios da nação, vão recebê-los onde mais convêm aos interesses desta, e onde são mais baratos os alimentos; se não necessitam que desistam, e talvez com isso o Estado ganhará na redução dessa verba”.¹³¹

Varnhagen não fora o único a defender que as fronteiras fossem povoadas preferencialmente por militares ou indivíduos que tivessem exercido funções desta atividade. Francisco José de Souza Soares de Andréa – barão de Caçapava – adota

¹²⁸ Op.cit., p.26.

¹²⁹ Op.cit., p.27.

¹³⁰ Op.cit., p.28.

¹³¹ Op.cit., p.30.

uma posição semelhante em suas observações aos ‘*Apontamentos sobre o estado atual da Fronteira do Brasil por Duarte da Ponte Ribeiro*’. Ao lamentar a situação de abandono das fronteiras do Império, relatada por Ponte Ribeiro, o Barão de Caçapava observa que

“Não basta ter pontos fortificados, destacamentos regulares por toda a nossa fronteira; é preciso desenvolver por toda ela uma População agrícola, ou industriosa, da melhor gente do país; nem será isto, de certo, útil ou proveitoso feito por colonos estrangeiros, ou mesmo com homens de cor. Devem fazê-los só com Brasileiros, e preferir a raça branca às outras. Isto [...] será conseguir demarcando-se desde logo, nas proximidades dos Destacamentos, muitas datas de terra maiores ou menores segundo a natureza do terreno [...]; e autorizar a concessão de cada uma dessas datas aos Soldados e Praças dos Destacamentos, que sendo casados, brancos e de boa conduta queiram por ali ficar; dando-se-lhes logo baixa, e conservado-lhes por toda vida um equivalente aos seus vencimentos, pago infalivelmente”.¹³²

Em suas considerações, Francisco José de Souza Soares chama a atenção para o fato de que não basta apenas fortificar as fronteiras do império com ‘*destacamentos militares*’. Além de equipar militarmente essas regiões é fundamental também ‘*desenvolver por toda ela uma População Agrícola, ou industriosa*’, para povoar, ocupar e colonizar satisfatoriamente as regiões em que se situam as fronteiras do império. Contudo, igualmente a Varnhagen, o barão de Caçapava ressalta que esta População Agrícola ou industriosa a se estabelecer nessas regiões fronteiriças não deveria conter ‘*colonos estrangeiros, ou mesmo gente de cor*’, mas sim ‘*só com Brasileiros, e preferir a raça branca às outras*’. E entre estes Brasileiros, representantes da ‘*melhor gente do país*’, o barão de Caçapava destaca a importância de incentivar, por meio da concessão de terrenos – datas – que se assentem nessas localidades ‘*Soldados e Praças dos Destacamentos, que sendo casados, brancos e de boa conduta queiram por ali ficar*’.

Tanto as considerações feitas por Varnhagen no *Memorial Orgânico* quanto as realizadas pelo barão de Caçapava em suas Observações, colocam em destaque a necessidade de que se estabeleça nas fronteiras do Império uma população que, compartilhando dos mesmos cuidados e preocupações que possui

¹³² Francisco José de Souza Soares de Andréa. Observações aos ‘*Apontamentos sobre o estado atual da Fronteira do Brasil por Duarte da Ponte Ribeiro*’. IHGB, LATA: 289/ livro 9.

o Governo acerca desta temática, garantisse a soberania do Império sobre suas fronteiras. Uma população com tal comprometimento teria condições, por exemplo, de evitar que ocorressem situações como a do distrito de São José de Maribatanas, relatada por Duarte da Ponte Ribeiro em seus *‘Apontamentos sobre o estado atual da Fronteira do Brasil’*, de 1844, ao identificar que:

“Enquanto S. José de Maribatanas vai ficando sem guarnição nem habitantes, trata o governo da Venezuela de povoar com índios catequizados toda a sua fronteira com o Império pelo lado do Rio Negro. [...] Está a frente desses Estabelecimentos um Brasileiro desertado da sua Pátria por aquela mesma fronteira, e que por sugestões, e com o seu exemplo, anima a passarem para o outro lado os que entre nós vivem abandonados à arbitrariedade e cobiça dos Comandantes das Fronteiras”.¹³³

Uma medida apresentada por Varnhagen no *Memorial Orgânico* e que poderia impedir que este tipo de situação colocada por Ponte Ribeiro prosseguisse ou se perpetuasse em outras regiões de fronteira seria incentivar a

“[...] ocupação de certas posições estratégicas, que é necessário povoar e cultivar, a fim de as tornar habitáveis (quando já o não estejam) e construir nelas praças de guerra [...]. Esses postos assim colonizados, e conhecidos depois militarmente por via dos destacamentos, serviriam de muito quando, por ocasião de qualquer acidental ruptura de boas relações com esta ou aquela república, houvéssomos de mandar forças à competente parte da fronteira”.¹³⁴

2.4

Cuidando dos limites do Império

Se, por um lado, para organizar um *‘sistema militar’* nas fronteiras do Império, capaz de garantir sua segurança em caso de uma *‘acidental ruptura de boas relações com esta ou aquela república’*, era imprescindível ocupar, povoar e colonizar, preferencialmente com oficiais militares, essas regiões fronteiriças; de outro, tal medida também seria de grande valor nas negociações do Império com

¹³³ Duarte da Ponte Ribeiro. Apontamentos sobre o estado atual da fronteira do Brasil, 1844. IHGB, número de chamada: LATA 289; LIVRO 9.

¹³⁴ Varnhagen. Op,cit. [1849], p.28.

as nações que o circundam para definir, fixar e “[...] assinar de um modo terminante”¹³⁵ as fronteiras do Império do Brasil.

Isso porque, Varnhagen defende que as negociações de limites e fronteiras entre o Império e as repúblicas hispano-americanas incorporem o princípio do direito de posse – o *uti-possidetis* – como um dos elementos reguladores na demarcação destas fronteiras.

A incorporação do princípio do *uti-possidetis* como elemento determinante para a fixação das fronteiras do Brasil com seus vizinhos hispano-americanos esteve longe de ser uma unanimidade entre os dirigentes imperiais, sendo constantes os debates em que apareciam posições contrárias e favoráveis ao uso do *uti-possidetis*. Duarte da Ponte Ribeiro, por exemplo, foi um dos que posicionou-se, em inúmeros pareceres, a favor da incorporação do *uti-possidetis* no processo de fixação das fronteiras do Império. No item 1º de seus ‘Apontamentos sobre o estado atual da fronteira do Brasil’, há pouco citado, Ponte Ribeiro faz a seguinte afirmativa:

“Todas as Repúblicas que cercam o Império cuidam de fixar a sua fronteira com ele pelo único meio valioso, o *uti possidetis*: este é o direito que se poderá alegar por uma e outra parte, pois nenhum Tratado existe que definisse os Limites do Brasil com as antigas Colônias de Espanha hoje Estados independentes”.¹³⁶

Em 1837, quando se encontrava como Encarregado dos Negócios do Brasil na Bolívia e negociava um tratado de amizade e limites, Ponte Ribeiro recebera instruções do Brasil para que as fronteiras entre os dois países fossem determinadas como descritas no tratado de Santo Ildefonso (1777)¹³⁷. Entretanto em face da negativa do governo boliviano quanto ao uso do referido tratado para determinar seus limites com o Império e defendendo a utilização do *uti-possidetis*, Ponte Ribeiro envia um despacho no mesmo ano à sede do Ministério dos Negócios Estrangeiro expondo seus pensamentos sobre tal questão:

¹³⁵ Op.cit., p.9.

¹³⁶ Duarte da Ponte Ribeiro. Op.cit., p.1.

¹³⁷ Synesio Sampaio Goes Filho. Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

“Convencido como estou de que é conveniente ao Brasil consentir na declaração feita pelo Governo da Bolívia, de terem caducado os Tratados que ligavam as Potências [coloniais] [...] segue-se que toda a questão de limites ficará reduzida ao princípio do *uti possidetis*: a sanção deste princípio é de todo meu empenho [...]”¹³⁸.

Posicionamento diverso deste de Ponto Ribeiro pode ser observado em pareceres de alguns membros do Conselho de Estado da Seção dos Negócios Estrangeiros, que não compartilham da idéia de que o *uti-possidetis* seja o ‘*único valioso meio*’ para fixar os limites do Império. Ao analisar as propostas contidas em dois tratados sobre comércio, limites, extradição e navegação fluvial entre o Brasil e o Peru, ambos negociados pelo próprio Duarte da Ponte Ribeiro em 1841, então Encarregado dos Negócios do Brasil naquele país, Lopes Gama, relator da Seção de 16 de Junho de 1842, faz o seguinte comentário:

“[...] porquanto os nossos limites, longe de ficarem melhor definidos pela cláusula do *uti possidetis*, são por ela inteiramente expostos a uma inovação das antigas convenções entre Portugal e Espanha; inovação tanto mais perigosa quanto o Governo de Vossa Majestade Imperial não está para o reconhecimento de suas vantagens preparado com prévios e seguros exames”¹³⁹.

Na Seção de 6 de Outubro de 1846, o relator Bernardo Pereira de Vasconcelos também dá um parecer contrário à proposta do governo venezuelano em fixar com o Império um tratado definitivo de limites entre os dois países tendo por base o princípio do *uti-possidetis*. De acordo com seu parecer,

“[...] não pode a Seção concordar em que seja a base do tratado definitivo de limites o *uti possidetis* [...] e não está habilitada para assegurar se a adoção do *uti possidetis* não prejudicará o Império em outras demarcações. [...] Está ela [a seção] convencida de que o primeiro passo que cumpre dar, na matéria sujeita, não é celebrar o tratado de limites, [...] mas ocupar as fronteiras que decididamente nos pertencem, por meio de destacamentos militares ou do estabelecimento de colônias militares, e que só depois de ocupado, assim, o território, e reconhecido por engenheiros, a quem cumpre imediatamente fazer partir para aqueles lugares, é que o Governo Imperial se deve ocupar de tratado que fixe os questionados limites”¹⁴⁰.

¹³⁸ Apud, Synesio Sampaio Goes Filho. Op.cit, p.207.

¹³⁹ Francisco José Rezek (org.). Conselho de Estado: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros, vol. 1, p.106.

¹⁴⁰ Francisco José Rezek. Op.cit., p.224-225.

Neste sentido, incentivar a ocupação dessas regiões como defende Varnhagen e também o barão de Caçapava garantiria que o Império pudesse negociar limites com seus vizinhos hispânicos sem que corresse o risco de ter o direito sobre alguma região questionado.

Provavelmente por estar a par e consciente destas posições divergentes à adoção do *uti-possidetis* na fixação dos limites do império com as repúblicas hispano-americanas, Varnhagen estabelece no *Memorial Orgânico* que o uso do direito de posse na demarcação destas fronteiras deverá ter “[...] *por auxiliares os tratados de 1750 e 1777 e os respectivos trabalhos dos comissário demarcadores*”¹⁴¹. Desta forma, evocando os tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), Varnhagen buscava assegurar que a adoção do *uti possidetis* não representasse nenhuma ameaça a qualquer parte desta tão importante herança deixada por Portugal: o território. Assim, o direito de posse deveria ser utilizado a partir de um território já previamente determinado por aqueles tratados assinados entre as coroas espanhola e portuguesa.

Talvez pela ausência na definição de uma política a ser adotada para negociar a fixação das fronteiras do Império com os países vizinhos, talvez por concordar que a escassa ocupação das fronteiras do império poderia gerar perdas territoriais ao país, Varnhagen não desenvolve muitas reflexões sobre este tema dos limites no *Memorial Orgânico*, ressaltando que:

“[...] o assunto deste parágrafo se apresentaria a muitos como o mais difícil a deslindar; e sem embargo para nós se oferece como o mais fácil, por isso mesmo que neste ponto os partidos da nação irão concordes, e os interesses particulares não serão postos em jogo”.¹⁴²

Contudo, é possível observar que Varnhagen defende que o Império adote posições variadas nas negociações de suas fronteiras com as repúblicas hispano-americanas. Com aqueles países que o império possui fronteiras mais ao norte, como Venezuela, Equador, Peru e Bolívia, Varnhagen defende uma negociação de limites amigável e/ou conciliatória. No caso da Venezuela e do Equador, ressalta

¹⁴¹ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.9.

¹⁴² Op.cit., p.9.

que não existem dúvidas para a demarcação das fronteiras tendo em vista os fundamentos em questão. Já com relação ao Peru e a Bolívia observa que:

“[...] convêm tratar conjuntamente: talvez poderemos oferecer à primeira república [Peru] algum território sobre o Amazonas, desde o Javari ao Jataí, para que cedendo essa república um equivalente sobre o mar, sobre Cuzco ou sobre o lago de Titicaca à Bolívia esta nos venha a indenizar com: 1º - as vertentes todas da margem esquerda do Guaporé até este confluir com o Madalena ou Chiquitos; 2º - o terreno que se possa adquirir, sobre a margem direita do Jaurú; convindo porém advertir que não se deve pensar em excluir a Bolívia de ter por sua fronteira um pedaço do rio Paraguai. É mais um aliado que sempre teremos em qualquer questão dos Argentinos sobre a navegação do rio da Prata”.¹⁴³

Ou seja, era de vital importância que, nas negociações de limites entre o Império e essas repúblicas, se garantisse além da fixação das fronteiras, os interesses geopolíticos do Brasil no continente. Neste sentido, possuir relações amistosas com os demais países vizinhos, visando garantir possíveis alianças caso seja necessário na sempre delicada e tensa região platina, era importantíssimo.

Tensão que se expressa no único comentário feito por Varnhagen no *Memorial Orgânico* acerca daqueles países ao sul com que o império possui fronteiras:

“Do Paraguai, Argentina e república de Montevidéu nada diremos. Convêm esperar ver em que param os negócios de Montevidéu. Se a medianeira Inglaterra não garante a república montevideana criada pelos preliminares de 27 de agosto de 1828, a Província Cisplatina tem de voltar ao Brasil, ainda mediante uma nova guerra, e procurando pôr a frente de nosso exército um general mais feliz, rogaremos a Deus abençoe as nossas armas”.¹⁴⁴

A indefinição em torno da soberania do Uruguai e a possibilidade colocada de que *‘ainda mediante uma nova guerra’* o Brasil venha a readquirir a antiga Província Cisplatina, faz com que Varnhagen dê uma atenção especial a esta região. De acordo com a numeração feita na divisão de território proposta no *Memorial Orgânico*, esta região que comporta as fronteiras ao sul do império representam o departamento número 1, como pode ser observado no mapa.

¹⁴³ Op.cit., p.10.

¹⁴⁴ Op.cit., p.10.

Especificamente em relação a este departamento, Varnhagen faz as seguintes observações:

“Propomos a criação de um departamento militar na nossa fronteira do sul, e com um centro d’ação mais perto dela do que Porto Alegre, [...] de preferência em Bagé. [...] No 1º departamento não podemos dispensar-nos de ter o melhor Exército. Bagé poderia ser um bom ponto para quartel general, tendo em Alegrete e Missões forças e postos fortificados”¹⁴⁵.

Já para os outros departamentos fronteiriços como, por exemplo, o 16º, 17º, 18º e 19º, situados nas fronteiras ao norte, Varnhagen não vê a necessidade de se instaurar uma tal força militar, defendendo que nestes o “*sistema de defesa pode ser mais passivo*”¹⁴⁶, pautando-se, como já mencionado, no incentivo à povoação (ocupação) e colonização.

2.5

Mudança da Capital

Outro elemento de destaque contido na nova organização do território proposta por Varnhagen no *Memorial Orgânico* é a defesa da transferência da capital do Império do Rio de Janeiro para uma região mais central do território, da mesma forma “*como está no corpo humano o coração*”¹⁴⁷. Varnhagen coloca-se contrário à permanência da capital no litoral, observando que “*hoje para as necessidades do Império essas capitais da antiga colônia* [referindo-se à Bahia e ao Rio de Janeiro] *não podem bastar*”¹⁴⁸.

Varnhagen não foi o primeiro nem o único a defender a transferência da capital do Brasil do litoral para algum ponto no interior do território. Ainda quando o Brasil era parte integrante do Império português, Hipólito José da Costa defenderá, em 1816, a criação de uma nova capital para o Brasil no interior. Mais

¹⁴⁵ Op.cit., p.21-28.

¹⁴⁶ Op.cit., p.27.

¹⁴⁷ Varnhagen. A Questão da Capital: marítima ou no interior? Viena, Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877, p.1.

¹⁴⁸ Varnhagen. Memorial Orgânico, cit. [1849], p.12.

tarde, José Bonifácio redigirá e apresentará na reunião de 8 de junho de 1823 da Assembléia Constituinte uma memória em que defende a interiorização da capital do recém-independente Império do Brasil. E em meados do século XIX, já durante o governo pessoal de D. Pedro II, o senador Holanda Cavalcanti encaminha ao Senado, na sessão de 9 de julho de 1852, um projeto para a criação de uma nova capital, sendo o mesmo apreciado e discutido no ano seguinte, em 1853, na sessão do dia 10 de junho. Ao longo deste capítulo recuperarei estes trabalhos, sempre que oportuno e pertinente, para identificar semelhanças e diferenças entre suas propostas e aquelas apresentadas no *Memorial Orgânico*.

Voltando por hora às considerações de Varnhagen, observa-se que o mesmo argumento utilizado para condenar, em meados do século XIX, a continuidade da divisão do território em províncias é recuperado também para contestar a atual localização do centro governativo do país. Tal como na divisão do território em províncias, Varnhagen considera que a fixação de uma capital junto ao mar justificava-se quando o Brasil era colônia de Portugal. Nestas circunstâncias era necessário estar o mais próximo possível da metrópole portuguesa sendo, portanto, fundamental estabelecer uma capital na costa.

Contudo, com a emancipação política em 1822 modificaram-se as ‘necessidades’ do Império. A partir de então tornou-se determinante garantir a soberania tanto externa quanto interna deste recém criado Estado-nação: o Império do Brasil. Tendo em vista essas diferenças de ‘necessidades’ do Império do Brasil como parte do Império Português, ao Império do Brasil como corpo político soberano é que Varnhagen critica a permanência da capital no Rio de Janeiro argumentando que,

“Fez-se a independência, e desde então não se tem quase pensado nisso, dando por negócio decidido que a capital do Império tem de ser o Rio para sempre; e o que se lembra de tocar neste ponto é tido por utopista ou visionário. [...] Ora pois hoje que já não somos colônia; que não necessitamos de estar em dependência de Lisboa, e que as vantagens de ter a capital sobre o mar, não compensam a fraqueza e comprometimentos que daí podem resultar para a nação [...]; assentamos por princípio que a capital do Império não deve ser em um porto de mar”¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Op.cit., p.4-6.

Em seu projeto de criação de uma nova capital, o senador Holanda Cavalcanti destaca que a permanência da capital no litoral impediria que o Império tivesse condições de atingir uma dessas necessidades, que seria o desenvolvimento da atividade agrícola no país. Na discussão de seu projeto na sessão de 10 de junho de 1853 seus principais argumentos são recuperados:

“Expõe [o senador Holanda Cavalcanti] primeiramente os inconvenientes da afluência da população só para as cidades marítimas. É verdade que esta afluência demonstra grande tendência para o desenvolvimento da profissão comercial; mas o Brasil deve, em sua opinião, ser mais uma nação agrícola do que comercial [...]. Ora, o desenvolvimento da agricultura em vasta escala não poderá conseguir-se senão promovendo-se a formação de grandes estabelecimentos no centro do império, e o meio mais óbvio que se antolha para realizá-los é a criação na capital nesse centro. A primeira necessidade do país, a que todos reconhecem como tal; é a colonização;”¹⁵⁰

Ao defender que o Brasil deveria *‘ser mais uma nação agrícola do que comercial’*, o senador Holanda Cavalcanti considera que isto só teria condições de se realizar com a capital localizada em uma região central, pois esta incentivaria que a população se deslocasse das cidades marítimas para o interior. Neste sentido, para atender à *‘primeira necessidade do país a que todos reconhecem’* que é a colonização, a medida mais importante seria criar uma capital no centro do território.

Varnhagen ressalta que, nas atuais circunstâncias em que se encontrava o Império, a manutenção da capital no Rio de Janeiro poderia gerar *‘comprometimentos que daí podem resultar para toda a nação’*. Dentre esses comprometimentos, o primeiro a ser destacado no *Memorial Orgânico* diz respeito à fragilidade a que fica submetida uma capital perto do mar frente a um possível ataque externo. De acordo com Varnhagen, nem o Rio de Janeiro, nem qualquer outra cidade litorânea

“[...] oferecem à nação, apesar de suas aparentes fortificações, as garantias de segurança e de inviolabilidade que ela exige tenha o tabernáculo que guarda em si o chefe do Estado e seus primeiros delegados responsáveis, e o fórum de seus representantes e legisladores”¹⁵¹.

¹⁵⁰ Anais do Senado do Império do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978, p.209.

¹⁵¹ Varnhagen. Op.cit., [1849], p.4.

Assim, o primeiro argumento exposto por Varnhagen em prol da transferência da capital do litoral para o interior, diz respeito à preocupação com relação à vulnerabilidade que o ‘*chefe do Estado*’ se encontra em face de algum ataque externo. Em sua memória José Bonifácio também apresenta como uma das razões para a capital do Império estabelecer-se no interior, a garantia de que aí a sede do governo estaria segura contra possíveis investidas externas. Segundo José Bonifácio,

“Parece muito útil, até necessário, que se edifique uma nova capital do Império no interior do Brasil para assento da corte, da assembleia legislativa e dos tribunais superiores que a constituição determinar. [...] Sendo ela central e interior, fica o assento do governo e da legislatura livre de qualquer assalto ou surpresa feito por inimigos externos”.¹⁵²

O senador Holanda Cavalcanti também destaca o risco que representava ao Império manter a capital em uma cidade marítima como o Rio de Janeiro. O relator da sessão de 10 de junho de 1853, ao recuperar alguns pontos do projeto que fora enviado ao Senado em julho de 1852, faz o seguinte comentário:

“[...] fez também peso no orador, para a apresentação do projeto, a necessidade de prevenir outro acontecimento. E sua convicção que em relação à segurança em que deve estar uma capital não se acha ela bem colocada no Rio de Janeiro. No caso infeliz de uma guerra, mesmo com uma pequena nação, a cidade correria eminente risco. [...] Esta consideração tem para o orador muito peso”.¹⁵³

Preocupação com relação a possíveis ataques externos que, no momento em que Varnhagen escrevia o *Memorial Orgânico* não situava-se apenas no campo das hipóteses, mas que tinha suas origens e razões sobretudo nas ameaças que um outro império – o britânico – representava à soberania do Império do Brasil. Não por acaso Varnhagen faz questão de assinalar que:

¹⁵² Paulo Benevides, Roberto Amaral (org.) *Textos Políticos da História do Brasil*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, vol. 1, p.732.

¹⁵³ *Anais do Senado do Império do Brasil*; Senado Federal, Subsecretaria de Anais. Brasília, 1978, p. 200-201.

“[...] os vapores ingleses por seu turno encarregaram-se de fazer bem patente como os portos de mar estão expostos a ser impunemente insultados. [...] dois exemplos modernos nos oferece a Inglaterra que devem ser tomados em consideração para corroborar as nossas idéias sobre a fraqueza de uma capital ameaçada de esquadras. Passou-se o primeiro com a China, que seguramente na questão do ópio, em que tinha tanta razão, cedeu porque os vapores ingleses fizeram tremular a bandeira da Grã-Bretanha ao som de bombardas de frente de Pequim, aonde estava a cabeça do império. Vimos o segundo exemplo na Espanha. Pois a orgulhosa Inglaterra teria sofrido a afronta que sofreu, na expulsão de seu embaixador, se a corte espanhola fosse em Cádiz ou Barcelona, sem lá ter mandado sua esquadra do Mediterrâneo de morrões acesos e portinholas abertas pedir satisfações? Iguamente resignou-se calada, e por fim julgou que lhe convinha acabar de estar amuada”.¹⁵⁴

O exemplo acima utilizado por Varnhagen, colocando em destaque a política externa inglesa em diferentes regiões, tinha por finalidade não apenas demonstrar ‘*como os portos de mar estão expostos a ser impunemente insultados*’. Objetivava também, por certo, chamar a atenção de que o Brasil poderia sofrer semelhante ataque dos ingleses como o fizeram na China em torno da questão do ópio.

A partir de meados do século XIX o império britânico vinha sistematicamente aumentando as pressões sobre o governo brasileiro para que fosse cumprido de forma efetiva os acordos assinados para acabar com o tráfico intercontinental de escravos. Desde então, as relações diplomáticas entre os dois países ficaram bastante tensas, sendo cada vez mais recorrentes os apresamentos de navios negreiros vindos da África para o Brasil, inclusive em águas brasileiras. Instabilidade que chegou ao seu momento mais delicado e crítico em 1845, quando o parlamento britânico aprova e decreta o Bill Aberdeen.

Certamente Varnhagen não considerava que a mudança da capital para o interior fosse a solução final para impedir uma possível agressão militar inglesa ao Brasil. Porém, atuaria como um fator para inibir e/ou desencorajar uma investida ou imposição de condições dos ingleses ou de qualquer outro inimigo externo na medida em que

¹⁵⁴ Varnhagen. Op.cit. [1851], p.397.

“Quanto mais central esteja a capital, mais obstáculos se poderiam criar para não chegar a ela qualquer inimigo que ousasse invadir o país; e ainda sem imaginar esse caso extremo; qualquer exigente negociador não se julgaria aí tão forte para ditar condições, como tendo à vista suas esquadras”.¹⁵⁵

Além do exemplo inglês, Varnhagen se reporta também à história de outros países da Europa para reforçar a desvantagem e o perigo de se estabelecer ou manter capitais em regiões litorâneas. Segundo Varnhagen,

“A nossa terminante afirmativa [de que é mais vantajoso ter uma capital no interior] parecerá por certo ao leitor mais fundamentada, quando se dê ao trabalho de percorrer conosco o catálogo da nações da Europa e da América, e fizer reparo como as maiores delas, e ainda as consideradas como primeiras potências marítimas, não tem suas capitais junto do mar, como se a política ou o instinto da própria defesa lhes dissesse que estavam, como estão, assim mais seguras. E não nos detendo já com Londres e Paris, porque datam de muito tempo (ainda que houveram seguramente mudado, se assim não se achassem bem) lá temos S. Petersburgo e Berlim, criações d’outro dia, e ambas pensadas antes no gabinete, e produzidas pela vontade de dois soberanos. [...] Pergunte-se aos Russos, se acaso ganharam em trocar a respeitável Moscou com seu Kremlin pela afrancesada cidade do Neiva. Os czares ganharam sim em tomar mais influência nos destinos da Europa; mas a Rússia no seu interior perdeu. Apesar de não ser capital, tal é a influência de Moscou, que Napoleão concebeu o plano de ocupá-la para que S. Petersburgo com isso se lhe entregasse, o que chegaria talvez a se realizar se Moscou não se achasse tão internada pelo sertão”.¹⁵⁶

Por fim, Varnhagen ressalta que o futuro do Império, de sua unidade política e territorial, está diretamente vinculado a permanência ou não da capital no litoral ao considerar que:

“A escolha de uma boa capital pode influir sobre a sorte de um povo inteiro; pode, segundo Foissac, só por si explicar a elevação ou degradação de um estado. [...] Se queremos pois por séculos conservar unido o império lancemos nossas vistas para ele todo, não da torre da Candelária, ou do Pão de Açúcar, ou do Corcovado, que mal daí o dominaremos; remontemos às paragens que a natureza já fez dominantes; às cabeceiras dos rios que regam o Brasil abrangendo em quase toda sua extensão. Deixemos essa cidade na fronteira marítima ameaçada cada dia por essas fortalezas de madeira que estão avassalando as águas do orbe”.¹⁵⁷

¹⁵⁵ Op.cit., p.398.

¹⁵⁶ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.4-5.

¹⁵⁷ Varnhagen. Op.cit. [1851], p. 401.

Além de novamente fazer referência às ameaças externas à soberania nacional, representadas pelas *'fortalezas de madeira que estão avassalando as águas do orbe'*, as considerações feitas acima por Varnhagen no *Memorial Orgânico* trazem também um outro elemento importante.

Ao destacar que para *'por séculos conservar unido o império'* é necessário lançar *vistas para ele todo'*, o que não é possível de ser realizado da *'torre da Candelária, ou do Pão de Açúcar, ou do Corcovado'*, Varnhagen ressalta a importância de o governo central estar em permanente observação sobre toda a extensão do território e habitantes do Império para que o mesmo mantenha-se unido. Tal comentário de Varnhagen dialoga, em larga medida, com as reflexões desenvolvidas por Jeremy Bentham em seu *Panopticon*. Editado em fins do século XVIII, o *Panopticon* exerceu considerável influência nas formas de organização e exercício do poder das sociedades modernas¹⁵⁸, sobretudo no que diz respeito à apropriação do espaço.

O sistema do *Panopticon* de Bentham – a partir de um espaço determinado erguia-se, na periferia, uma construção em anel e no ponto central uma torre – criava condições para que um pequeno grupo – aqueles que ficariam na torre (inspetor principal e vigias) – exercesse uma vigilância permanente sobre um grande contingente de indivíduos – os grupos de presos – precavendo-se, através de uma visibilidade total, da ocorrência de atos de indisciplina que afetassem a ordem estabelecida pelo poder central (a torre).

Um dos objetivos deste princípio de visibilidade total característico do *Panopticon* é internalizar entre os indivíduos a sensação de que seus atos, palavras e comportamentos estão incessantemente sendo vigiados, e assim inibir qualquer ação e até pensamento que sejam nocivos à ordem estabelecida¹⁵⁹. Tal exercício de controle reforça a obediência de todos a um poder central, que legitima-se como o único responsável pela organização, administração e direção do espaço e da população que o mesmo comporta.

¹⁵⁸ Segundo Michel Foucault o sistema de controle e exercício de poder apresentado do *Panopticon* se articulam com as novas realidades sociais, políticas e econômicas surgidas em fins do século XVIII, a destacar: crescimento demográfico; desenvolvimento do modo de produção capitalista; e crise do Estado Absolutista. Cf. Michel Foucault. *O Olho do Poder*. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, 1979.

¹⁵⁹ Michel Foucault. *Op.cit.*

É justamente partindo deste esforço por aumentar a capacidade regulatória do Estado imperial que analisarei a proposta de Varnhagen apresentada no *Memorial Orgânico* de erguer “[...] um centro de civilização nos elevadíssimos chapadões do interior”¹⁶⁰, pois, como o próprio Varnhagen ressalta, “[...] são mui deslocadas cabeças para dirigir, como cumpre tão grande corpo que necessita concentrar-se”¹⁶¹. Neste sentido, “[...] uma capital central pode distribuir com mais igualdade em diferentes raios sua solitudine”¹⁶².

A seguir buscarei demonstrar que a localização considerada como a ideal para receber a nova capital do Império articulada ao sistema de comunicações internas, apresentado no *Memorial Orgânico*, relacionam-se diretamente com este objetivo em reforçar o controle do Estado sobre toda a extensão do território nacional, a partir da interiorização do poder central.

Ao indagar no *Memorial Orgânico* sobre qual ‘cidade ou vila do sertão’ deveria tornar-se a sede do governo, o próprio Varnhagen responde em seguida que nenhuma destas localidades possuem condições de abrigar a nova capital, pois avalia que “[...] todas tem o vício de origem, proveniente de uma riqueza que já não possuem”¹⁶³. Não podendo contar, portanto, com nenhum núcleo de ocupação já pré-existente no interior do território para assentar a capital do Império, Varnhagen utiliza o mesmo procedimento que orientou a proposta de divisão do território em departamentos para determinar a localização mais adequada para a nova sede do governo imperial: o curso dos principais rios que cortam o império. De acordo com Varnhagen:

“[...] se abandonando a idéia de achar já feita e acabada a cidade que tanto nos convêm, nós resolvermos a fundar uma [...], a verdadeira paragem para ela é a mesma natureza quem aponta, e de modo mui terminante. E como não temos de cór toda a configuração e estrutura do Brasil, olhemos para o mapa, que ele mesmo indica uma situação como não temos segunda, nem terá nenhum outro país. É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes Tocantins e Paraná, - dos dois grandes rios que abraçam o Império; i. é, o Amazonas e o Prata, com as dos do São Francisco, que depois de o atravessar pelo meio desemboca a meia distância da cidade da Bahia à de Pernambuco. É nessa paragem bastante central e elevada, donde partem veias e artérias que vão circular por todo o corpo do

¹⁶⁰ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.11.

¹⁶¹ Op.cit., p.4.

¹⁶² Op.cit., p.11.

¹⁶³ Op.cit., p.12.

Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é aí que julgamos deve fixar-se a sede do governo do Império”.¹⁶⁴

Além de ser uma ‘*paragem bastante central e elevada*’, incorporando bem o princípio funcional da torre no Panopticon de Bentham, Varnhagen ressalta também que a nova capital deve fixar-se em um ponto “*proximamente, a distância igual, dos cinco pontos, Rio, Bahia, cidade de Oeiras, Cuiabá e Curitiba*”¹⁶⁵. Tal localização permite que o centro do poder – a capital – tenha condições de lançar seu olhar da forma mais simétrica possível sobre todos os pontos à sua volta. Permitiria também que o governo central se deslocasse de forma mais rápida e ágil para qualquer um destes pontos, sempre que necessário para manter a ordem ou reforçar sua autoridade. Após estabelecer algumas condições¹⁶⁶ referentes ao clima e defesa, por exemplo, Varnhagen considera que a nova capital a ser erguida deve assentar-se em uma região elevada no interior de Minas Gerais¹⁶⁷, situando-se na posição referente ao 7º departamento (identificado com a cor verde) no mapa publicado junto ao *Memorial Orgânico*.

Contudo, para que seja possível aumentar ou reforçar a autoridade do Estado, é fundamental o desenvolvimento, a partir deste ponto de referência central (a capital), de um sistema de comunicações internas que possibilitem fácil acessibilidade e mobilidade do poder central sobre todo o território. Será,

¹⁶⁴ Op.cit., p.12.

¹⁶⁵ Op.cit., p.12.

¹⁶⁶ Após determinar que a nova capital deve localizar-se entre os limites “oferecidos pelos mesmos três rios que fazem a posição tão vantajosa”[p.12], Varnhagen estabelece que a localização ideal deve preencher as seguintes condições: “1ª – Uma chapada pouco elevada e sem muitas irregularidades, [...] sendo situada à borda de um rio, que embora já aí não seja navegável, tenha no tempo seco bastante água para lavagens de roupas, banhos, gados, etc.; 2ª – Deve ser lavada de bons ares, e ter escoante bastante para que seus canos passam sair no rio uma légua abaixo; não deve ter perto pântanos nem águas encharcadas; 3ª – Será a dita chapada naturalmente defensável, e sem padraços a alcance da artilharia [...]; 4ª – Sendo possível preferir-se-á a localidade em que o rio, torneando uma igual chapada, a deixe como península, ou se não onde o mesmo rio faça uma lagoa; 5ª – Deve haver a distância razoável, v.gr. até 3 léguas, bastante mato, pedra de construção, e sendo possível também calcária; 6ª – Como a localidade que se deverá preferir tem de estar em 15º a 16º de latitude, convém que fique elevada sobre o mar pelo menos 3000 pés, afim de que sejam, como na cidade do México, [...] puros e saudáveis os ares”. Cf. Varnhagen. Op.cit. [1849], p.12-13.

¹⁶⁷ De acordo com Varnhagen a localização da capital em uma região elevada 3000 pés do nível do mar “[...] satisfaria completamente ao grande princípio de escolha de um local de clima mais frio, para situar a capital de um grande estado intertropical; - princípio que Montesquieu prova ser verdadeiro pela história da humanidade na Ásia; visto que um tal clima permite ao governo e aos habitantes desenvolver mais energia, como já vemos sucede aos Mineiros, que crescendo em número e população, se tornarão mais fortes do que os Fluminenses, e se o político não sabe ver no futuro e prevenir os males, poderão eles algum dia chamar a si a capital por conquista”. Op.cit., p.14.

portanto, por meio de um sistema de comunicações internas, organizado a partir da capital que a sede do governo terá condições de tornar-se o coração do Império, “*donde partem veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado*”¹⁶⁸. Assim, de acordo com Varnhagen,

“Designado assim o mais conveniente ponto central donde as ordens devem dimanar e baixar em todo o sentido da palavra, a mesma inspeção do mapa deixa ver o traçado das principais comunicações que devem ser feitas. [...] Não tratemos por ora de pensar em cruzar o Brasil de caminhos de ferro. [...] Um só de tais caminhos não podemos dispensar no nosso plano [...]. Esse caminho de ferro essencial é o que deve pôr em pronto e imediato contato a capital com o porto do litoral onde haja mais facilidade de o encaminhar. [...] Fique pois entendido que propomos como indispensável para o nosso plano um só caminho de ferro, e esse o mais curto e barato que for possível. Sua extensão, sendo a mais curta, poderá sair como pouco mais de vez e meia a do caminho de Paris a Bruxelas ”.¹⁶⁹

Neste momento, portanto, de redivisão e reorganização territorial e administrativa do país, Varnhagen considera não ser oportuno ‘*cruzar o Brasil de caminhos de ferro*’. As atenções devem, neste momento, concentrar-se naquelas redes de comunicações que favoreçam ao Estado centralizar a administração de todo o Império e assim permitir ao governo ‘*distribuir com mais igualdade em diferentes raios sua solicitude*’. E a ligação entre a capital e o litoral é um destes raios que merece destaque, sendo o único trajeto visto como essencial de ser coberto por um ‘*caminho de ferro*’. Importância que se justifica entre outros elementos pela necessidade, para a manutenção da nova capital, dos gêneros, notícias e personalidades que chegam ao Brasil pelo litoral, sendo fundamental ‘*pôr em pronto e imediato contato a capital com o porto do litoral*’.

Após defender o estabelecimento de ‘*um só caminho de ferro*’, Varnhagen direciona suas atenções ao que considera como o ‘*verdadeiro sistema de comunicações internas*’, que deveria se organizar da seguinte maneira:

¹⁶⁸ Varnhagen. Op.cit. [1851], p.421.

¹⁶⁹ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.15-17.

“Passando porém ao verdadeiro sistema de comunicações internas. É claro que não poderia deixar de lhe servir de ponto de partida a nossa capital, que por outro lado já está no centro dos três grandes canais naturais Tocantins, São Francisco e Paraná. Assim pois as primeiras estradas que se devem abrir são as que ponham bem em contato os mais altos pontos navegáveis daqueles com a mesma capital. [...] Além destas três [...] pequenas estradas, que facilitarão à capital o poder-se comunicar desde logo por água com grande número de distritos do Império, necessitamos as que mais propriamente chamamos estradas imperiais. [...] por ora devemos-nos contentar com o estritamente indispensável; porque somos pobres e não temos dinheiro para mais. Propomos pois por assim dizer, só uma grande estrada que fazendo o interior mais rico, o tornará suscetível, daqui a anos, de poder compreender a construção de outras. Essa estrada tem por fim comunicar da banda de dentro da Serra do Mar, o sul com o norte do Império, vindo em alguma crise a ficar independente do auxílio dos barcos de vapor, e com a capital quase no meio de sua extensão. Assim, correrá a mesma estrada quase paralelamente à costa, mas às vezes n’uma distância desta de cento e tantas léguas. [...] Tal é a estrada imperial que julgamos se deve abrir primeiro: o total de sua extensão n’um e n’outro sentido não passará de seiscentas léguas”¹⁷⁰.

Como pode ser observado, Varnhagen organiza um sistema de comunicações internas baseado na navegação dos *‘três grandes canais naturais Tocantins, São Francisco e Paraná’* e na construção de *‘estradas imperiais’* que *“[...] devem ser feitas para carros e percorridas por correios em pequenas diligências de quatro rodas”*¹⁷¹. Entretanto, ao identificar a ausência de recursos para a construção de um número razoável destas vias terrestres de comunicação, visando a articulação e compactação entre as diversas partes que compõe o Império, Varnhagen ressalta que *‘por ora devemos-nos contentar com o estritamente indispensável’*. E de acordo com suas considerações no *Memorial Orgânico*, o indispensável seria a construção de uma extensa estrada, paralela à costa, *‘n’uma distância desta de cento e tantas léguas’*, que comunique o sul com o norte. Tal estrada também teria a capital como ponto de referência, devendo esta localizar-se *‘quase no meio de sua extensão’*, tornando-se passagem obrigatória para aqueles que pretendessem atravessar o Império partindo dos dois sentidos. Esta localização estratégica da capital no ponto médio desta grande estrada proporcionaria, de um lado, num maior controle do Estado imperial sobre a circulação dos súditos pelo território nacional, pois *“[...] seu custeio, bem como seus direitos de barreiras ficarão pertencendo ao governo supremo ou central”*¹⁷²; de outro, e em certa medida em consequência do primeiro, reforçaria

¹⁷⁰ Op.cit., p.17.

¹⁷¹ Op.cit., p.15.

¹⁷² Op.cit., p.15.

os laços de fidelidade e obediência entre estes mesmos súditos e a Coroa, pela facilidade de contato que teriam com a capital. Segundo Varnhagen com este sistema de comunicação,

“[...] os próprios habitantes do Rio Grande chegariam mais facilmente à capital por terra do que hoje, e as províncias do norte a terão, não só mais a alcance por terra, mas chegarão a ela mais facilmente, por mar e pelo caminho de ferro, que atualmente ao Rio por mar”.¹⁷³

José Bonifácio também projeta o desenvolvimento das comunicações internas do país tendo a capital no interior como ponto principal de referência dos caminhos a serem construídos. Em sua memória ressalta que

“Como esta [capital] deve ficar, quanto possível, equidistante dos limites do Império, tanto em latitude quanto em longitude, vai-se abrir deste modo por meio das estradas que devem sair deste centro como raios, para as diversas cidades interiores e marítimas, uma comunicação [...]. Demais sendo a comunicação marítima entre o Rio de Janeiro ou mesmo Bahia, se esta passasse a ser capital do Império, com os portos do Maranhão e Pará muito longe e difícilimo por causa do lançamento e situação das costas e pelas monções, todos esses embaraços e dificuldades cessarão pelas comunicações internas da nova capital por meio das estradas e montadas, por onde circulariam em toda a prontidão e regularidades as ordens do governo”.¹⁷⁴

Aproveito o momento para apresentar e analisar os argumentos feitos Hipólito José da Costa que também propôs a organização de uma capital no interior do Brasil. Hipólito da Costa escreveu sua proposta em julho de 1816 pouco após o Brasil ser elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves. Eis as considerações feitas pelo redator do Correio Braziliense:

¹⁷³ Op.cit. p.18

¹⁷⁴ José Bonifácio. Op.cit., p.732.

“Indicamos no nosso N.º passado algumas breves noções; sobre a necessidade de promover a imigração de estrangeiros no Brasil; e fomentar os estabelecimentos de terra dentro; edificando uma nova cidade, para ser a capital e sede do Governo do Brasil. [...] O grande ponto deste plano seria, depois de escolhido o lugar mais apto para a capital; abrir estradas dali para todas as províncias; e edificar as aldeias ao longo dessas estradas [...]. As passagens dos rios, seja em barcos, seja em pontes, deve ministrar uma fonte de rendimento para a mesma abertura das estradas; arrematando-se estas paragens a quem por elas mas desse; e fazendo com que as pontes, os caminhos, etc. sejam construídos, não por conta da Fazenda Real, mas sim por companhias de indivíduos particulares, a quem se dêem os lucros provenientes do que pagam os viajantes, que passam por essas pontes, estradas, etc. [...] em todos os casos é necessário evitar cuidadosamente as administrações por conta da Fazenda Real, e a ingerência do Governo, exceto nas coisas que forem de absoluta necessidade”¹⁷⁵.

Numa primeira apreciação, mais superficial, observa-se semelhanças entre a proposta de Hipólito da Costa com as de José Bonifácio e Varnhagen, na defesa de que a capital do Brasil se estabeleça em uma região central do território. Todos os três concordam que para incentivar a ocupação e, principalmente, colonização dos sertões do Brasil, é necessário que a sede do governo se localize no interior do território.

Entretanto, não com muita dificuldade pode-se perceber diferenças substanciais entre as propostas de Varnhagen e José Bonifácio em relação a esta apresentada por Hipólito da Costa. Enquanto os dois primeiros consideram que o Estado deveria estar na direção deste processo de ocupação e exploração dos sertões, o redator do *Correio Brasiliense*, ao contrário, defende que *‘é necessário evitar cuidadosamente as administrações por conta da Fazenda Real, e a ingerência do Governo’*.

Essa posição diversa em torno do papel do Estado na ocupação e colonização do território pode ser identificada de forma clara na maneira como concebem a construção das estradas que deveriam ser construídas a partir da capital para as demais províncias. Para Varnhagen e José Bonifácio a construção de estradas não destinava-se apenas para garantir a ocupação e colonização interior, mas também proporcionar ao governo central um maior controle sobre o território e a população que o habitava. Para tanto era fundamental que o Estado tomasse para si a responsabilidade em desenvolver um sistema de comunicações internas, arcando com *‘seu custeio, bem como seus direitos de barreira’*, o que

¹⁷⁵ Hipólito José da Costa. *Correio Brasiliense*, ou, *Armazém Literário*. São Paulo, SP : Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF : *Correio Braziliense* “edição fac-similar”, 2001, vol. 17, p.95-97.

possibilitaria que as *'ordens do governo'* se espalhassem por todo Império *'em toda prontidão e regularidades'*.

Já no projeto de Hipólito da Costa a abertura dessas estradas deveriam se realizar *'não por conta da Fazenda Real, mas sim por companhias de indivíduos particulares'*. Sua opção por deixar a cargo de particulares a construção das estradas, apesar de ter por finalidade *'promover a imigração de estrangeiros'* para assim *'fomentar os estabelecimentos de terra dentro'*, acaba limitando bastante a capacidade regulatória do Governo sobre o território e a população. Isso porque, ao terem o direito sobre *'os lucros provenientes do que pagam os viajantes que passam por essas estradas'*, estas companhias particulares acabam por obter um certo controle sobre a circulação das pessoas no interior do território.

Neste sentido, as propostas de Varnhagen e José Bonifácio em assentar a capital do Império em uma região central do território e, a partir dela, desenvolver um sistema de comunicações internas que facilite e agilize o acesso das diversas regiões ao governo central e vice-versa não tem como único objetivo incentivar o desenvolvimento das forças produtivas do interior. Além disso, uma capital no interior garantiria que:

“[...] assim se vai estudando de perto a nação toda; assim finalmente as tradições da corte e da nação se vão associando pouco a pouco a todas as províncias, que não se julgando humilhadas por outras delas sem razão, mais privilegiada, se prontificam de melhor grado a penas e tributos. Na situação atual do Chefe de Estado provaria de mais a mais quanto ele está acima das nossas apoucadas idéias de bairrismo pela província natalícia, e com sua abnegação ajudaria, pelo exemplo, a curar dos maiores cancros do império”.¹⁷⁶

A transferência da capital para o interior era de extrema importância, portanto, não apenas para incentivar o desenvolvimento produtivo do sertão e garantir a segurança da Corte frente a possíveis afrontas de inimigos externos, mas também para combater as rivalidades existentes entre as províncias, que de acordo com Varnhagen representavam um *'dos maiores cancros do império'*. Rivalidades essas que também não deixavam de representar mais uma herança deixada pela experiência colonial e que acentuaram-se, principalmente, quando em 1808 o Rio

¹⁷⁶ Varnhagen. Op.cit. [1851], p.427.

de Janeiro tornou-se a cabeça do Império Português, com a transmigração da Corte para esta cidade. Desde então os ciúmes e desavenças das outras províncias, sobretudo aquelas do norte e nordeste, alimentados muitas vezes por um sentimento de serem preteridas pela Corte com relação ao Rio de Janeiro foram constantes. Este sentimento de superioridade do Rio de Janeiro sobre as demais províncias pode ser identificado, por exemplo, nos relatos biográficos e autobiográficos de Joaquim Nabuco e Francisco de Paula Ferreira de Resende, respectivamente.

Joaquim Nabuco ressalta que o período em que seu pai residiu no Rio de Janeiro (1825-1829), durante o cumprimento da legislatura de seu avô como deputado pelo Pará, fora marcante na formação daquele ao destacar que:

“O Rio era a residência do Imperador e nesse tempo, em que havia ainda uma seleção, a corte era o centro de toda a vida social. [...] A impressão que leva consigo fará com que durante toda a mais bela parte da vida, dos dezesseis até os trinta, em que pode voltar ao Rio, ele se sinta sempre, na estreiteza da vida de província, um exilado da corte. Era um sentimento esse de orgulho e superioridade para ele no meio de companheiros que nunca tinham visto o Rio de Janeiro, e que o sonhavam como um verdadeiro paraíso”.¹⁷⁷

Francisco de Paula Ferreira de Rezende também destaca em suas *‘Recordações’* a importância que teve em sua infância a primeira visita que realizara a Corte. De acordo com o autor,

“De todos os fatos da minha meninice aquele que deixou na minha memória não só as mais numerosas impressões, porém ainda as impressões mais vivas e mais profundas, foi incontestavelmente a minha primeira viagem à corte. [...] Eu, entretanto, que ainda não tinha 8 anos, já havia viajado 138 léguas de ida e volta; tinha visto muitos rios, muitas vilas; tinha andado sobre o mar; tinha entrado em navio de guerra; e para tudo dizer em um palavra, eu tinha ido à corte”.¹⁷⁸

Os depoimentos de Joaquim Nabuco e de Francisco de Paula Ferreira proporcionam uma boa dimensão da diferenciação entre o Rio de Janeiro e as demais províncias. Diferença esta exemplificada no comentário de Joaquim

¹⁷⁷ Joaquim Nabuco. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. vol.1, p.43.

¹⁷⁸ Francisco de Paula Ferreira de Rezende. Minhas Recordações. Rio de Janeiro, 1944, p.90-107.

Nabuco de que os quatro anos em que seu pai residiu no Rio de Janeiro lhe proporcionaram, ao retornar para o Pará, um sentimento de *'orgulho e superioridade'* sobre seus colegas que *'nunca tinham visto o Rio de Janeiro'*. Da mesma forma, Francisco Ferreira de Rezende além de considerar que sua primeira visita ao Rio de Janeiro gerou as *'impressões mais vivas e mais profundas'* de sua infância, resumiria todas as experiências vivenciadas por esta viagem em uma única frase: *'eu tinha ido à corte'*!

Transferir a capital para o interior e desenvolver um sistema de comunicações internas que colocasse a Corte em contato permanente com todas as províncias do império era essencial para pôr fim às rivalidades regionais. Ao mesmo tempo criaria também as condições para que *'as tradições da corte e da nação se vão associando passo a passo'* pelas inúmeras partes que, somadas organicamente, constituíam um todo harmônico e integrado: o Império do Brasil.

É na organização de uma administração central e eficaz sobre território, portanto, que Varnhagen destaca como o principal meio para, de um lado, superar os sentimentos de superioridade que marcavam as relações entre a cidade do Rio de Janeiro e as demais províncias; de outro, possibilitar que os habitantes de todas as partes do Império pudessem sentir e compartilhar as mesmas impressões *'vivas'* e *'profundas'* experimentadas por Francisco Ferreira de Rezende em sua primeira visita à Corte.

Para tanto, era necessário que as diversas partes que constituíam o Império do Brasil não se sentissem preteridas pelo *'Chefe de Estado'*, sendo, portanto, fundamental que ele próprio provasse estar *'acima das nossas apoucadas idéias de bairrismo pela província natalícia'*. Para Varnhagen,

“[...] o soberano não deixará sem lágrimas o Paço onde nasceu, e a risonha e majestosa baía em que viu a luz. Mas ele é do Império e não de uma cidade ... e os reis apesar de toda a sua grandeza são quem mais vezes sacrificam suas afeições, simpatias e bem estar ao interesses dos outros: - a Nação”.¹⁷⁹

Ao enfatizar que o imperador *'não deixará sem lágrimas o Paço onde nasceu'*, Varnhagen não deixa de apontar que o próprio imperador também

¹⁷⁹ Varnhagen. Op.cit., [1849], p.46.

continha sentimentos bairristas. Contudo, caberia ao soberano ser *‘do Império e não de uma cidade’*, e para que ele possa exercer seu papel era necessário que a capital do Império se localize em uma região que não possuísse nenhum *‘vício de origem’* que pudessem desvirtuar seu governo. Neste sentido, a oposição à permanência da Corte no Rio de Janeiro era intensa. Segundo Varnhagen,

“E por ventura é o Rio de Janeiro algum paraíso único, cuja vivenda se não troque por tantas outras não menos amenas, nem de piores ares, que temos no vasto território brasileiro? O Rio é sim o primeiro porto da terra; mas desenganemo-nos que não é mais do que um porto. A subsistência da corte neste vasto e riquíssimo empório não só lhe pode ser fatal, servindo de incentivo a qualquer inimigo para o agredir, como prejudica ao comércio, que seu empório por igual turno prejudica ao governo supremo da nação.[...] A existência da Corte do Rio promove demasiado luxo e ambições na gente de comércio que deve ser por sua natureza sempre econômica, e que, sob qualquer aspecto que isto se considere, nunca deve, sem graves prejuízos para o estado, deixar escritório pisar no paço. E vice-versa: os males que pode trazer ao país a continuação da corte numa terra comercial em que todo o necessário à vida é caríssimo porá sempre os empregados públicos, por mais honestos que sejam, na imediata dependência dos ricos negociantes, do que podem resultar males tão grandes que nem todos se podem desenvolver, e alguns nem nos é dado calcular. Donde procede a contínua queixa de tanta gente, de que há estranhos que, apesar dos governos, influem demasiado nos negócios públicos. [...] Quereis prova do estrangeirismo desta capital? É o próprio jornalismo que dá. Em geral as notícias estrangeiras ocupam a maior parte das colunas das folhas, donde procede que a maior parte da gente gasta muito tempo ocupando-se do alheio. Dez dias antes de chegar Paquete ouvireis freqüentemente: ‘Que trará o Paquete?’ Dez dias depois dele chagado só conversaremos das notícias que trouxe; de modo que do Brasil só a gente se ocupa a terça parte do ano”¹⁸⁰.

Além de ser desvantajosa a permanência da Corte no Rio de Janeiro pela vulnerabilidade a qualquer ataque externo, Varnhagen observa também que a proximidade da sede do governo com a *‘gente do comércio’* pode ser bastante prejudicial ao Império, pois *‘influem demasiado nos negócios públicos’* podendo comprometer os interesses nacionais. Era necessário, portanto, que a sede do governo central se estabelecesse em uma região em que os empregados públicos estivessem totalmente imunes da *‘imediata dependência dos ricos negociantes’* e que não ficasse em função das notícias estrangeiras que faziam com que *‘do Brasil só a gente se ocupa a terça parte do ano’*.

¹⁸⁰ Varnhagen. Op.cit. [1851], p.429-430.

Esta necessidade de combater as rivalidades entre as regiões do Império para que se garanta a unidade e a ordem é considerada como fundamental por Varnhagen que ele também aponta uma outra solução caso não seja possível estabelecer a capital no interior. De acordo com o autor do *Memorial Orgânico*,

“E se não temos fé, nem coragem, nem força, para edificarmos no sertão uma nova capital, [...] convoquemos ao menos alguma vez ao sertão [...] a assembléia geral da nação; pois que isso está nas atribuições do governo: - e talvez fosse político que alguma vez tal reunião se efetuasse n’uma das cidades do norte, em Pernambuco ou Maranhão, que desejam ter por algum tempo em seu solo o trono imperial, vontade que muito conviria satisfazer-lhes para se desenganarem por si mesmas de que o trono imperial não esmaga nenhum Brasileiro, antes o acolhe e cobre a todos, e de que as altas personagens que nele se sentam não estão com isso ensobrecidas, nem tratam a seus súditos, como por lá se diz, com ar de indiferença, nem com menoscabo do amor próprio e dignidade, que, sabem, todo homem preza mais que tudo”.¹⁸¹

Por fim, gostaria neste momento de mais uma vez recuperar a comparação entre as propostas de criação de uma nova capital para o Brasil, feitas por Varnhagen e Hipólito José da Costa. Anos antes de apresentar seus argumentos em defesa da criação de uma capital no interior do Brasil para incentivar a ocupação e colonização de regiões escassamente povoadas, Hipólito José da Costa escrevia, em 1808, por ocasião da transferência da corte para o Rio de Janeiro e da invasão francesa à Espanha o seguinte argumento:

“A invasão Francesa, que tem prostrados os Governos da Europa, e abala até aos fundamentos a antiga ordem, e relação política dos Estados Europeus, toma de dia em dia o mais horroroso aspecto. [...] A Espanha é a mais recente, na série de catástrofes, que estes tempos calamitosos tem exibido; [...] Para cumulo de desgraça foram os Soberanos da Espanha obrigados a renunciar os seus direitos, a abdicar o seu trono [...]. Estes acontecimentos em Espanha são, sem dúvida, intimamente ligados com os do Império do Brasil, por mais de um motivo; porque não só mostram que a Corte de Portugal não podia ter outra alternativa senão a mudança para o Brasil; [...] mas além disto devolvem à família de Bragança o direito ao Trono de Espanha; e, por consequência, um justo título de se apossar daquela parte das colônias Espanholas, que lhe ficará ao alcance de suas forças. [...] Nestes termos não hesito em declarar a minha opinião de que, o Príncipe do Brasil, que, por parte de Sua Mulher, é o único herdeiro legítimo da Monarquia Espanhola, deve apossar-se de tudo o que lhe ficar ao capto; [...] Não entrarei aqui na discussão dos limites, que deve ter o Império do Brasil, e até que ponto o Príncipe Regente poderia com prudência usar dos direitos, que tem ao todo das Colônias de Espanha; porém é evidente, que se o Governo do Brasil

¹⁸¹ Op.cit., p.426.

intentasse agora a total conquista de todas as Colônias Espanholas, ainda quando tivesse meios de o fazer, seria expor-se a lançar no esquecimento a administração interior dos seus Estados do Brasil, que são tão suscetíveis de melhoramento, quanto tem sido até agora desatentados”¹⁸².

Ao ressaltar que *‘foram os Soberanos da Espanha obrigados a renunciar os seus direitos’*, em virtude da invasão napoleônica à península ibérica, o redator do Correio Brasiliense não hesita em declarar a sua opinião de que *‘o Príncipe do Brasil, que, por parte de Sua Mulher, é o único herdeiro legítimo da Monarquia Espanhola, deve apossar-se de tudo que lhe ficar captó’*. Porém, ao mesmo tempo em que defende o direito da família de Bragança *‘de se apossar daquela parte das Colônias Espanholas’*, ressalta também que caso a Coroa portuguesa se voltasse imediatamente para tal empreendimento colocaria ainda mais no esquecimento a *‘administração interior dos seus Estados do Brasil’*, que *‘tem sido até agora desatentados’*. Portanto, antes que o Príncipe Regente de Portugal optasse por *‘usar dos direitos que tem ao todo das Colônias Espanholas’*, era importante primeiramente voltar as atenções para os *‘seus Estados do Brasil’*, garantindo o melhoramento dos mesmos para em seguida apossar-se das colônias hispano-americanas.

Neste sentido, a proposta feita por Hipólito José da Costa em 1816, também no Correio Brasiliense, oito anos mais tarde desses seus *‘Pensamentos vagos sobre novo Império do Brasil’*, em estabelecer uma capital no interior do Brasil relaciona-se diretamente com uma concepção clássica de império, baseada no princípio do direito dinástico e que identificava na extensão territorial e na densidade populacional o poder e a riqueza de um Estado. Um de seus objetivos, portanto, ao defender a criação de uma capital no interior era ao *‘favorecer a imigração de estrangeiros’* garantir o povoamento do Brasil, e desta maneira criar condições para uma futura expansão territorial sobre o continente americano.

Já para Varnhagen, o estabelecimento de uma capital no interior e em uma região central do território não tinha qualquer relação com alguma pretensão do Império em anexar outros territórios. De acordo com o autor do *Memorial Orgânico*,

¹⁸² Hipólito José da Costa. Pensamentos vagos sobre novo Império do Brasil. Correio Brasiliense, op.cit. vol. 1, p.37.

“O Rio seria boa capital se o Brasil tivesse em vista absorver a África, assim com o seria a cidade de Cuiabá ou de Matto Grosso se nos quiséssemos estender para o Ocidente; ou Bagé se quiséssemos ameaçar os Estados do Sul. Mas se a nossa missão for só conservarmos íntegro o território que era de nossos pais, e melhorá-lo quanto possível, a capital num lugar forte e central é a melhor”.¹⁸³

Ao apontar que a missão daqueles que se encontravam na direção do Estado imperial em meados do século XIX deveria ser ‘*conservar íntegro o território que era de nossos pais, e melhorá-lo quanto possível*’, os argumentos de Varnhagen expressam o afastamento do Império do Brasil com uma característica marcante da concepção clássica de império: a pretensão em expandir-se territorialmente por domínios ilimitados não necessariamente contínuos no espaço.

Neste sentido, sua proposta de divisão do território em departamentos bem como os mecanismos para administrá-lo, destacando-se a defesa de uma capital ‘*num lugar forte e central*’ tem por objetivo uma outra expansão que deveria ser feita sobre um território contíguo e unificado. Uma expansão não pautada na lógica do poder territorialista como defende Hipólito José da Costa, mas sim na associação entre Império do Brasil e Nação brasileira, identificando desta maneira a noção de império a uma concepção nacional¹⁸⁴. Para tanto, era necessário empreender uma expansão das ‘*tradições da corte*’ para dentro dos corações e mentes daqueles que deveriam constituir a Nação brasileira, apagando as diferentes identidades e nações existentes pelo território do Império.

A organização administrativa do território aparece no *Memorial Orgânico* como um importante agente nesta associação entre Império do Brasil e Nação brasileira, contribuindo para a construção de uma identidade nacional que possibilitaria tanto a unidade do território e daqueles que o habitavam, quanto também a inserção da Nação brasileira no conjunto das Nações civilizadas.

¹⁸³ Francisco Adolfo de Varnhagen. A Questão da capital: marítima ou no interior. Viena, Imp. Do filho de Carlos Gerold, 1877, p.15.

¹⁸⁴ Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. Do Império do Brasil ao Império do Brasil. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos. 1 ed. Porto: Universidade do Porto, 2004, v. 2, p. 727-736.

Capítulo 3

Constituindo o povo brasileiro

“Para civilizarmos o Brasil, e fazermos que haja povo brasileiro, necessitamos ir paulatinamente acabando com a escravidão dos africanos, necessitamos prender e avassalar temporariamente os índios bravos; e necessitamos, enfim, admitir no país gente branca voluntariamente arregimentada em grupos. Se adotamos já tal sistema, fiquemos descansados que havemos de vir a ter uma população compacta”.¹⁸⁵

3.1

Nação e população no Império do Brasil em meados do XIX

Ao longo do capítulo precedente destaquei a importância da organização administrativa do território para que o Império tivesse condições de se tornar uma nação compacta. As propostas apresentadas no *Memorial Orgânico* de divisão do território em diferentes tipos de departamentos e, principalmente, de erguer uma nova capital no interior e em uma região mais central, tinham por objetivo garantir que os dirigentes imperiais cumprissem com a missão ressaltada por Varnhagen de conservar “[...] íntegro o território que era de nossos pais, e melhorá-lo quanto possível”. Para tanto, era necessário assegurar a soberania do Estado sobre esse extenso território de dimensões continentais através de inúmeras medidas, destacando-se a organização de um sistema militar eficaz nas fronteiras do império; a diminuição da dependência com relação ao comércio externo; o incentivo ao desenvolvimento do tráfico interno por meio da ocupação e colonização dos sertões; o desenvolvimento de um sistema de comunicações internas que, tendo a capital como ponto de referência, proporcionasse um aumento na capacidade regulatória do Estado, criando assim condições para que os ideais de ordem e civilização daqueles que se encontravam na direção do Mundo do Governo atingissem de forma equilibrada todas as regiões do Império, pondo fim às rivalidades e desarmonias existentes entre elas. Em resumo, organizar administrativamente o território para garantir sua unidade e integridade era um veículo importante para assegurar a soberania do Império do Brasil.

¹⁸⁵ Varnhagen. *Memorial Orgânico*, cit. [1851], p. 398.

Observei também, ao final do capítulo, que ao mesmo tempo em que os dirigentes imperiais traçavam os caminhos para cumprirem sua missão, acabavam também por se afastar consideravelmente de uma concepção clássica de império, sobretudo no que diz respeito à pretensão em expandir-se espacialmente por domínios ilimitados. Afastamento este, é válido ressaltar, resultado tanto da política externa britânica, que impunha limites a qualquer intenção do Império do Brasil em anexar novos territórios, quanto também do próprio processo de organização política do Brasil nos moldes de um Estado-nação.

Não sendo possível expandir-se territorialmente os dirigentes imperiais empreenderam uma outra expansão. Uma expansão que fosse capaz de proporcionar a associação entre Império do Brasil e Nação brasileira em que o primeiro representava, entre outros elementos, uma herança a ser preservada e melhorada – o território – e o último uma construção que colocava em destaque os habitantes daquela valiosa herança. Para construir a Nação brasileira, era necessário realizar uma expansão que não tinha por alvo o território, mas sim o seu conteúdo: uma população que encontrava-se dispersa por toda sua extensão. Uma expansão, como já ressaltado no capítulo precedente, das *‘tradições da corte’* para dentro daqueles que deveriam compor a Nação brasileira. Expandir as *‘tradições da corte’* significava, sobretudo, elaborar uma identidade nacional pautada nos ideais de ordem e civilização dos dirigentes imperiais que se sobrepujasse às identidades regionais, formando uma população homogênea com costumes e interesses comuns. Era necessário, portanto, recuperando a observação feita por Saint Hilaire em 1823 de que *“havia um país chamado Brasil; mas não havia brasileiros”*¹⁸⁶, constituir o povo brasileiro. Expandir as *‘tradições da corte’* significava enfim, vincular a população à ordem imperial. Para tanto, era necessário que a Nação brasileira, uma comunidade pautada nos princípios e valores dos dirigentes imperiais, se impusesse sobre as demais ‘nações’ – africanas, crioulas e indígenas – que coexistiam no interior território do Império, determinando quem estaria dentro e quem estaria fora. Assim como o território, a população ao articular-se ao moderno conceito de nação deveria ser também restrita.

¹⁸⁶ Apud, Ilmar Mattos. O Tempo Saquarema. São Paulo : Hucitec, 2004, p. 133.

Foram inúmeros e variados os mecanismos utilizados pelos dirigentes imperiais, e em geral por aqueles que compunham a boa sociedade, no processo de construção de uma identidade nacional que gerasse a identificação e lealdade dos súditos e cidadãos com o Estado. Dentre esses mecanismos destacaram-se, sobretudo a partir dos anos de 1840, a elaboração e afirmação de uma história, língua e literatura nacionais; a instrução pública; e a montagem de uma estrutura administrativa que permitisse ao Estado difundir seus ideais e valores.

Assim, da mesma forma que era importante organizar administrativamente o território, a população também era um elemento fundamental para que o Império do Brasil se constituísse como nação moderna e se inserisse no conjunto das Nações civilizadas. No capítulo anterior analisei a importância conferida ao território neste processo. Neste terceiro capítulo, me dedicarei a analisar as propostas desenvolvidas por Varnhagen no *Memorial Orgânico* em torno da organização da população do Império.

Início retomando as enunciações feitas por Varnhagen no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*, analisadas mais substancialmente no capítulo inicial desta dissertação. Naquela ocasião destaquei que nos dois parágrafos de abertura Varnhagen identifica inúmeros males, ou melhor, ‘chagas’ que impediam ao Império organizar-se como nação compacta. E, ao longo de seus enunciados, observa-se que tais chagas, responsáveis pelo Brasil ainda possuir em meados do XIX um ‘*ar de colônia*’, estão relacionadas diretamente com a má organização de dois elementos centrais: o território e a população. Gostaria, portanto, de recuperar as primeiras considerações feitas por Varnhagen sobre a população do Império. Eis sua avaliação:

“[...] E que é a nossa população? Para tão vasto país como uma gota de água no caudaloso Amazonas. Mas pior é a sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho; temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais; e temos pouquíssimos (infelizmente) colonos europeus. [...] É necessário equilibrar as raças, [...] para assim termos daqui a um ou dois séculos uma população homogênea, condição essencial para evitar no futuro contínuas guerras civis”¹⁸⁷.

¹⁸⁷ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.1.

Ao enfatizar que *‘pior é a sua heterogeneidade que o seu pequeno número’*, Varnhagen está incorporando em seus argumentos uma concepção acerca da população em que o aspecto quantitativo fica subordinado ao qualitativo. Ao associar a população do Império, em meados do XIX, a *‘uma gota de água no caudaloso Amazonas’*, não deixa de ressaltar a importância de aumentá-la numericamente. Contudo, tal aumento deveria ser feito com indivíduos que se enquadrassem nos ideais de ordem e civilização definidos pelos dirigentes imperiais. Neste sentido, a população do Império deveria ser composta por indivíduos que contribuíssem para o progresso e engrandecimento da Nação. Ou seja, para Varnhagen o meio mais eficaz para que o Império tenha *‘daqui a um ou dois séculos uma população homogênea’*, e assim se ver livre de *‘contínuas guerras civis’*, é organizar cada um dos segmentos que deve compô-la de acordo com sua possibilidade de ser útil à Nação.

Hipólito José da Costa expressa de forma bastante clara essa noção utilitarista na qual a população passa a ser concebida, principalmente, a partir do século XVIII. No primeiro número do *Correio Braziliense*, em 1808, afirmava que:

“O primeiro dever do homem em sociedade é ser útil aos membros dela; e cada um deve, segundo suas forças físicas ou morais, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos ou talentos que a natureza, a arte ou a educação lhes prestou”.¹⁸⁸

É justamente tendo como referência este ideal de que os homens devem utilizar seus conhecimentos e capacidades naturais em benefício da nação, que Varnhagen analisa os diferentes segmentos que compunham a população do Império. Apesar de dividir a população em quatro grupos – *‘cidadãos brasileiros’*; *‘escravos africanos e ladinos’*; *‘índios bravos’*; e *‘colonos europeus’* – não por acaso apenas concentrará suas atenções nestes três últimos. Isso porque, concebe a população como uma importante e indispensável força produtiva geradora de riquezas para toda a Nação, incorporando as noções desenvolvidas pelos

¹⁸⁸ Hipólito José da Costa. *Correio Braziliense*. Op.cit. p.23.

fisiocratas¹⁸⁹ no século XVIII e que culminaram numa nova forma de exercício do poder político, pautada em um novo domínio do saber – a economia política¹⁹⁰.

Como o próprio Varnhagen ressaltou ainda no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*, é da exploração do ‘tanto território fertilíssimo de sertão’ que ‘podem vir sólidos recursos, e legítima segurança e energia’. Assim, a população organizada de forma a explorar ao máximo os ‘sólidos recursos’ do território, adquire um papel fundamental para que o Império tenha condições de se ‘impor ao estrangeiro como nação verdadeiramente independente’. Aos cidadãos ativos, categoria na qual se enquadrava a boa sociedade, cabia governar, ou seja, ‘dirigir física e moralmente’¹⁹¹ todo o conjunto da sociedade. Sua competência não concentrava-se na esfera produtiva, mas sim organizar aqueles que aí deveriam se situar para que se tornassem úteis à Nação.

Portanto, organizar economicamente a população era fundamental tanto para fortalecer o Estado, interna e externamente, quanto também para criar novos mecanismos de controle e regulação sobre os habitantes do Império, o que possibilitaria a difusão das ‘tradições da corte’ entre aqueles que deveriam compor a Nação brasileira.

Neste sentido, ao defender a necessidade de ‘equilibrar as raças’ para ‘termos daqui a um ou dois séculos uma população homogênea’, Varnhagen não tinha por objetivo colocar todos que deveriam constituir a Nação brasileira sob a

¹⁸⁹ Foucault resalta que os primeiros a conceberem a população como força produtiva, por meio do fornecimento de braços para a agricultura e manufaturas, foram os mercantilistas. Contudo, resalta que estes enquadravam essa função produtiva da população no interior de uma relação entre a vontade do soberano e a vontade submissa das pessoas. Com os fisiocratas, a população deixa ter sua existência pautada nas realizações das vontades do soberano, e passa a ser concebida como um importante sujeito político gerador de riquezas para a Nação. Cf. Michel Foucault. *Segurança, Território e População*. São Paulo : Martins Fontes, 2008.

¹⁹⁰ Foucault resalta que com o desenvolvimento da economia política, a partir do século XVIII, a população torna-se o objeto central para que o Estado tenha condições de governar de forma racional e refletida. De acordo com o autor: “[...] a economia política pôde se constituir a partir do momento em que, entre os diferentes elementos da riqueza, apareceu um novo sujeito, que era a população. Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada economia política e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, [...] a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno da nascimento da economia política. [...] a soberania não é de forma alguma eliminada pelo surgimento de uma nova arte de governo [...] ao contrário, é tornada mais aguda do que nunca. [...] São esses três movimentos a meu ver: governo, população e economia política – acerca dos quais cabe notar que constituem a partir do século XVIII uma série sólida, que certamente não foi dissociada até hoje”. Michel Foucault. *Op.cit.* p.140-43.

¹⁹¹ Moraes e Silva. *Op.cit.*

mesma condição. Muito pelo contrário. Seu ideal de constituir uma população homogênea tinha por objetivo reforçar as diferenças e hierarquias entre os três mundos do império, e no interior de cada um deles, e também consolidar uma única direção para todo o território e população do Império: aquela empreendida pelos saquaremas.

Passemos a seguir para as considerações feitas por Varnhagen em torno dos ‘*escravos africanos*’, ‘*índios bravos*’ e ‘*colonos europeus*’.

3.2

Os escravos africanos e a soberania nacional

O primeiro segmento para o qual Varnhagen direciona suas atenções no *Memorial Orgânico* é o dos ‘*escravos africanos*’. Certamente tal escolha não foi feita por acaso ou aleatoriamente, mas provavelmente pelo fato de em meados do século XIX a questão do tráfico de africanos ter se tornado um dos principais temas debatidos entre os dirigentes imperiais e os homens da boa sociedade, seja nas seções da Câmara dos Deputados e do Senado, seja em periódicos, panfletos, memórias, etc. Ao analisar a presença do escravo africano no interior da sociedade imperial Varnhagen observa que:

“A escravatura dos africanos torna o país escravo de si próprio. [...] É urgentíssimo impedir-se que entrem mais; e antes pedirmos todos amanhã esmolas e andarmos descalços que ver o belo e risonho Brasil, a nossa pátria, convertida n’ uma catinguenta Guiné. E cuidado que eles não dormem tanto como se pensa! Já tem feito seus ensaios em vários anos, no dia de Reis, em que se juntam por todo o Brasil, e só é para temer que uma vez se combinem a um tempo.... [...]”¹⁹².

Ao identificar que o escravo africano ao invés de beneficiar o Império acaba por torná-lo ‘*escravo de si próprio*’, Varnhagen coloca em evidência dois elementos que representariam os malefícios gerados ao Império pela presença dos africanos no interior da sociedade imperial.

¹⁹² Varnhagen. Op.cit. [1849], p.8.

O primeiro desses males que o *Memorial Orgânico* faz menção e que permeou o imaginário dos dirigentes imperiais ao longo do século XIX, refere-se ao receio que o Brasil sofra, com a entrada cada vez maior de negros no território do Império, um processo de africanização e se converta ‘*n’uma catinguenta Guiné*’. Maciel da Costa é um dos que compartilhava deste receio. Ao demonstrar, na primeira década do século XIX, seu receio que a população negra se tornasse majoritária no Brasil, Maciel da Costa ressalta que se isto acontecesse “*veríamos, em breve, a África transplantada para o Brasil e a classe escrava nos termos da mais decidida preponderância*”¹⁹³. O temor de Maciel da Costa e de outros que tinham opiniões análogas não se limitava ao predomínio numérico dos negros sobre as demais classes que compunham a população do Império, que associaria cada vez mais o Brasil ao continente africano, símbolo do atraso e da barbárie no XIX. O aumento de africanos no Brasil significaria também um obstáculo ao progresso e à civilização do país, pois estes eram responsabilizados por corromper os costumes que deveriam ser incorporados pela sociedade imperial. Costumes estes provenientes daqueles países europeus considerados como exemplos de civilização a ser atingido.

Cabe ressaltar que com o advento da modernidade o conceito de civilização adquire um conteúdo semântico para referir-se àquilo que é relativo à sociabilidade, a ações capazes de gerar o abrandamento dos costumes; o desenvolvimento da polidez; a cultura das artes e das ciências; o crescimento do comércio e da indústria¹⁹⁴. O “*Novo dicionário francês contendo novas criações do povo francês*”, de 1795 exprime o sentido moderno incorporado à palavra civilização e que intensificou-se durante o período revolucionário, ao defini-la da seguinte maneira:

“Essa palavra [civilização] é empregada para exprimir a ação de civilizar ou a tendência de um povo a polir ou, antes, a corrigir seus costumes e seus usos produzindo na sociedade civil uma moralidade luminosa, ativa, afetuosa e abundante em boas obras”¹⁹⁵.

¹⁹³ Maciel da Costa. Memória. Apud, Jaime Rodrigues. O Infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas, SP : Editora da Unicamp, Cecult, 2000, p.51.

¹⁹⁴ Cf. Jean Starobinsk. A palavra civilização. In: As máscaras da civilização: ensaios; tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

¹⁹⁵ Apud, Jean Starobinsk. Op.cit., p.12.

Tal definição apresentada pelo dicionário remete o conceito de civilização à noção de um processo evolutivo, sendo o próprio conceito – civilização – o resultado a ser atingido. Civilizar, como um processo, representa adotar medidas que possam conduzir a um ideal de ordem coletiva, assegurando a suavidade e brandura do homem. Assim, ao ser utilizado como indicativo de um processo evolutivo, o conceito de civilização traz a idéia do aperfeiçoamento das relações sociais, produtivas e dos recursos materiais, permitindo que se julgue, discrimine e condene tudo aquilo que não incorpore ou é visto como obstáculo a estes ideais: o bárbaro, conceito oposto assimétrico¹⁹⁶ à civilização.

Ao longo do século XIX, a presença do africano no Brasil será constantemente associada como um elemento de impedimento, por corromperem os costumes, para que o Império prossiga em sua marcha no progresso e conquiste a civilização.

Tal opinião sobre os males sociais provocados pela presença dos escravos africanos no Brasil não se desenvolveu após a emancipação política. Desde a segunda metade do século XVIII, o escravo africano já era considerado como o principal responsável pela corrupção dos costumes que atingia a população colonial. Luiz dos Santos Vilhena foi um dos que identificava a preguiça e o ócio como uma característica inerente à natureza do africano que, ao ser introduzido no Brasil, acabava por difundir tais males ao restante da população¹⁹⁷. Para Vilhena, a introdução do negro na sociedade colonial era um dos elementos responsáveis para que o Brasil fosse, em meados do século XVIII, *‘a morada da pobreza, o berço da preguiça e o teatro dos vícios’*.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Koselleck ressalta que “[...] a história conhece numerosos conceitos opostos que são aplicados de um modo que o reconhecimento mútuo fica excluído. Do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que para este outro equivale linguisticamente a uma privação, mas que, na realidade pode ser equiparado a uma espoliação. Trata-se, nesse caso, de conceitos opostos assimétricos. Seu oposto é contrário, porém, de maneira desigual”. Reinhart Koselleck. Op.cit.p.193.

¹⁹⁷ Ao analisar o tráfico intercontinental de escravos da África para o Brasil, Vilhena faz o seguinte comentário: “Por natureza são os pretos de um temperamento frouxo, acostumados ao ócio desde que nasceram [...]; são metidos como uma pilha em o porão de um navio, em tal forma que só de o pensar lacrima e horroriza a humanidade; [...] aportam finalmente no Brasil [...] entregues muitas vezes a um feitor que nem pelo nome conhece a humanidade. [...] Ora, quem não vê que a opressão desta gente é um outro obstáculo para a população?” Apud, Jaime Rodrigues. Op. Cit. p.33.

¹⁹⁸ Luiz dos Santos Vilhena. Pensamentos políticos sobre a colônia. Introdução de Emanuel Araújo. Publicações históricas – Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1987.

Jaime Rodrigues¹⁹⁹ observa que após a emancipação política esses debates em torno dos males provocados à sociedade imperial pela barbaridade natural dos africanos permaneceram e intensificaram-se nos anos 1830 e 1840, quando os negros passaram a serem vistos também como uma ameaça à segurança interna do Império.

E é justamente esse receio com relação à segurança interna, o segundo dos males destacados por Varnhagen no Memorial Orgânico: o risco de que a qualquer momento o Império poderia ser convulsionado por uma insurreição de escravos, pois como observa Varnhagen:

“Escuro e medonho é o vulcão que estão preparando ao Brasil os que, sob pretextos de aumentar os braços e a cultura da cana e do café, sustentam como indispensável o tráfico dos africanos. Egoístas insensatos! E sacrificais assim o futuro do vosso país a um conto de réis de menos ou de mais para as alfândegas! [...] Quereis pois ver o vosso Brasil daqui a séculos igual ao continente d’ Africa fronteiro e vossos netos talvez reduzidos à condição de servos dos netos africanos? [...] A estas considerações respondem os negreiros: “Histórias! Sem o coiro da Guiné, que seria do Brasil? Bárbaros! O Brasil seria então mais do Brasil e menos dos negros!”²⁰⁰

Tal temor foi alimentado em meados do século XIX pelas constantes lembranças dos acontecimentos ocorridos no Haiti, em 1794, e na Bahia em 1835 com a revolta dos Malês. Para evitar qualquer ameaça desta natureza e impedir que o Brasil fique *‘daqui a séculos igual ao continente d’ África’*, Varnhagen defende que *“é urgentíssimo impedir-se que entrem mais”*, ou seja, é necessário por fim à fonte que abastecia esses temores e ameaças à ordem interna do Império: o tráfico intercontinental de escravos. Tal argumento de Varnhagen evidencia uma posição assumida por diversos dirigentes saquaremas em meados do século XIX que encaravam o fim do tráfico como uma questão relativa à preservação da soberania nacional do Império. Ilmar Mattos observa que aqueles que, na direção do Mundo Governo, se empenharam em acabar com o tráfico intercontinental de escravos evitavam ao máximo relacionar tal posição como decorrência de pressões externas, sobretudo da Inglaterra. Pressões que, vale lembrar, intensificaram-se em 1845 com a aprovação do Bill Aberdeen pelo

¹⁹⁹ Cf. Jaime Rodrigues. Op.cit.

²⁰⁰ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.30.

parlamento britânico. Entre 1849 e 1851, por exemplo, foram aprisionadas pela marinha britânica cerca de 90 embarcações suspeitas de estar transportando escravos para o Brasil, sendo algumas dessas embarcações apreendidas em águas e portos brasileiros. Neste sentido, a soberania nacional do Império não estava condicionada à extinção do tráfico de escravos apenas em virtude das ameaças de revoltas internas, mas também em grande medida pelas pressões da política externa britânica.

Contudo, como há pouco ressaltai, os saquaremas que adotaram tal posição com relação ao tráfico de escravos tenderam, sempre que possível, a ignorar as pressões britânicas como elemento determinante para o fim desta atividade. No Memorial Orgânico, por exemplo, a questão é tratada, como uma medida a ser tomada pelo governo para garantir a ordem, o progresso e a civilização do Império.

Essa posição adota por determinados dirigentes imperiais de condicionar a soberania nacional ao fim do tráfico intercontinental de escravos pode ser observada claramente nas considerações feitas por Lopes Gama na seção dos negócios estrangeiros do Conselho de Estado em 6 de julho de 1844:

“O tráfico da escravatura continua a aumentar os perigos, a que está exposta a gente livre do Império, e dificulta cada vez mais qualquer medida, que para o futuro poderia fazer cessar o aspecto de colônia, que ainda oferecemos ao mundo civilizado, retardando o desenvolvimento da indústria e da riqueza nacional, e opondo-se a uma útil emigração para o nosso país, e por conseguinte ao rápido crescimento da população livre. Um país assim constituído, assim povoado, assim dividido, absorvendo em guerras civis os seus últimos recursos, não pode fazer-se respeitar pelas outras nações. É preciso, na minha opinião, que o governo [...] empregue todos os seus esforços pela adoção de medidas que possam melhorar a nossa condição social”.²⁰¹

Lopes Gama identifica que os principais problemas enfrentados pelo Império decorrem, direta ou indiretamente, de um mesmo elemento: *‘o tráfico da escravatura’*. Além de *‘aumentar os perigos a que está exposta a gente livre’*, em virtude dos ricos da eclosão de uma revolta escrava, o tráfico também representa

²⁰¹ Cf. José Francisco Rezek. Conselho de Estado, 1842-1889; consultas as Seção dos Negócios Estrangeiros. Brasília, Câmara dos Deputados / Ministério das Relações Exteriores, 1979, vol.1, p.191.

em seus argumentos um obstáculo à incorporação de importantes medidas que poderiam *'fazer cessar o aspecto de colônia que oferecemos ao mundo civilizado'*. Mantendo o tráfico, o Império acabava *'retardando o desenvolvimento da indústria e da riqueza nacional'* não tendo condições assim de *'fazer-se respeitar pelas outras nações'*. Não sendo respeitado pelas demais nações, tanto pela sua pouca capacidade produtiva quanto pelo aspecto de colônia, ambas decorrências do tráfico de escravos, a soberania nacional do Império encontrava-se ameaçada.

Entre as medidas a serem empregadas para que o Brasil possa melhorar a sua *'condição social'*, certamente a extinção do tráfico de escravos seria a primeira a ser adotada, pois tal prática também criava dificuldades à *'útil emigração'* para o Império, ou seja, de trabalhadores europeus. Varnhagen também responsabiliza o tráfico de escravos africanos pelo fato do país ter *'pouquíssimos (infelizmente) colonos europeus'*. Para ele,

“[...] a emigração espontânea para o Brasil não será eficaz enquanto não oferecermos, como os Estados Unidos, aos emigrantes pobres e trabalhadores, alguns distritos sem escravatura. O trabalhador europeu não se atreve sem vexame a pegar na enxada ao lado do escravo. Ao Brasil tem ido até colonos engajados para lacaio, mas ao vestirem farda, não podendo ser superiores à risota dos moleques, pedem aos seus amos para voltar à Europa”.²⁰²

Objetivando atrair trabalhadores europeus que seriam, recuperando a expressão de Lopes Gama, a *'emigração útil'* para o *'desenvolvimento da indústria e da riqueza nacional'*, Varnhagen propõe no *Memorial Orgânico* que,

“[...] vem a tempo a aplicação de uma idéia que tem muita gente sobre a melhor maneira de se ir pouco a pouco o Brasil dispensando do serviço dos escravos: o de proibir que eles entrem nas cidades que tenham mais de dez mil habitantes. Sem eles, a gente livre não se vexará nas cidades de trabalhar em obras servis [...]. Os escravos iriam pois todos trabalhar para a roça, e com eles teriam que ir os que alegassem não poder passar sem eles”.²⁰³

²⁰² Varnhagen. Op.cit. [1849], p.31.

²⁰³ Idem.

Varnhagen já havia defendido, na divisão do território apresentada no *Memorial Orgânico*, que aqueles departamentos fronteiriços não tivessem nenhum escravo. Ao defender que estes sejam proibidos de entrarem nas cidades com uma população superior a dez mil habitantes e que deveriam *‘todos trabalhar na roça’*, Varnhagen não está apenas propondo o fim do tráfico, mas também a complementação da mão-de-obra da agricultura mercantil-escravista pelo trabalho dos *‘índios bravos’*.

Além do perigo eminente de uma insurreição escrava, os dirigentes imperiais também associavam que a soberania nacional era ameaçada pelos traficantes de escravos, que muitas vezes tornavam-se donos das terras de proprietários endividados no Brasil. Assim, por se tornarem donos de terras no território imperial, muitas vezes estes traficantes eram considerados também como uma ameaça à soberania do Império. Assim, tal ameaça proveniente dos traficantes de escravos também foi amplamente utilizada nos debates em torno do fim do tráfico intercontinental de escravos.

Kaori Kodama²⁰⁴ aponta que, desde fins da década de 1840, a imagem do traficante negreiro já era associada a um inescrupuloso e imoral negociante de origem portuguesa. Tal imagem pode ser observada nas páginas do periódico *O Philantropo*, que colocava da seguinte maneira os males trazidos pelo traficante de escravos:

“A compra de africanos se tem tornado hoje entre nós um vício, cuja alimentação faz apenas enriquecer um limitado número de indivíduos degenerados cristãos, e pela maior parte estrangeiros, que devendo antes gozar da hospitalidade do país, capricham, pelo contrário, com a negligência das autoridades a reduzir esta bela terra à Costa d’África, e arruína o lavrador, pelo excessivo preço; porque os compra sem esperança de poder pagá-los. Não pode haver quem de boa fé se não convença de que esta província (Bahia), na posição que vai tomando, se tornará antes pátria de africanos do que de brasileiros, e de que apresenta hoje um vulcão, sobre o qual se acha fundado o Império!”²⁰⁵ (O Philantropo, 2.11.1849)

Portanto, o tráfico de escravos era benéfico apenas para um *‘limitado número de indivíduos degenerados cristãos’* que acabavam por enriquecer com

²⁰⁴ Kaori Kodama. Os debates pelo fim do tráfico no periódico O Philantropo (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 28, n° 56, p.407-430, 2008.

²⁰⁵ *O Philantropo*, 2 de novembro de 1849. Apud, Kaori Kodama, op.cit. p., 412.

esta atividade, à custa da ruína do lavrador. Tal situação acabava por fazer com que estes estrangeiros, gradativamente tornassem o Império *'antes pátria de africanos do que de brasileiros'*. O mesmo periódico também associou a disseminação da febre amarela no ano de 1850 no Rio de Janeiro aos escravos provenientes do tráfico, que eram responsabilizados por trazerem ao Brasil esta e outras enfermidades.²⁰⁶

Chama atenção que em nenhum momento os males gerados pela escravidão ou pelo tráfico eram associados ao comprador, mas sim à cobiça do comerciante. Assim, era necessário por fim a tal atividade para resguardar a soberania do Império, e ao mesmo tempo buscar alternativas para complementar a mão-de-obra africana após o término do tráfico. Uma dessas alternativas foi a utilização dos indígenas, como será analisado a seguir.

3.3

Os índios bravos

Após defender o fim do tráfico de escravos para o Brasil, Varnhagen volta suas atenções para a população indígena. Não obstante, antes de expor suas considerações acerca do tratamento a ser direcionado aos indígenas, desenvolve o seguinte comentário:

“Encaramos a questão dos escravos não pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo; não porque achamos infame o tráfico, mas porque tememos pelo futuro do Brasil, se continuamos a importar africanos. Foram considerações de estado, mais que de economia política, que pesaram em nossas opiniões. Temos a escravatura por lícita, e até conforme com o Evangelho e com o voto dos publicistas, quando necessária à segurança do Estado, e melhor governo dos cativos. Cremo-la ilícita e bárbara quando é possível evitá-la e isso não se faz. E que diremos quando até se promove indo longe por ela?”²⁰⁷

Varnhagen coloca-se contrário ao tráfico de escravos e à presença do africano como elemento constituinte da nação em construção. Contudo, faz

²⁰⁶ Kaori Kodama. Antiescravismo e epidemia: o tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela de Mathieu François Maxime Audouard e o Rio de Janeiro em 1850. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, p. 515-522, 2009.

²⁰⁷ Varnhagen. *Op.cit.* [1849], p.32.

questão de ressaltar que não se opunha à escravidão, considerando-a somente *‘ilícita e bárbara, quando é possível evitá-la e isso não se faz’*.

Não foi por acaso que Varnhagen fez questão de enfatizar que sua posição contrária ao tráfico se deve fundamentalmente por *‘considerações de estado’* e não por se opor à escravatura. Após tecer estes comentários preliminares apresenta, em seguida, suas intenções com relação aos índios ressaltando que

“Sustentam todos no Brasil que os africanos melhoram de sorte deixando suas pátrias e passando à América, onde são bem cuidados e doutrinados na fé. [...] Mas ainda neste caso seria uma sem razão, e até uma espécie de ingratidão, estarmos deixando os índios bravos guerrearem-se, por tantos sertões nossos e deles, devorando-se uns aos outros; porque na África guardam os cativos; mas os botocudos assam-os e comem-os. Porque motivo em lugar de irmos buscar africanos além dos mares para os escravizar, não havemos antes dentro do Brasil prender á força os índios bravos para os desbravar e civilizar?”²⁰⁸

A escravidão dos africanos tornava-se ilícita por dois motivos: primeiro, pelo fato de representarem uma ameaça à segurança interna do Império e de gerarem, com o tráfico, ameaças à soberania nacional, pois, a continuidade daquela atividade *“a contra os tratados, expondo, aos cruzeiros ingleses, navios e capitais”*²⁰⁹; em segundo, a escravidão dos africanos também era ilícita em virtude do Império ter condições de evitá-la, na medida em que no próprio território imperial havia aqueles que *‘devorando-se uns aos outros’* deveriam ser desbravados e civilizados. Assim, o tráfico de africanos seria *‘uma sem razão’*, já que o Império possuía internamente uma população disponível para ser utilizada como mão-de-obra e que era tão ou mais necessitada de ser civilizada que os africanos, pois *‘na África guardam os cativos; mas o botocudos assam-os e comem-os’*. Neste sentido, Varnhagen ressalta que a continuidade do tráfico seria *‘uma espécie de ingratidão’* com os povos selvagens e bárbaros que habitavam o Império e que, em consequência da continuidade daquela atividade, ficavam esquecidos e abandonados pelo Estado, guerreando-se entre si *‘por tantos sertões nossos e deles’*.

²⁰⁸ Op.cit., p.32.

²⁰⁹ Idem.

Os indígenas eram vistos por Varnhagen como um problema civilizacional e econômico, pois além de selvagens e bárbaros, compunham um contingente populacional que não encontrava-se submetido ao Estado e que ocupando partes do território nacional criavam obstáculos ao seu livre trânsito e à colonização agrícola dessas regiões. Neste sentido, Varnhagen ressalta que,

“[...] os nossos índios ou são cidadãos brasileiros ou não: para o serem não cumprem nenhuma das obrigações das leis, e andam vadiando e com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionais e vestir uniforme. Não sendo, ou não estando nesse gozo, por incapacidade moral, como diz a Constituição, não pode a lei – o direito civil – ver neles mais que uma gente estranha ao pacto social, que abusa da piedade que com eles se tem, não só para estarem nos matos e impossibilitarem que estes se transitem e se cultivem, mas até para darem assaltadas cruéis às nossas fazendas suas vizinhas, que n’algumas partes se tem visto obrigadas a ceder-lhes o campo até hoje”.²¹⁰

Para Varnhagen era necessário que o Estado tomasse alguma atitude com relação aos indígenas para que estes deixassem de andar ‘*vadiando e com as orelhas e beiços furados*’ e se tornassem úteis ao Império, sobretudo como complemento da mão-de-obra após o fim do tráfico, e incorporassem os ideais de ordem e civilização dos dirigentes imperiais, deixando assim de ser ‘*uma gente estranha ao pacto social*’.

Ao considerar, em suas observações preliminares, que a escravidão era lícita ‘*quando necessária para a segurança do Estado*’ e identificar que os índios com ‘*suas assaltadas cruéis às nossas fazendas*’ constituíam, em meados do XIX, uma “*rebelião armada dentro do Império*”²¹¹, Varnhagen defende que o único meio capaz de garantir a integridade e unidade do território e dos cidadãos brasileiros, seria ‘*prender à força os índios bravos para os desbravar e civilizar*’.

Contudo, não era apenas por uma questão de segurança do Estado que Varnhagen defendia o uso da força contra os indígenas. Ao contrário dos negros, os índios deveriam ser parte integrante da Nação brasileira. Assim, era fundamental, para a formação de uma população homogênea que os índios bravos, dispersos pelos inúmeros sertões do Império, fossem civilizados e deixassem sua condição de ‘selvagem’. Neste sentido, de acordo com Varnhagen,

²¹⁰ Op.cit., p.33.

²¹¹ Op.cit. p.,34.

“Esse meio pronto e seguro, é o de que se serve qualquer nação, quando uma parte de seus membros iludidos ou ignorantes se não quer sujeitar à maioria; é o de que se serve até o pai mais carinhoso, quando vê que seus filhos não estudam nem se educam pelos simples estímulos: é o da força. Sejam os índios bravos, por sua incapacidade moral, declarados pupilos da nação, que desde logo o seu governo sentirá sobre si todo o peso da responsabilidade que incumbe aos tutores das crianças desvalidas; pois bem crianças pela inteligência são os índios”.²¹²

Ao destacar que ‘*até o pai mais carinhoso*’ faz uso da força ‘*quando vê que seus filhos não estudam nem se educam pelos simples estímulos*’, Varnhagen concebe a questão indígena de maneira diversa à dos escravos. Enquanto estes eram encarados ‘*não pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo*’, aos índios era direcionado um olhar diferente, sendo vistos, como observa o próprio Varnhagen, “*pelo lado para nós mais simpático, pelo que mais fala ao sentimento; consideramo-los nossos irmãos, órfãos desamparados e necessitados de tutela*”²¹³. Por sua ‘*incapacidade moral*’, os índios equiparavam-se às ‘*crianças pela inteligência*’, e por isso necessitavam de tutores que, assim como ‘*o pai mais carinhoso*’, tinham a responsabilidade e o compromisso de tomar as medidas necessárias, entre elas o uso da força, para educá-los e civilizá-los.

Assim, além das ameaças à segurança dos cidadãos e da integridade do território, Varnhagen também buscava legitimar o trabalho forçado dos indígenas considerando-o como o único meio que seria capaz de trazê-los à civilização, pois era uma “*vergonha no meio de um país civilizado aturar tais canibais*”²¹⁴. O trabalho forçado dos indígenas cumpria, portanto, os dois pressupostos que o tornava uma atividade lícita, de acordo com as considerações de Varnhagen. Isso porque era algo fundamental tanto para a segurança do Estado, quanto para o ‘*melhor governo dos cativos*’.

Provavelmente imaginando as reações contrárias que suas propostas teriam entre muitos contemporâneos seus, Varnhagen faz duras críticas em inúmeras passagens do *Memorial Orgânico* àqueles que se opunham a qualquer medida violenta para assimilar o índio à sociedade imperial. Antes mesmo de apresentar as medidas que sob seu ponto de vista seriam as únicas capazes de civilizar os indígenas, Varnhagen faz o seguinte comentário:

²¹² Varnhagen. *Memorial Orgânico*. Op.cit. [1851], p.396.

²¹³ Op.cit., p.394.

²¹⁴ Varnhagen. *Memorial Orgânico*. Op.cit. [1849], p.33.

“Estávamos para deixar esta simples indicação aos nossos políticos, receosos de que a exposição completa de novas idéias a tal respeito prejudique outras de nossas propostas. Há hoje em dia uma tal praga de falsos filantropos, graças a Rousseau ou a Voltaire ou a não sei quem, que agente em matéria de índios quase não pode piar, sem que lhe caiam em cima os franchinotes, com estas e aquelas sedições teorias pseudo-filantrópicas”.²¹⁵

Pedro Puntoni²¹⁶ e Laura Oliveira²¹⁷ ao analisarem o pensamento de Varnhagen a respeito dos indígenas observam que nem sempre o autor do *Memorial Orgânico* teve esta posição rígida, radical e severa sobre os indígenas. Teria sido, sobretudo, um episódio vivenciado por ele, em 1840, que o faria cada vez mais adotar uma visão crítica e radical sobre a população indígena do Império. Naquele ano Varnhagen retornava ao Brasil pela primeira vez desde que saíra daqui ainda menino, aos oito anos de idade. Durante sua estadia, além de freqüentar as reuniões do IHGB no Rio de Janeiro, também deslocou-se para São Paulo onde faria viagens para visitar fazendas do interior, na região de Sorocaba, sua cidade natal. Ao longo dessas visitas, ouviu diversas histórias de fazendeiros e moradores sobre ataques e crueldades praticados pelos índios, sendo ele próprio quase alvo de um desses ataques, perto da divisa com o Paraná. Este episódio teria sido um marco divisório de seu pensamento sobre os indígenas. O próprio Varnhagen afirmaria anos mais tarde que,

“[...] pouco depois, nos fins deste mesmo ano [1840], perdi repentinamente todas as ilusões poéticas em que a respeito dos mesmos Índios estava, e comecei a meditar e a pensar muito mais séria e positivamente acerca deles. [...] A minha conversão, o meu horror pela selvageria nasceu em mim em meio aos nossos sertões, e em presença, digamos assim, dessa mesma selvageria. [...] Confesso que desde então uma profunda mágoa e até um certo vexame se apoderou de mim, ao considerar que, apesar de ter o Brasil um governo regular, em tantos lugares do seu território achavam-se (e acham-se ainda) um grande número de cidadãos brasileiros à mercê de semelhantes cáfilas de canibais”.²¹⁸

Ao ressaltar que após este episódio perdera ‘*repentinamente todas as ilusões poéticas*’ com relação aos indígenas, Varnhagen não deixa de expressar

²¹⁵ Op.cit., p.32.

²¹⁶ Pedro Puntoni. O Sr. Varnhagen e o indianismo caboclo: o indígena e o indianismo perante a historiografia brasileira. In: István Jancsó (org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijui; FAPESP, 2003.

²¹⁷ Laura Nogueira Oliveira. Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: FFCH-UFGM, 2000.

²¹⁸ Varnhagen. Apud, Puntoni, op.cit. p.642-643.

suas críticas ao indianismo romântico que ao longo do século XIX consagrou o índio como um dos principais símbolos da Nação que pretendia-se construir.

O indianismo romântico idealizou um índio que fosse capaz de expressar a originalidade e nacionalidade da Nação brasileira. Para tanto, construiu-se, sobretudo através da literatura, a imagem de um índio virtuoso que, possuindo determinados valores (coragem, honestidade, lealdade) e comportamentos naturais, deveria representar a gênese da Nação brasileira e o gênio do povo brasileiro²¹⁹. Assim, esse índio moldado pelo romantismo, amante da liberdade e da independência, expressava os valores a serem incorporados e difundidos entre aqueles que deveriam compor essa nação em construção.

De acordo com Antônio Cândido, o indianismo romântico representou “[...] de 1840 até o decênio de 1870 o grande projeto artístico e patriótico”²²⁰ do Império. Aqueles que compartilhavam deste ideal indianista, homens como Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães, José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida e Joaquim Norberto, só para citar alguns nomes, identificavam no símbolo do herói indígena um instrumento bastante útil no processo de construção e formação de uma consciência e identidade nacionais.

Era justamente opondo-se a esta idealização, classificando-a como uma ‘ilusão poética’, que Varnhagen concentra suas críticas ao discurso indianista. Para o autor do *Memorial Orgânico* a idealização do índio acabava por ignorar a realidade e as circunstâncias concretas da presença daqueles povos no território do Império. Para Varnhagen era necessário ter uma visão pragmática sobre os indígenas, expressando aí, assim como fizera ao defender uma nova organização administrativa do território, sua formação como engenheiro militar. Tal como o território, os índios deveriam ser organizados de modo que contribuíssem para o engrandecimento e progresso da Nação.

Ao invés de conceber o índio como herói nacional, o mito fundador da Nação brasileira e de sua singularidade, Varnhagen identificava os indígenas como seres selvagens e preguiçosos que além de ocuparem determinadas regiões do território nacional andavam vadiando e amedrontando os cidadãos brasileiros, ficando estes ‘à mercê de semelhantes cáfilas de canibais’. Para Varnhagen, ao

²¹⁹ José Luís Jobim. Introdução ao Romantismo. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1999.

²²⁰ Antonio Candido. Formação da literatura brasileira. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, p.346.

invés de ser um elemento de coesão nacional, os índios eram um foco de desordem que ameaçava a integridade territorial e impossibilitava ao Império constituir-se como nação compacta. Para garantir a unidade e articulação entre as partes que compunham o vasto território do Império, de modo que este se organize ‘à maneira das pedras de uma abóbada de volta inteira, que sustentando-se e apoiando-se uma nas outras, conseguem sustentar o edifício todo’, era fundamental possuir um corpo social orgânico. Em seu diagnóstico realizado no *Memorial Orgânico*, Varnhagen identifica que a política adotada pelo governo em relação aos indígenas não possibilitava a formação deste corpo social orgânico, ameaçando, portanto, a constituição do Brasil como nação compacta.

Varnhagen faz duras críticas no *Memorial Orgânico* ao Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845 – o ‘Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos índios’ – que segundo Manuela Carneiro da Cunha²²¹ foi o único documento indigenista geral do Império, em que se estabelece o sistema de aldeamentos como o principal instrumento de assimilação das populações indígenas ao Império. De acordo com Puntoni²²², o ‘Regulamento das Missões’ de 1845 possui um significado bastante importante, pois, de um lado, recuperava um projeto de incorporação dos indígenas que havia sido desenvolvido ainda na época pombalina; de outro, era uma resposta em oposição à política de conquista e extermínio sobre os indígenas apresentada em algumas cartas régias de 1808, como a de 5 de novembro, que determinava declarar guerra aos “*índios bugres da província de São de Paulo, e que os prisioneiros fossem obrigados a servir por 15 anos aos milicianos ou moradores que os prendessem*”²²³. As cartas régias de 13 de maio e de dezembro deste mesmo ano de 1808 também autorizavam a declaração da ‘guerra justa’ contra os índios de outras regiões do território imperial.

Buscando restabelecer este princípio da ‘guerra justa’ sobre os índios, consagrado nestas cartas régias de 1808, Varnhagen defende que os meios brandos da catequese, tal como definido no decreto de 1845, não eram suficientes e eficazes para submeter a população indígena aos ideais de ordem e civilização

²²¹ Cf. Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Legislação indigenista no século XIX*. São Paulo : Edusp, 1992.

²²² Pedro Puntoni. *Op.cit.*

²²³ Apud, Puntoni. *Op.cit.*, p.644.

estabelecidos pelos dirigentes imperiais. Isso porque considerava que “*as raças bravias, que se declararam inimigas de morte de nossos antepassados, serão até os últimos descendentes bravios, nossos inimigos de morte*”²²⁴. Neste sentido, somente “*a força seria capaz de sobrepor-se à barbárie*”, pois “*a experiência de mais de meio século tem provado a insuficiência dos meios brandos que são justamente os mais gravosos para o Estado*”²²⁵. A pouca eficácia dos meios brandos da catequese como instrumento de civilização dos índios não resultava apenas do fato de que as ‘raças bravias’, que no passado haviam se declarado inimigas de morte dos conquistadores portugueses, continuariam ‘*até os últimos descendentes bravios nossos inimigos de morte*’. Para Varnhagen a própria atividade da catequese não tinha condições de civilizar os índios, sobretudo, em virtude da falta de moral e compromisso dos missionários. A este respeito, Varnhagen faz a seguinte consideração:

“Já basta de pagarmos tão caro a sem nenhuma utilidade todos os ensaios feitos para atrair os tais índios bravos por meio da brandura. Clama-se por missionários, e ignora-se que estes, ainda em época de uma fé viva, nunca foram meios civilizadores em ponto grande, senão com o domínio quase feudal dos jesuítas. Porém os jesuítas antigos tinham abnegação: eram capazes de morrerem pela glória de sua seita. Mas já não há quem ambicione o martírio nesta época de egoísmo. Se de Roma nos vierem os barbadinhos ou jesuítas, não será em busca do martírio, será com miras de se livrarem da obediência rigorosa, e de passarem melhor vida; [...] E tendes a louca pretensão de encontrar no nosso clero a abnegação dos Nóbregas e dos Vieiras? [...] Não sois testemunhas de sua abnegação, sua ignorância, e, o que ainda pior, de sua desmoralização?”²²⁶

Portanto, a prática da catequese não era capaz de por si só garantir a civilização dos índios bravos. Ao criticar a ‘ignorância’ e ‘desmoralização’ do clero ‘*nesta época de egoísmo*’, ao mesmo tempo em que aponta para a insuficiência dos meios brandos da catequese, Varnhagen não deixa de dialogar com a idéia largamente difundida a partir da segunda metade do século XVIII e ao longo do XIX de que o trabalho, mesmo que forçado, era um importante agente civilizador, capaz de polir e abrandar os costumes. Para Varnhagen, mesmo na ‘*época de uma fé viva*’ os missionários ‘*nunca foram meios civilizadores em*

²²⁴ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.33.

²²⁵ Op.cit., p.33-34.

²²⁶ Varnhagen. Op.cit. [1851], p.397.

ponto alto’, pois, não bastava apenas converter os indígenas à fé cristã para que se tornassem civilizados. Era necessário que incorporassem o valor do trabalho, tornando-se úteis à sociedade.

Albert Hirschman²²⁷ observa que a partir da época moderna difunde-se a idéia de uma ordem social perfectível, capaz de ser atingida através do desenvolvimento de determinadas práticas econômicas, como, por exemplo, o comércio. Esta capacidade do comércio em abrandar e refinar os costumes é bem definida por Montesquieu ao ressaltar que “*o espírito do comércio traz consigo o espírito da frugalidade, da economia, da moderação, do trabalho, da sabedoria, da tranqüilidade, da ordem e da regularidade*”²²⁸. Thomas Paine também afirmou em 1792 que “*o comércio é um sistema pacífico, que tem como efeito difundir a cordialidade entre os homens, tornando as nações, assim como os homens, úteis uns dos outros*”²²⁹. Assim, tornou-se corrente a partir de meados do século XVIII a idéia de que o comércio, bem como das atividades produtivas diretamente articuladas a ele (agricultura e manufaturas), eram um importante agente civilizador.

Portanto, Varnhagen concebe a política indígena como uma continuidade da ação de conquista e submissão empreendida ao longo da experiência colonial, pois as ‘*raças bravias*’ que naquela ocasião haviam se declarado ‘*inimigas de morte*’ dos antepassados portugueses, continuariam ‘*até os últimos descendentes bravios, nossos inimigos de morte*’. Sendo os indígenas inimigos do Império,

“[...] não temos outro recurso, para não estarmos séculos à espera que eles queiram civilizar-se, do que o de declarar guerra aos que se não resolvam a submeter-se, e ocupar pela força essas terras pingues que estão roubando à civilização”²³⁰.

Para legitimar seus argumentos em torno da necessidade de ‘*declarar guerra*’ aos índios bravos e de ‘*ocupar pela força*’ os territórios que estes ‘*estão*

²²⁷ Albert Hirschman. *As paixões e os interesses*; tradução de Luiz Guilherme Chaves e Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2002. Cf. também do mesmo autor, *A economia como ciência moral e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

²²⁸ Cf. Montesquieu. *Do Espírito das Leis*, Livro XX, capítulo 1. São Paulo, 1973.

²²⁹ Thomas Paine. *The Rights of man*. Apud, Hirschman. *Op.cit.*, p.14.

²³⁰ Varnhagen. *Op.cit.* [1849], p.34.

roubando à civilização’, Varnhagen recorre à “*solidez dos princípios da jurisprudência*”²³¹. Para ele,

“O Brasil pertence à civilização pela mesma razão que a Inglaterra ficou pertencendo aos normandos quando a conquistaram. Pela mesma razão que Portugal ficou pertencendo a Afonso Henriques e seus sucessores e vassallos que o tomaram dos mouros, pelo legítimo direito de conquista, consignado pelos publicistas, o da civilização sobre a barbárie”²³².

E ao se apropriar deste ‘*legítimo direito de conquista, consignado pelos publicistas*’ para analisar a situação dos índios no território do Império, conclui ressaltando que,

“[...] se os consideramos estranhos ao pacto social, se os reputamos uma nação forasteira que nos molesta e prejudica, temos todo o direito de conquistá-los, e não há direito de conquista mais justo que o da civilização sobre a barbárie. ‘Um povo bárbaro e que desconhece os deveres da humanidade e as leis da guerra, diz o célebre jurisconsulto americano Bello, deve tratar-se como inimigo do gênero humano’. É verdade que, ou naturais ou estranhos, uma vez que nos agridam, submetem-se espontaneamente à terrível sentença dada pelo célebre publicista Vattel, cujos princípios liberais e sentimentos de bom senso são em toda parte reconhecidos. Ouçamo-lo: ‘Aqueles que, habitando países férteis, descuidam a cultura da terra e preferem viver de rapina, faltam a si próprios, injuriam seus vizinhos e merecem ser exterminados como bestas feras e nocivas, etc’”²³³.

Fundamentando seus argumentos nestas sentenças reproduzidas de publicistas amplamente conhecidos, Varnhagen justifica a guerra e a submissão sobre os índios por considerá-los inimigos da civilização. Para Varnhagen, os índios eram “*uma gente nômade, e sem assento fixo; e que só aproveita do território enquanto nele acha caça*”²³⁴. Por ignorarem a ‘*cultura da terra*’ e preferirem ‘*viver de rapina*’, os índios impediam que a civilização, proveniente da atividade agrícola se expandisse por esses vastos terrenos férteis. Tendo em vista estas circunstâncias, a Nação, ou melhor, os portadores da civilização, tinham o direito, conforme apontavam os publicistas, de exterminar estes povos que eram ‘*estranhos ao pacto social*’.

²³¹ Varnhagen. Op.cit. [1851], p. 395.

²³² Op.cit.,p. 394.

²³³ Op.cit., p.397.

²³⁴ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.33.

Não obstante, mesmo tendo este direito Varnhagen não tinha por objetivo que estes povos bárbaros, responsáveis por atravancar a civilização do Império, fossem ‘*exterminados como bestas feras e nocivas*’. Tal posição representaria uma contradição com suas considerações de que encarava a questão dos índios do modo ‘*mais simpático, pelo que mais fala ao sentimento*’, considerando-os ‘*nossos irmãos*’. Para Varnhagen a guerra e a conquista sobre os índios não deveria vir acompanhada de seu extermínio, mas sim de sua servidão para que se tornem úteis e possam ser civilizados. Neste ponto, o autor do *Memorial Orgânico* afasta-se das considerações do juriconsulto Ermich Vattel e incorpora as reflexões feitas por Montesquieu em o *Espírito das Leis*. Para o filósofo francês,

“[...] o objetivo da conquista é a conservação; a servidão não é nunca o objetivo da conquista; mas pode ser que esta seja um meio necessário para conduzir à conservação. E neste caso, é contra a natureza da coisa, que essa servidão seja eterna. É preciso que o povo escravizado se possa transformar em súdito. [...] Quando, depois de um certo espaço de tempo, todas as partes do Estado conquistador se tenham ligado com as do conquistado, pelos costumes, pelos casamentos, pelas leis, pelas associações, e uma certa conformidade de espírito, a servidão deve cessar”.²³⁵

É justamente visando conservar a unidade e integridade do Império que Varnhagen defende que a conquista sobre os índios bravos deve vir acompanhada da servidão do ‘*indômito caiapó*’. Esta seria a única maneira capaz de assimilar estes povos bárbaros que ameaçavam constantemente a civilização, à ordem imperial e transformá-los em súditos. A escravização dos indígenas por um determinado período de tempo faria com que estes deixassem de ser ‘*uma gente estranha ao pacto social*’, possibilitando assim a formação de um povo uno e coeso, detentor de ‘*uma certa conformidade de espírito*’.

Assim, se “*a experiência de mais de meio século tem provado a insuficiência dos meios brandos*” para civilizar os indígenas, Varnhagen defende a incorporação de uma outra experiência, característica do período colonial e que mostrara-se eficiente nesta questão: as bandeiras de caça e apresamento aos

²³⁵ Montesquieu. Do Espírito das Leis. Livro X, capítulos II e III.

índios, que naquela ocasião “conquistou todo o sertão com suas minas, que foram trabalhadas pelos braços dos índios”.²³⁶

De acordo com Varnhagen, estas bandeiras de caça aos índios “*não tem de ser feita à custa do governo, que tem de ocupar forças n’outros pontos*”, mas sim por ‘*cidadãos brasileiros*’²³⁷. Aqueles cidadãos que se dispusessem para tal atividade teriam sua ação empreendedora e civilizatória recompensada pelo governo que concederia aos ‘chefes das bandeiras’,

“[...] a tutela e protetorado, por 15 anos, sobre seus prisioneiros, obrigando-se a tratá-los bem, a doutriná-los na nossa religião, etc; com a condição de que estes em retribuição, os sirvam durante esses quinze anos”.²³⁸

Para Varnhagen o sistema de tutela forçada sobre os índios bravos era “[...] *um meio simples (e cobiçado por todos os habitantes das províncias do sertão) de os arrancar em poucos dias dessa miserável condição que vexa o país*”²³⁹. Ou seja, por meio da força armada das bandeiras e da tutela forçada sobre seus prisioneiros era possível rapidamente, o que não acontecia pelos meios brandos, fazer com que o índio bravo abandonasse o canibalismo e o nomadismo e fosse conduzido, ao longo dos 15 anos em que estaria submetido ao seu senhor, à civilização. Por fim, Varnhagen ressalta que,

“[...] Com este sistema [de tutela forçada] veríamos o país coberto de bandeiras, desenvolvendo-se no seu interior o espírito guerreiro e empreendedor que o civilizou no século passado. [...] Os que forem mais políticos que falsos filantropos adotarão por certo, ao menos no seu interior, como único possível o meio proposto, se conhecerem de perto o que são os índios. Os que nunca saíram das grandes cidades, e nunca dentro do Império se assustaram e até retrocederam no caminho com o alarma: - ‘anda, índio bravo na estrada!’ – não podem ser juizes”.²⁴⁰

Foram diversas as polêmicas que esta posição adotada por Varnhagen acerca dos indígenas gerou entre seus contemporâneos. Posições estas, é

²³⁶ Varnhagen. Op.cit. [1849], p. 34.

²³⁷ Op.cit., p.34.

²³⁸ Op.cit., p.34.

²³⁹ Varnhagen. Op.cit. [1851], p.395.

²⁴⁰ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.34-35.

importante ressaltar, que não foram expostas apenas no *Memorial Orgânico*, mas também reproduzidas em diversas publicações posteriores, variando apenas o tom de sua argumentação. Assim, Varnhagen reafirmaria em diversos momentos e circunstâncias de sua vida muitas destas considerações apresentadas no *Memorial Orgânico*, seja em obras de grande circulação, como a História Geral, seja em artigos, opúsculos e cartas em que respondia a seus críticos.

Não pretendo abordar e dar conta de todas as polêmicas e discussões em que Varnhagen se envolveu a respeito desta questão específica dos indígenas. Deter-me-ei apenas das reações diretas provocadas pelas considerações contidas no *Memorial Orgânico*. Tal delimitação remete-nos aos textos de Manuel Antônio de Almeida e de Henrique Beaurepaire Rohan, publicados em 1851 e em 1853, respectivamente. Ambos os textos, sobretudo o de Manuel Antônio de Almeida, foram elaborados em contraposição às idéias em torno do tratamento a ser dispensado aos indígenas defendidas no *Memorial Orgânico*.

Manuel Antônio de Almeida publicaria seu texto '*Civilização dos Indígenas. Duas palavras ao autor do Memorial Orgânico*', na edição de 13 de dezembro de 1851 do Correio Mercantil, do Rio de Janeiro, pouco mais de um mês apenas após a publicação do *Memorial Orgânico* pela Revista Guanabara. Este pequeno intervalo de tempo entre a publicação do Memorial Orgânico e o texto de Almeida no Correio Mercantil, já expressa o desconforto e a contrariedade que as idéias expostas por Varnhagen provocaram em Almeida. Este mesmo texto publicado no Correio Mercantil seria reproduzido integralmente no ano seguinte, em 12 de fevereiro de 1852, por iniciativa da '*Sociedade contra o tráfico de africanos e promotora da colonização e civilização dos indígenas*', na primeira página do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, na seção '*Publicações a pedido*'.

Almeida tem por objetivo em seu texto desconstruir e rechaçar os principais argumentos defendidos por Varnhagen de que o único meio capaz e eficaz para civilizar os índios seria o da força. De acordo com o autor,

“Um grito de guerra, bem pouco generoso, contra as raças indígenas no Brasil, acaba de ser levantado pelo autor de um trabalho intitulado Memorial Orgânico, publicado nas páginas do Guanabara; um grito de guerra, que parece ser o eco daquele que ao pôr pé no território brasileiro fora soltado pelo cobiça do Portugueses. Julgávamos que a questão relativa aos nossos indígenas se achava de muito resolvida; julgávamos que não havia mais filósofo de qualquer seita, político de qualquer cor, que não acreditasse que o único meio de fazer servir esses homens à humanidade, a Deus, e ao Estado, é acabar para sempre com esse sistema de tirânica opressão, que tanto tem pesado sobre eles [...]; pensávamos que todos aqueles meios estúpidos, atroz, inseqüentes, com que se pretendia outrora domar o nosso gentio, haviam acabado com a barbárie dos tempos coloniais; [...] Enganávamos! Ainda há quem venha restabelecer os hábitos da barbaridade passada, adoçados ou esquecidos pela civilização presente; [...]”²⁴¹

Almeida ressalta que o direito de declarar guerra aos índios e, em seguida, submetê-los à força defendido por Varnhagen não era algo que se associava à civilização, mas sim à cobiça dos colonizadores portugueses ao chegarem no Brasil. Para Almeida, os portugueses vieram por séculos ao Brasil visando *“buscar riquezas, e não trazer a civilização; desprezaram essas boas intenções; trataram de matar os indígenas para lhes tomarem as terras”*²⁴². Neste sentido, considera que *“[...] a guerra que se pede não tem por causa motivo algum generoso e nobre; não tem por fim senão o sórdido e material interesse [...] de satisfazer a mais desenfreada cobiça”*²⁴³.

Portando, o uso da força como recurso para que o índio se torne civilizado e útil ao Estado era um meio característico de uma determinada experiência histórica – dos tempos coloniais – marcada pela cobiça e busca incessante por riquezas por parte dos conquistadores portugueses. Tratava-se de uma prática do passado, a qual não deveria ser restabelecida em virtude da evolução e progresso da humanidade ter mostrado que são outros os meios a serem utilizados para trazer estes povos selvagens à civilização. Neste sentido, o restabelecimento de *‘hábitos da barbaridade passada’* era incompatível com os ideais de civilização do presente, sendo também um obstáculo ao contínuo progresso desta. Ou seja, a incorporação novamente destes *‘hábitos da barbaridade’* ameaçava que se restabelecesse, no presente, os costumes e ações bárbaras do passado, o que seria um retrocesso no progresso e evolução do Império, deixando-o distante do conjunto das Nações Civilizadas.

²⁴¹ Manuel Antônio de Almeida. Obra dispersa. Rio de Janeiro : Graphia, 1991. p.7.

²⁴² Op.cit., p.9.

²⁴³ Op.cit., p.10.

Assim, Almeida considera que ‘*o único meio de fazer servir esses homens à humanidade, à Deus, e ao Estado*’, seria “*a força da inteligência*”²⁴⁴. Este é um outro ponto no qual Almeida concentra suas críticas ao *Memorial Orgânico*. Para ele, o argumento utilizado por Varnhagen de que a experiência passada era prova da ineficiência dos meios brandos na conquista e civilização dos indígenas não era válido, pois estes meios brandos nunca foram empregados em escala satisfatória, em virtude da cobiça desenfreada dos portugueses. De acordo com Almeida,

“Não se pode pois falar em brandura empregada com os índios sem mentir à história. Dois, três ou quatro missionários constituíam toda a força moral com eles empregada; [...] Quando o jesuíta trazia do meio dos bosques algum índio convertido, o donatário do lugar o arregimentava logo no número de seus escravos; o pouco que a fê fazia por um lado, desfazia-o por outro a avareza. [...] Não sabemos, portanto, de que experiência de meio século fala o autor para provar a insuficiência dos meios brandos; esses nunca foram, nem são empregados senão em uma escala tão acanhada que não pode ser levada em conta”²⁴⁵.

Com relação ao sistema de bandeiras, Almeida considera que longe de proporcionar ao Império o ‘*espírito guerreiro e empreendedor que o civilizou no século passado*’, como afirma Varnhagen no *Memorial Orgânico*, tal sistema promoveria uma “*corrida sangüinária*” por prisioneiros a serem escravizados. De acordo com Almeida só se empregaria neste tipo de atividade homens ambiciosos e vadios, pois “*ninguém que o tenha deixará seu emprego para ir a essa horrível caçada de gente*”²⁴⁶. Além disso, ao ressaltar que “*os hábitos de guerra tornam áspero os costumes dos povos*”²⁴⁷, Almeida considera que as bandeiras acabam por gerar um embrutecimento dos costumes, não só daqueles que são violentamente capturados, mas também naqueles que se aventuram neste trabalho. Neste sentido, as bandeiras em vez de civilizar os índios teriam o efeito contrário, pois o indivíduo perderia seu polimento, seus bons costumes, sua civilidade²⁴⁸. Assim, Almeida considerava que,

²⁴⁴ Op.cit., p.8

²⁴⁵ Op.cit., p.10

²⁴⁶ Op.cit., p.11.

²⁴⁷ Op.cit., p.8.

²⁴⁸ Cf. Jean Starobinsk. Op.cit.

“[...] devemos antes de tudo procurar com ardor, com afincos, catequizá-los, aproveitá-los no serviço de Deus, repartir com eles a nossa ilustração, a nossa indústria; domarmos-lhes o gênio belicoso com exemplos de paz, atraí-los enfim a nós pelo meio que mais poder exerce sobre o homem, qualquer que seja o seu estado, a segurança de liberdade. É isso o que o autor deve saber, porque é isso o que todos sabem; tudo o mais a respeito está proscrito e desprezado”.²⁴⁹

O autor observa também que as bandeiras não atingiriam os objetivos traçados por Varnhagen no *Memorial Orgânico*, pois “*matam cem para colher um prisioneiro*”. Isso porque, segundo Almeida, “[...] é sabido que [os índios] não se entregam a eles com facilidade, senão que lutam com esforço até a morte”²⁵⁰, expressando aí claramente a imagem do índio como amante da liberdade e da independência, característica do indianismo romântico.

Por fim, Manoel Antônio de Almeida identifica que o sistema de bandeiras além de não ser capaz de conquistar o indígena e de civilizá-lo, também era uma ameaça para o próprio Império. Segundo o autor,

“Esse espírito belicoso que o autor deseja ver nascer, aparecerá sem dúvida, mas em uma escala perigosa; o fazendeiro, por exemplo, chefe de uma ou muitas bandeiras, quando tiver a sua gente bem aguerrida, tornar-se-á um senhor feudal dentro da sua casa; oprimirá seus vizinhos, zombará das leis, e resistirá às autoridades”²⁵¹.

Portanto, com o restabelecimento das bandeiras colocava-se em risco a própria unidade e integridade do Império, na medida em que aqueles que se voltassem para tal empresa, agiriam apenas em busca de seus interesses individuais e materiais, deixando assim de respeitar as leis e às autoridades imperiais.

O texto de Henrique de Beaurepaire Rohan – “*Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens no Brasil*” – não foi produzido, como o de Manoel Antonio de Almeida, com o propósito específico de se opor ao texto de Varnhagen. Publicado em 1853, pela mesma Revista Guanabara que dois anos antes publicara o *Memorial Orgânico*, o texto de Rohan faz uma análise

²⁴⁹ Almeida. Op.cit., p.8.

²⁵⁰ Op.cit., p.12.

²⁵¹ Op.cit., p.12.

geral, desde a colônia até o momento em que escreve, do processo e dos procedimentos adotados na conquista, catequese e civilização dos indígenas do Brasil. É sobretudo na parte em que trata da conquista, a primeira de seu texto, que Rohan faz duras críticas aos métodos até então dispensados aos indígenas, revelando sua desaprovação em relação às opiniões e medidas apresentadas no *Memorial Orgânico*.

Rohan inicia seu texto identificando que “*tudo quanto se tem posto em prática, no louvável intento de atrair para a grei comum os nossos selvagens, tem infelizmente contribuído para o extermínio dessa raça*”²⁵². De acordo com o autor, o emprego da violência que se praticava constantemente contra os indígenas de forma alguma traria a civilização destes, mas apenas seu extermínio. Rohan defendia o cessar do uso da força contra os indígenas e a incorporação dos meios brandos, tal como procederam os jesuítas no passado. Ao analisar a tática destes com relação aos indígenas, destaca que,

“[...] nunca empregaram a violência, sabendo perfeitamente que o primeiro tiro disparado contra uma tribo lhes faria perder todo o prestígio no conceito dos selvagens. Esses meios pacíficos, de que lançavam mão, produziram então, como ainda hoje produziria, os mais satisfatórios resultados. [...] com meios brandos, com mimos apropriados aos seus usos, e com todos os demais sinais de confiança, capazes de cativar homens simples, poderíamos chegar ao mesmo resultado”.²⁵³

Entretanto, logo após elogiar que a utilização de ‘*meios pacíficos*’ produzia os ‘*mais satisfatórios resultados*’ na conquista e civilização dos ‘*selvagens*’, ressalta que,

“[...] infelizmente, não é por esse sistema, que em geral, procedemos; e, como se não bastassem os atos de barbaridade que diariamente se praticam contra os infelizes selvagens, ainda nos vem o autor do Memorial Orgânico aconselhar o emprego sanguinário das bandeiras contra uma povoação que, identificada conosco pelo fato de uma origem comum, outro crime não tem senão o de viver na ignorância”.²⁵⁴

²⁵² Henrique de Beaufort Rohan. Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens do Brasil. Revista Guanabara, 1853, p.191.

²⁵³ Op.cit., p.192.

²⁵⁴ Op.cit., p.193.

Para Rohan, o sistema de bandeiras, o qual classificava como “*comissões de sangue*”, teria como único resultado o extermínio desses povos, o que seria altamente prejudicial ao Império, pois, de acordo com o autor, os índios possuíam uma “*inapreciável importância para o futuro engrandecimento do Brasil*”.²⁵⁵

Chamava a atenção de Rohan o fato de existir, “[...] *segundo um cálculo razoável, um milhão de selvagens dentro dos limites do Império! Um milhão de indivíduos segregados da sociedade civil, sem que nada façamos para torná-los úteis*”²⁵⁶. É importante ressaltar que o texto de Rohan foi produzido após a extinção do tráfico negreiro, ou seja, em um momento em que os dirigentes imperiais buscavam soluções para complementar a mão-de-obra africana. Neste sentido, o indígena foi cada vez mais sendo encarado como uma das possíveis soluções para a questão da mão-de-obra. Contudo, era necessário que este conjunto de indivíduos que encontravam-se ‘*segregados da sociedade civil*’ e que eram tratados, segundo Rohan, mais como “*uma excrescência da sociedade do que uma parte integrante da nação brasileira*”, se tornassem uma “*população aproveitável*”, de “*habitantes úteis*”²⁵⁷. E para que isto fosse possível era fundamental que se abandonasse o uso da força e da violência, tal como defendia o autor do Memorial Orgânico, pois além de não tornar os índios em habitantes úteis, pois estes seriam exterminados, tal método também não os traria à civilização.

Contudo, se por um lado Rohan colocava-se claramente contra os meios apresentados por Varnhagen no *Memorial Orgânico* para conquistar e civilizar os índios; de outro, é possível identificar aproximações entre os dois em determinados pontos.

Assim como Varnhagen, Rohan também considerava que apenas a fé não era capaz de civilizar os índios. Esta, segundo Rohan, apesar de colocar os índios “*afeiçoados à nossa religião e identificados com os nossos costumes, não é bastante para que os reputemos civilizados, como pensam os reverendos barbadinhos*”²⁵⁸. Se não chega a acusar, como fez Varnhagen no *Memorial Orgânico*, o clero de imoral e de estar apenas interessado em melhorar de vida,

²⁵⁵ Op.cit., p.191.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Op.cit., p.192.

²⁵⁸ Op.cit., p.195.

Henrique de Beaurepaire Rohan deixa bem claro que apenas a ação da catequese não era o suficiente para que os selvagens que habitavam no Império passassem de um determinado estado social – bárbaro, selvagem – para outro – civilizado. Rohan considerava, e neste ponto a aproximação de seu pensamento ao de Varnhagen é bastante clara, que “*sem recorrermos à companhia de Jesus, podemos, com uma administração adequada, fazer a felicidade dos nossos selvagens*”²⁵⁹.

Talvez por também possuir uma formação como engenheiro militar, Rohan considerava, assim como Varnhagen, que a administração e não a religião era o principal meio civilizador. E ao ressaltar a necessidade de se estabelecer uma ‘*administração adequada*’ para ‘*fazer a felicidade dos nossos selvagens*’, Rohan colocava em destaque um outro elemento também central do Memorial Orgânico: o território. Para Rohan, a conquista e civilização dos índios dependia do estabelecimento de uma nova organização do território, que permitiria tirá-los do isolamento, torná-los úteis e civilizá-los. De acordo com o autor,

“No tempo da descoberta, era o Brasil uma vasta floresta povoada de selvagens. Não obstante esse estado de incultura, D. João III o dividiu em nove capitanias a cargo de outros tantos donatários. Foi esse o meio civilizador de que lançou mão o ilustre monarca [...]. Nas mesmas circunstâncias de então, ainda se acha hoje grande parte do Brasil, coberto de matas e habitados de selvagens. Se os fatos da história nos podem servir de norma, imitemos o procedimento de D. João III, criando nós uma administração especial para todo o nosso território inculto. Dividamos em departamentos, mais ou menos extensos, esse território, empresa fácilíssima, que pode ser operada parcialmente em cada uma das nossas províncias”²⁶⁰.

Portanto, é importante notar que as críticas e discordâncias de Manoel Antônio de Almeida e de Henrique de Beaurepaire Rohan às considerações apresentadas no *Memorial Orgânico* acerca dos indígenas eram, fundamentalmente, em relação ao método proposto por Varnhagen para conquistar e civilizar os índios. Tanto Almeida quanto Rohan concordavam que o índio era um ser dotado de uma incapacidade moral e que necessitava ser conquistado e levado, por indivíduos superiores, à civilização. Os três

²⁵⁹ Idem..

²⁶⁰ Op.cit., p.194.

concordavam a respeito da necessidade de tornar o índio útil ao Estado, sobretudo, em fins da década de 1840 e início dos anos de 1850, para complementar o braço africano após o fim do tráfico. A discordância resultava apenas quanto ao método. Para Varnhagen, essa conquista deveria ser realizada na base da força, por meio das bandeiras, enquanto Almeida e Rohan defendiam que essa conquista devia de ser feita por meio brandos e pacíficos.

3.4

Os colonos europeus

Após expor suas considerações acerca dos indígenas, Varnhagen volta suas atenções para as medidas a serem tomadas pelo governo para incentivar a vinda de imigrantes europeus ao Brasil. Contudo, ao contrário da parte destinada aos africanos e aos indígenas, Varnhagen não desenvolve muito seus argumentos em torno desta questão. Assim, antes de iniciar suas ponderações sobre esta questão ressalta que

“A este respeito se tem no Brasil escrito e tratado tanto, que seremos o mais breves que podermos. [...] O essencial para chamar a torrente da emigração é preparar para isso bem o país, pois o que é bom todos procuram, e bem depressa uns seguem os outros, como formigas”.²⁶¹

Para Varnhagen, era necessário que o governo tomasse medidas que tornassem o Brasil atrativo aos europeus para aqui se estabelecerem. Entre estes atrativos, Varnhagen ressalta três: 1º - “*garantir-lhes a tão necessária segurança individual e da propriedade*”; 2º - “*oferecer-lhes [...] alguns distritos e cidades sem escravos*”; 3º - “*dar-lhes exatamente desde logo, ao menos os mesmos direitos civis que aos nacionais a respeito de impostos*”²⁶².

Varnhagen dá grande destaque no *Memorial Orgânico* à necessidade de o governo trazer para dentro do Império “*gente útil em sciencias*”. Isso porque para Varnhagen,

²⁶¹ Varnhagen. Op.cit. [1849], p.36.

²⁶² Op.cit., p. 37.

“A necessidade de organizar no Brasil um curso regular, uma faculdade politécnica, isto é, de ciências exatas, físicas, naturais e aplicadas, é palpitante. Destas ciências, francamente falando, as únicas que entre nós se estudam, e sabem como convem, são as matemáticas puras, e talvez as mistas. [...] E um país como o Brasil sem que nele se estude e se ensine como cumpre a grande ciência da natureza! É por falta de talento? Não. É porque entre nós a política abarca tudo e todos são abarcados pela política. E tanto estamos nesta convicção que julgamos péssimo o sistema de mandar jovens, embora talentosos, à Europa para estudar este ou aquele ramo. Com raras exceções estes meninos, depois de estarem alguns anos em Paris e só voltarem ao Brasil quando a isso são forçados. [...] Em nossa opinião o melhor sistema, sobretudo para o ensino das ciências físicas, das naturais e das aplicadas, é o do engajamento por 20 anos ou mais, de sábios estrangeiros de países diferentes”.²⁶³

Ao lamentar a ausência no Império de um ‘*curso regular*’ de ciências exatas, físicas, naturais e aplicadas, criticar a ida de jovens à Europa para estudar e defender o sistema do ‘*engajamento por 20 anos, de sábios estrangeiros*’, Varnhagen ressalta a importância do europeu na constituição de uma Nação e povo civilizados. É por meio dos saberes e competências desses ‘sábios estrangeiros’, que se tornaria possível formar no Império homens com os mesmos princípios e habilidades, altamente úteis ao Estado.

Assim, a Nação brasileira deveria inserir-se em uma tradição de civilização e progresso, articulada pelos ideais iluministas. A Nação que Varnhagen e os dirigentes imperiais propunham edificar deveria ser um desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia.²⁶⁴

Para Varnhagen, a vinda de colonos europeus para o Brasil representaria, sobretudo, a predominância de uma civilização e de uma cultura. Segundo Odália²⁶⁵, a opção por uma nação branca e europeizada representava a concretização, no Império, de uma forma superior de civilização, em meio a uma população diversificada etnicamente, pois trazia consigo os elementos básicos em torno dos quais uma nação civilizada deveria constituir-se: lei, ordem, religião e autoridade.

²⁶³ Op.cit., p.38.

²⁶⁴ Manuel Luis Salgado Guimarães. Nação e Civilização nos Trópicos. Estudos Históricos, São Paulo, 1988, p. 5-27.

²⁶⁵ Nilo Odália. Francisco Adolfo de Varnhagen. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979.

Neste sentido, a presença do homem branco europeu era um importante veículo para que o Império do Brasil se inserisse no conjunto das Nações civilizadas.

Portanto, o projeto em prol da constituição do povo brasileiro apresentado no *Memorial Orgânico* caracteriza-se: pela exclusão dos negros ao defender o fim do tráfico intercontinental de escravos; pela assimilação dos índios, por meio da força, sobretudo para suprir e complementar a mão-de-obra após o fim do tráfico; e por fim era essencial admitir a entrada de colonos brancos europeus no país. Somente assim, segundo Varnhagen, seria possível ao Império ter uma ‘população compacta’, fundamental, assim como ter um território organizado, para civilizar o país.

Conclusão

Gostaria neste momento de recuperar algumas questões centrais que foram abordadas ao longo desta dissertação.

Por meio da análise do *Memorial Orgânico* de Varnhagen, temos condições de observar alguns elementos marcantes do processo de construção e consolidação do Estado imperial, no Brasil, em meados do século XIX. Entre esses elementos destaca-se a organização do Império como nação compacta, ou seja, nos moldes de uma nação moderna.

A construção do Estado imperial brasileiro insere-se, portanto, no contexto de emergência dos Estados-nação. Neste sentido, dois conceitos adquirem relevância e tornam-se referências fundamentais no estudo dessas construções políticas modernas: nação e soberania. Aqueles que dedicaram-se a pensar, debater e construir a Nação brasileira colocavam constantemente em destaque o papel do território e da população neste processo. Não bastava possuir um extenso território e uma população em grande número. Era necessário torná-los úteis ao Estado, o que significava, fundamentalmente, articulá-los aos ideais de ordem e civilização dos dirigentes imperiais. Tanto o território quanto a população eram importantes instrumentos na associação entre os conceitos de soberania e nação.

O território adquire um papel relevante no processo de edificação da Nação Brasileira nos moldes de uma nação moderna, pois sua unidade contribui para elaborar uma identidade coletiva ao aproximar e reforçar os laços entre todos aqueles que habitavam e circulam este espaço delimitado. Não bastava, porém, somente fixar os limites e definir as fronteiras do Império para que seus habitantes compartilhassem de uma mesma identidade nacional. Era fundamental também difundir por este vasto território os ideais de ordem e civilização defendidos pelos dirigentes imperiais. Para tanto era fundamental ocupar o território de forma mais regular e homogênea, incentivando o povoamento e a colonização de seus inúmeros vazios (sertões).

Para aqueles que se situavam na direção do Mundo do Governo, o território não era apenas um espaço geográfico, mas sim o palco de ações concretas do Estado. Os princípios e ideais defendidos pelos dirigentes imperiais,

entre eles a própria defesa da soberania nacional, se expressam em larga medida na forma como defenderam e projetaram a organização administrativa do território nacional.

As formas como os dirigentes imperiais, em meados do XIX, pensavam a organização do território nacional, expressam um traço bastante característico do processo de construção do Estado imperial sob a direção saquarema: o afastamento de que o Império do Brasil exerça uma expansão territorial por domínios ilimitados, não necessariamente contínuos no espaço, característico de uma concepção clássica de império.

Os dirigentes imperiais voltaram-se para uma outra expansão: uma expansão para dentro dos corações e mentes daqueles que deveriam fazer parte da Nação brasileira. Para tanto, era necessário que a Nação brasileira, uma comunidade pautada nos princípios e valores dos dirigentes imperiais, se impusesse sobre as demais ‘nações’ – africanas, crioulas e indígenas – que coexistiam de maneira dispersa no interior território do Império, determinando quem estaria dentro e quem estaria fora. Da mesma forma que era importante organizar administrativamente o território, a população também era um elemento fundamental para que o Império do Brasil se constituísse como nação moderna e se inserisse no conjunto das Nações civilizadas.

A população do Império deveria ser composta por indivíduos que contribuíssem para o progresso e engrandecimento da Nação. Neste sentido, era fundamental organizar economicamente a população tanto para fortalecer o Estado, interna e externamente, quanto também para criar novos mecanismos de controle e regulação sobre os habitantes do Império, o que possibilitaria a difusão dos valores e ideais dos dirigentes imperiais entre aqueles que deveriam compor a Nação brasileira.

Contudo, o ideal de constituir uma identidade nacional entre os componentes da Nação brasileira, não significaria que todos estariam sob as mesmas condições sócio-políticas. Pelo contrário, a constituição do povo brasileiro tinha também como um de seus objetivos principais reforçar as diferenças e hierarquias entre os três mundos do império, e no interior de cada um deles, e também consolidar uma única direção para todo o território e população do Império: aquela empreendida pelos saquaremas.

Bibliografia

I – Obras de Varnhagen

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Memorial Orgânico que à consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Dado a luz por um amante do Brasil.** Madri: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849.

_____. **Memorial Orgânico.** Guanabara, revista mensal, artístico, científico e literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 384-402, out/nov 1851.

_____. **A Questão da Capital: marítima ou no interior?** Viena, Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877.

_____. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal.** 10ª Ed. Edições Melhoramentos : São Paulo, 1978.

II – Anais, Atas e Relatórios

ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares de. **Observações aos ‘Apontamentos sobre o estado atual da Fronteira do Brasil por Duarte da Ponte Ribeiro’.** IHGB, LATA: 289/ livro 9.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. **Apontamentos sobre o estado atual da fronteira do Brasil, 1844.** IHGB, número de chamada: LATA 289; LIVRO 9.

REZEK, Francisco José (org.). **Conselho de Estado: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros.** Brasília, Câmara dos Deputados, 1978.

Anais do Senado do Império do Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1978, p.209.

III – Dicionários

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 1999.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa : Typografia Lacerdina, 1813.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro : Objetiva, 2002.

IV- Publicistas, Memorialistas e Biografias

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Obra dispersa**. Rio de Janeiro : Graphia, 1991.

COSTA, Hipólito José da. **Correio Brasiliense, ou, Armazém Literário**. São Paulo, SP : Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF : Correio Braziliense “edição fac-similar”, 2001.

ROCHA, Justiniano José da. **Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil**. In: Três panfletários do Segundo Reinado. Raimundo Magalhães Junior (org.). São Paulo, 1965.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 vol.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas recordações**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1944.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. **Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens no Brasil**. Guanabara Revista Mensal Artística, Científica e Literária, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, tomo II, p. 191- 208, 1853.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. **História da Literatura Brasileira**. Roberto Acízelo de Souza (org.). Rio de Janeiro : Zé Mario Editor, 2002.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. **O Libelo do povo**. In: Três panfletários do Segundo Reinado, org. Raimundo Magalhães Junior. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1965.

VILHENA, Luís dos Santos. **Pensamentos políticos sobre a Colônia**. Introdução de Emanuel Araújo. Publicações históricas – Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1987.

V – Artigos e Livros

ALTAMIRANO, Carlos (org.). **História de los intelectuales en América Latina**. Buenos Aires : Katz Editores, 2008.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo : Companhia das Letras, 2008. Tradução de Denise Bottmann.

BENEVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto (orgs.). **Textos Políticos da História do Brasil**. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática. Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 3, n.5. Brasília, DF : A Fundação, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 6ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, vols.1 e 2.

CARBÓ, Eulália Ribera, VARGAS, Hector Mendonza e MARTÍN, Pere Sunyer (orgs.). **“La integracion del territorio em una idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946”**. México 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem. Teatro das sombras**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira: 2003.

CEZAR, Temistocles. **L écriture de l histoire au Brésil au XIXe siècle. Essai sur une rhétorique de la nationalité. Le cas Varnhagen**. Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, EHESS, França, 2002.

_____. **A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império**. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.79-99, jan./jun. 2005.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Metamorfoses do Conceito de Nação Durante os Séculos XVII e XVIII**. In: *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. István Jancsó (org.). Editora HUCITEC-Editora Unijuí. São Paulo-Ijuí, 2003, p.61-91.

COSTA, Wilma Peres. **O Império do Brasil: dimensões de um enigma**. São Paulo: Almanack brasiliense, Revista Virtual, vol. 1, pp. 27-43. São Paulo, 2005.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Legislação indigenista no século XIX**. São Paulo : Edusp, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

FEBVRE, Lucien. **Honra e Pátria**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1998.

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo : Martins Fontes, 1989.

FILHO, Synesio Sampaio Goes. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas. Um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil**. São Paulo : Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O Olho do Poder**. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, 1979.

_____. **Segurança, Território e População**. São Paulo : Martins Fontes, 2008.

GUERRA, François-Xavier. **A Nação Moderna: nova legitimidade e velhas identidades**. In: *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. István Jancsó (org.). Hucitec-Editora Unijuí. São Paulo-Ijuí, 2003, p.33-60.

_____. **Inventando La Nacion. Iberoamérica siglo XIX**. Antonio Annino e François-Xavier Guerra (orgs.). Fondo de Cultura Econômica, México, 2003.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos. O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, n.1, p. 5-27, 1988.

HIRSCHMAN, Albert. **As paixões e os interesses**; tradução de Luiz Guilherme Chaves e Regina Bhering. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **A economia como ciência moral e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.

_____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II; Vol. 5 – Reações e Transações. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.

JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres (orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio : Edições Loyola : Iuperj, 2006.

JOBIM, José Luís. **Introdução ao Romantismo**. Rio de Janeiro : EdUERJ, 1999.

JUNIOR, Caio Prado. **Historia econômica do Brasil**. 28ª ed. - São Paulo : Brasiliense, 1983.

KANTOR, Íris. **Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas**. In: Varia História – Revista de História – vol. 23, n.37, p.70-80. Belo Horizonte, jan/jun 2007.

KODAMA, Kaori. **Os debates pelo fim do tráfico no periódico *O Philantropo* (1849-1852) e a formação do povo: doenças, raça e escravidão**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 28, nº 56, p.407-430, 2008.

_____. **Antiescravidão e epidemia: o tráfico dos negros considerado como a causa da febre amarela de Mathieu François Maxime Audouard e o Rio de Janeiro em 1850**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16, p. 515-522, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Revista Estudos Históricos. vol. 5, n.10, 1992.

LACOMBE, Américo Jacobina. **A construção da historiografia brasileira: o IHGB e a obra de Varnhagen**. RIHGB 152 (370): 310-329, 1977.

_____. **As idéias políticas de Varnhagen**. RIHGB 275: 135-154, 1967.

LEBRUN, Gerard. **O que é o poder?** Renato Janine e Silvia Lara (trad.). São Paulo : Brasiliense, 2003.

LESSA, Clado Ribeiro de. **Formação de Varnhagen**. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 186, p. 55-88, jan./março de 1945.

LESSA, Clado Ribeiro de (org.). **Francisco Adolfo de Varnhagen: correspondência ativa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ MEC. 1961.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2003.

MAGNOLI, Demetrio. **O Estado em busca do seu território**. In: István Jancso. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003, v. , p. 285-296.

_____. **O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista : Moderna, 1997.

MANHEIM, Karl. **O pensamento conservador**. In: *Introdução crítica à sociologia rural*, org. José de Souza Martins. São Paulo, 1981.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo : Hucitec, 2004.

_____. **Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política**. *Almanack Braziliense - Revista Virtual*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-26, 2005.

_____. **Do Império do Brasil ao Império do Brasil**. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (Org.). *Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos*. 1 ed. Porto: Universidade do Porto, 2004, v. 2, p. 727-736.

_____. **O Lavrador e o Construtor**. In: *O Estado como Vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Maria Emília Prado (org.). Rio de Janeiro: Access, 1999.

_____. **Entre a casa e o Estado. Nação, território e projetos políticos na construção do Estado imperial brasileiro**. In: *La integración del territorio en una idea de Estado. México y Brasil, 1821-1946*. Eulália Ribera Carbo, Hector Mendonza Vargas e Pere Sunyer Martin (orgs.). México, 2007.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo**. Rio de Janeiro : Access, 2000.

MOLLO, Helena Miranda. **História Geral do Brasil: entre o espaço e o tempo**. In: *De um Império ao Outro. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. Wilma Peres Costa, Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.). São Paulo: Fapesp, 2007.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. São Paulo, 1973.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo : Annablume, 2005.

_____. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no 'longo' século XVI**. São Paulo : Hucitec, 2000.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo : Annablume, 2007.

MYERS, Jorge. **Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX**. In: História de los intelectuales em America Latina. Carlos Altamirano (org.). Buenos Aires : Katz Editores, 2008.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. **Dois Europas, duas Modernidades**. In: Império. Rio de Janeiro : Record, 2001.

NOVAES, Adauto (org.). **Civilização e Barbárie**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

ODÁLIA, Nilo (org.). **Francisco Adolfo de Varnhagen**. In: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo : Ática, 1979.

_____. **As Formas do Mesmo. Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. **As Regras de Composição Retórica na Obra de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Tese de doutorado, 2007.

_____. **Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: FFCH-UFGM, 2000.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Heranças recriadas: especificidades da construção do Império do Brasil**. São Paulo: Almanack brasiliense, 2005.

PAGDEN, Anthony. **Povos e Impérios: uma história de migrações e conquistas, da Grécia até a atualidade**. Tradução de Marta Miranda O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

PEIXOTO, Renato Amado. **A Máscara da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX**. (Doutorado em História). UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2005.

POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

PUNTONI, Pedro. **O Sr. Varnhagen e o patriotismo caboclo: o indígena e o indigenismo perante a historiografia brasileira**. In: István Jancso. (Org.). **Brasil: formação do Estado e da Nação**. São Paulo: Hucitec, 2003, v. , p. 633-676.

RENAN, Ernest. **O que é uma nação?** In: **Cadernos da Pós/Letras**. Maria Helena Rouanet (org.). UERJ, 1997, pp. 12-43.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 / 1870)**. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, José Honório. **Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil**. **RIHGB**, Rio de Janeiro, tomo 275, p. 170-196, abr./jun. 1967.

_____. **Uma história diplomática do Brasil, 1531-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Independência: revolução e contra-revolução**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1975.

RODRIGUES, Jaime. **O Infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)**. Campinas, SP : Editora da Unicamp, Cecult, 2000.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplendido: a fundação de uma literatura nacional**. São Paulo: Siciliano, 1991.

SALLES, Ricardo. **Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira**. Companhia das Letras : São Paulo, 1995.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUSA, Francisco Gouvêa de. **Entre fronteiras e nações: Um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre os anos de 1870 e 1890**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, PUC-Rio, 2008.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2008.

STAROBINSK, Jean. **A palavra civilização**. In: As máscaras da civilização: ensaios; tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. Tradução de Denise Bottmann.